



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL: UM
ESTUDO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE
CAAPIRANGA/AM**

ITACIARA PRESTES DA SILVA PONTES

**MANAUS-AM
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

**SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL: UM
ESTUDO NAS COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO MUNICÍPIO DE
CAAPIRANGA/AM**

ITACIARA PRESTES DA SILVA PONTES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia.

Orientadora: Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues

**MANAUS-AM
2015**

ITACIARA PRESTES DA SILVA PONTES

**SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL: um estudo
nas comunidades do município de Caapiranga/AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração em Serviço Social, Diversidade Socioambiental e Sustentabilidade na Amazônia.

Dissertação aprovada em 31 de agosto de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues - Presidente
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dra. Amélia Regina Nogueira Batista – Membro
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Prof^a. Dra. Maria Elizabeth de Assis Elias – Membro
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586s	<p>Silva Pontes, Itaciara Prestes da</p> <p>Sustentabilidade da Agricultura Familiar Tradicional : um estudo nas comunidades do município de Caapiranga/AM / Itaciara Prestes da Silva Pontes. 2015</p> <p>156 f.: il. color; 31 cm.</p> <p>Orientadora: Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas.</p> <p>1. agricultura familiar tradicional. 2. sustentabilidade. 3. comunidade ribeirinha. 4. Amazônia. I. Rodrigues, Dra. Débora Cristina Bandeira II. Universidade Federal do Amazonas III. Título</p>
-------	--

“Mas aqueles que esperam no Senhor renovam suas forças;
Ele dá-lhes asas como águias. Correm sem se cansar,
vão para a frente sem se fadigar”. (Isaias 40.31)

Dedico aos meus pais, Izaías da Silva Neto e Raimunda Prestes (*in memoriam*). Vocês são meu maior exemplo de força e perseverança. A minha mãe, meu eterno anjo. Eu amo vocês.

AGRADECIMENTO

Este é um momento muito especial na minha vida e não podia deixar de reconhecer e agradecer a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão de mais esta etapa na minha formação profissional. São muitas as pessoas, mas irei (re)memorar algumas em especial:

À Deus fonte de sabedoria, infinita misericórdia e amor, agradeço pelo dom da vida, pelas oportunidades que me foram dadas, pelas dificuldades com quais aprendi e cresci, pelas pessoas que colocou até o momento em minha trajetória de vida, agradeço principalmente pela oportunidade de conclusão deste trabalho pois sem Ele não teria forças para essa longa jornada. Não tenho dúvida que a pedra (Ita) bruta que entrou no mestrado não é a mesma depois desta caminhada.

Aos meus pais: Izaías da Silva e Raimunda Prestes (*in memoriam*) agradeço pelo esforço em me propiciar condições para estudar, motivação em todos os momentos, e principalmente o incentivo e a dedicação na minha formação.

Aos meus irmãos Joilton, Edmilson, Itamara, Izaías e a minha prima Yana, por compartilharem comigo cada momento, pelo apoio nas ocasiões difíceis e felizes.

Aos meus sobrinhos, Ana Beatriz, Derlison, Denison, Isaac, João Eder, João Vitor e Stephany, quero agradecer principalmente o colo, o beijo e amor que nunca me foi recusado. Vocês são a minha melhor expressão do amor, o meu lado mais bonito, me fazem a melhor pessoa que posso ser. Vocês não sabem mas na saudade que sentia, na impossibilidade de acompanhar o crescimento e desenvolvimento me estimularam a terminar. A vocês também dedico a dissertação para que sirva de exemplo na luta por seus sonhos.

As minhas mães do coração Catarina Brito e Benedita Prestes pelo amor, carinho, incentivo, colaboração e orações.

Agradeço em especial ao meu esposo, Nemezio Pontes, pelo amor, respeito, carinho, pelas conversas, reflexões, orações e principalmente pela paciência, compreensão na minha ausência e estresse em muitos momentos.

À minha orientadora, Débora Cristina Bandeira Rodrigues, agradeço pelos sábios ensinamentos e orientações, conversas, conselhos e pela confiança. Por você tenho grande admiração.

As amigas e pesquisadores do Grupo Inter-Ação, meus sinceros agradecimento às contribuições neste trabalho, em especial a Beth Assis e Lucia Almeida pelo apoio e incentivo nos momentos finais em não me deixar fraquejar.

Aos amigos da Paróquia de Santo Afonso Maria de Ligório, Comunidade N. Sra. De Nazaré e N. Sra. da Paz, em especial os irmãos em Cristo da Pastoral da Saúde, sou grata pelas oração que me fortaleceram durante essa caminhada e pela compreensão das minhas ausências e

limitações.

Às(os) Professoras(es) e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, pelas contribuições acadêmicas e por compartilharem o conhecimento.

Aos Programas de Pós-Graduação Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia-UFAM e Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFAM, agradeço pelas relevantes contribuições na construção desse conhecimento, pelas experiências trocadas e pelo reconhecimento no esforço empreendido nas disciplinas.

À FAPEAM, pela bolsa de estudo concedida durante dois anos de Mestrado.

Às colegas de mestrado, obrigada por fazerem parte desta história. Em especial as amigas Lilian Marciel, Daniele Maia, Juliana Maia e Anelise Rondon, a amigas de vocês vão para além do âmbito acadêmico-profissional.

Aos comunitários de Santa Maria e Santo Afonso, obrigada por me acolher e receber em suas casas com carinho, pela confiança e participação neste trabalho, sem vocês ele não teria sido concretizado.

RESUMO

A sustentabilidade da agricultura envolve processos com dimensões sociais, econômicas, culturais, ambientais dentre outras, que nas interfaces apresentam uma complexidade que relaciona o homem e a natureza. Nesse contexto, as discussões sobre agricultura familiar se tornam relevantes a medida em que o aumento da capacidade de produção na agricultura procurou atender tanto ao mercado nacional quanto ao internacional, resultando em crescimento do volume produzido, mas também questionando a sustentabilidade dos recursos naturais haja visto, o uso indiscriminado na lógica de produção capitalista. A agricultura familiar visa, por meio da mão de obra familiar, a subsistência dos diversos segmentos sociais do âmbito rural brasileiro com pequena e média escala de produção. Dessa forma, historicamente na Amazônia a agricultura é desenvolvida de forma diferenciada com base nos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais herdadas da cultura indígena, bem como dos diversos seguimentos sociais que imigrados nos diferentes ciclos econômicos para a região fomentaram um processo de formação sociocultural da Amazônia com diferentes grupos sociais, dentre os quais encontram-se o agricultor familiar tradicional ribeirinho. O estudo objetivou uma análise da sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional nas comunidades ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria no município de Caapiranga/AM, no período de Janeiro à Dezembro de 2014. A metodologia utilizada pautou-se em uma abordagem quantiquantitativa em que foram utilizadas técnicas e instrumentais tais como: formulário, entrevista, abordagem de grupo, caderno de campo e observação. Os resultados obtidos apontam principalmente que no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria, são utilizadas práticas de cultivo, conhecimentos tradicionais e formas de manejo desenvolvidos a gerações, com base sobretudo nos conhecimentos e cultura indígena, mas que conforme a realidade, a dinâmica e a necessidade foram adaptados. Os dados da pesquisa evidenciam que o desenvolvimento da agricultura familiar tradicional é para subsistência e são permeadas de valores e características de sustentabilidade pois permitem um gerenciamento no uso dos recursos naturais, vinculado à capacidade dos agricultores familiares tradicionais de se reproduzirem fisicamente e culturalmente, ao mesmo tempo em que mantem e garante recursos para as próximas gerações. A partir do resultado da pesquisa, constatou-se a que agricultura familiar nas comunidades são desenvolvidas de forma tradicional, diferenciada da agricultura patronal, convencional e portanto a necessidade de uma política rural regional direcionada às necessidades do produtor da região, com criação de alternativas e ações públicas para um desenvolvimento regional sustentáveis com valorização e fortalecimento da agricultura familiar tradicional.

Palavras Chave: Agricultura familiar tradicional; sustentabilidade; comunidade;

ABSTRACT

The sustainability of agriculture involves processes with social, economic, cultural, environmental, among others, that the interfaces have a complexity that relates man and nature. In this context, discussions on family farms become relevant to what extent the increase in production capacity in agriculture sought to meet both the domestic market as international, resulting in growth of production volume, but also questioning the sustainability of natural resources given the fact the indiscriminate use in capitalist production logic. Family farming aims, through family labor, the livelihoods of different social segments of the Brazilian rural areas with small and medium scale of production. Thus, historically Amazon agriculture is developed differently based on knowledge, wisdom and inherited traditional practices of indigenous culture and the various social sectors that immigrants in the different economic cycles in the region fostered a process of Amazon socio-cultural training with different social groups, among which are the traditional family farmer riverside. The study aimed at an analysis of sustainability in the development of traditional family farms in the coastal communities of Saint Lazarus and Saint Lucia in the municipality of Caapiranga / AM in the period from January to December 2014. The methodology used was based on a quantitative and qualitative approach in which techniques and instruments were used such as: form, interview, group approach, field notes and observation. The results mainly show that the development of traditional family farming communities of San Afonso and Santa Maria, farming practices are used, traditional knowledge and forms of management developed the generations, based mainly on knowledge and indigenous culture, but according to reality, the dynamics and the need were adapted. The survey data show that the development of traditional family farming is for subsistence and are permeated with values and sustainability features they allow a management in the use of natural resources linked to the ability of traditional family farmers to reproduce physically and culturally, the same time keeping and ensures resources for future generations. From the search result, it was found that family farming communities are designed in traditional, differentiated from commercial farmers, conventional and therefore the need for a regional rural policy geared to the needs of the producer in the region, with the creation of alternatives and public actions for a sustainable regional development with recovery and strengthening of traditional family farms.

Keywords: Traditional Family Agriculture; sustainability; community

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Representação da amostra por comunidade	19
QUADRO 02 - Momentos históricos da questão agrária e agricultura no Brasil	24
QUADRO 03- Principais problemas ambientais, escala de abrangência e relações principais com a agricultura	35
QUADRO 04 – Linha cronológica sobre os Eventos Centrais relacionados à Questão Socioambiental	37
QUADRO 05 - Outras dimensões da sustentabilidade.....	47
QUADRO 06 - Município de Caapiranga	59
QUADRO 07 - Calendário de pesca na comunidade de Santo Afonso e Santa Maria no Município de Caapiranga/AM	83
QUADRO 08 - Opinião dos informantes sobre a diminuição da caça e pesca nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria	109
QUADRO 09 - Período de Plantio da Maniva	115
QUADRO 10: Divisão do trabalho familiar no cultivo da mandioca	117

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Área de Jurisdição do Município de Caapiranga com destaque para o Grande Lago de Manacapuru	61
FIGURA 02 - Frente da comunidade de Santa Maria no Município de Caapiranga/AM	61
FIGURA 03 - Frente da Comunidade Santo Afonso, município de Caapiranga-AM.....	64
FIGURA 04 - Esquema das prioridades nas atividades produtivas da comunidade de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	72
FIGURA 05 - Pluriatividade nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	75
FIGURA 06 e 07 - Quintal das casas na comunidade Santa Maria.....	77
FIGURA 08 e 09 - Quintal com cultivo de hortaliças, arvores frutificas e criação de aves... 78	
FIGURA 10 e 11 - Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).....	102
FIGURA 12 - Esquema da organização da produção da Mandioca	113
FIGURA 13 e 14 - Agricultora e filhos na lavagem e retirada do molho da Mandioca.....	118
FIGURA 15 - Processo produção de farinha	119
FIGURA 16 - Esquema dos elementos constitutivos da sustentabilidade na agricultura familiar Tradicional.....	128
FIGURA 17: Esquema da sustentabilidade na agricultura familiar tradicional nas comunidades	129

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - População Rural por gênero do município de Caapiranga/AM.....	60
TABELA 02 - Moradia na comunidade de Santa Maria.....	62
TABELA 03 - Moradia na comunidade de Santo Afonso	64
TABELA 04 - Números de membros residentes no domicílio dos informantes em Santa Maria	69
TABELA 05 - Números de membros familiares em Santo Afonso.....	70
TABELA 06 – Tamanho médio da propriedade (ha), mão-de-obra familiar, origem da renda e gestão da propriedade (%), (n=8)	72
TABELA 07 - Contratação de mão-de-obra para atividade na agricultura na comunidade de Santa Maria no Município de Caapiranga/AM	73
TABELA 08 - Contratação de mão-de-obra para atividade na agricultura na comunidade de Santo Afonso no Município de Caapiranga/AM	74
TABELA 09 - Produtos Agrícola do Roçado em Santa Maria.....	76
TABELA 10 - Tipos de madeiras retiradas na floresta em torno da comunidade de Santa Maria	79
TABELA 11 – Espécies de caça na comunidade de Santa Maria.....	81
TABELA 12 - Tipo de apetrechos para pesca na comunidade de Santo Afonso.....	84
TABELA 13 - Formas de trabalho coletivo na comunidade de Santa Maria	94
TABELA 14 - Atividades coletivas na comunidade de Santa Maria.....	95
TABELA 15: Atividades coletivas na comunidade de Santo Afonso.....	95
TABELA 16 - Finalidade da produção agrícola do roçado na Comunidade de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	99
TABELA 17 - Destino dos resíduos sólidos na comunidade de Santa Maria, em Caapiranga-AM.....	106
TABELA 18: Tipo de adubo utilizado na agricultura na comunidade de Santo Afonso, em Caapiranga-AM	107
TABELA 19: Tipo de adubo utilizado na agricultura na comunidade de Santa Maria, em Caapiranga-AM	107

TABELA 20 - Espécies utilizadas na alimentação, procedência e destino na comunidade Santo Afonso	112
TABELA 21 - Espécies utilizadas na alimentação, procedência e destino na comunidade Santa Maria.....	112
TABELA 22 - Tipos de equipamentos utilizados em Santa Maria.....	116

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Identidade dos informantes da comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM	68
GRÁFICO 02 - Idade dos informantes da comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM	67
GRÁFICO 03 - Escolaridade dos informantes da comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM	68
GRÁFICO 04 - Idade dos informantes da comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	69
GRÁFICO 05 - Escolaridade dos informantes da comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	70
GRÁFICO 06 - Identidade dos informantes da comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	71
GRÁFICO 07 - Finalidade do extrativismo da madeira na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	80
GRÁFICO 08 - Ambiente de captura dos animais na caça Comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM	82
GRÁFICO 09 - Grau de escolaridade dos familiares na comunidade Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	88
GRÁFICO 10 e 11- Origem da renda familiar nas Comunidade de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	98
GRÁFICO 12 - Destino das sobras de alimento na Comunidade Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	105
GRÁFICO 13 - Tempo de descanso da terra após o uso na agricultura na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	108
GRÁFICO 14 - Origem da produção na comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM	113
GRÁFICO 15 - Origem da produção na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM	113
GRÁFICO 16 - Frequência do trabalho na agricultura na comunidade de Santo Afonso no município de	115

LISTA DE SIGLAS

CNUMAD – Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRA - Instituto Brasileiro de Reforma Agrária

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDA- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social

ONG – Organização Não-Governamental

PIN - Programa de Integração Nacional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

POLAMAZÔNIA - Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGSS – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar

PROVALE - Programa Especial para o Vale do São Francisco

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPITULO I: QUESTÃO AGRÁRIA E SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA NO BRASIL	22
1.1. Questão agrária e o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil a partir de 1960	23
1.2. O debate ambiental na agricultura brasileira	32
1.3. Sustentabilidade na Agricultura Familiar: uma leitura a partir de múltiplas dimensões	39
CAPÍTULO II: POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA: AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES DE SANTA MARIA E SANTO AFONSO NO MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA/AM	51
2.1. Constituição sócio histórica na das populações tradicionais na Região Amazônica	52
2.2. Município de Caapiranga/AM: caracterização do Locus da pesquisa	58
2.3. Agricultura Familiar e os subsistemas produtivos nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no Município de Caapiranga/AM	66
CAPÍTULO III: SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA	86
3.1. Sustentabilidade na Agricultura Familiar Tradicional nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso.	87
3.1.1. Sustentabilidade Social	87
3.1.2. Sustentabilidade Econômica	98
3.1.3. Sustentabilidade Ambiental	104
3.2. Produção e reprodução dos sistemas produtivos da Agricultura Familiar nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERENCIAS	132
APÊNDICES	139

INTRODUÇÃO

A sustentabilidade da agricultura envolve processos com dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais dentre outras, que nas interfaces apresentam uma complexidade que relaciona o homem e a natureza, portanto também o ambiente.

Nesse aspecto, a importância de conhecer os processos que contribuem com a sustentabilidade da agricultura familiar possibilitando a ampliação de informações que podem subsidiar políticas públicas favoráveis a melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais da Amazônia.

O tema em pauta “Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional em comunidades ribeirinhas no Amazonas” se encontra inserido no cenário das problemáticas socioambientais em nível global, no qual emerge a preocupação diante da alta produtividade agrícola e a crescente questão ambiental, com o uso exaustivo dos recursos naturais na produção, uma contradição expressa entre superprodução de alimentos e a degradação dos recursos naturais (VEIGA, 1996, SCHNEIDER, 1994, LEFF 2007).

No Brasil, o cenário agrário atual é resultado da política modernizante, desde a década de 60, que o país vem empregando na tentativa de amenizar os problemas agrários, uma “modernização conservadora” na questão agrária (LUSTOSA, 2012). Esse processo de modernização da agricultura, além de benefícios econômicos com o agronegócio e a segurança alimentar por sua alta capacidade de produção, trouxe a alteração nas relações de trabalho, no uso da terra, na produção agrícola, na dinâmica populacional. Essa forma de agricultura tem se mostrado insustentável, sobretudo do ponto de vista socioambiental. O que predomina nesse modelo é a maximização do lucro e da produção, não levando em consideração os aspectos sociais, culturais dos produtores rurais e nem a capacidade dos agroecossistemas naturais (VEIGA, 1996, SCHNEIDER, 1994, LEFF 2007).

Ao mesmo tempo, nesse contexto nacional, a Amazônia se constitui como alvo de fronteiras agrícolas¹ e palco de grandes projetos com vultosos recursos que ainda perduram nos dias atuais. As décadas de 1960 e 1970 marcam principalmente na região a política de colonização como estratégia de regularização da questão fundiária na tentativa de minimizar as problemáticas de ordens sociais como a luta pela terra e de ordem ambiental, sobretudo das regiões Sudeste e Nordeste do país. (SILVA, 2001; CHAVES, 2001)

¹ Fronteira agrícola representa uma área de expansão dedicada a exploração dos recursos naturais sob processo de expansão das atividades agropecuárias. Geralmente, é uma zona com casos de desmatamento e de conflitos envolvendo a posse e o uso da terra. (SILVA, 2001)

A leitura do cenário nacional se faz necessária para entender a agricultura familiar na contemporaneidade, especialmente, na Amazônia, onde os vários segmentos sociais, resultantes dos diversos ciclos de ocupação da região, juntamente com resistência cultural das populações locais, compõe além da diversificação da categoria de agricultor familiar na região, suas formas de desenvolvimento e produção (IANNI, 1979; SCHNEIDER, 2010; CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009)

Nesse contexto, o estudo versa sobre a agricultura familiar desenvolvida de forma tradicional em comunidades ribeirinhas na Amazônia. O que se constitui em um grande desafio visto que, segundo alguns autores (SCHMITZ et al, 2010, SILVA, 1999) bem como a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar hoje se constitui em um espaço de múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas, sendo compreendida numa concepção mais ampliada e integrando atividades como organização de produtores, turismo, pesca, extrativismo, formando o que ficou conhecido desde a década de 90 de “novo mundo rural”, nas busca de contemplar os diversos pequenos segmentos sociais do âmbito rural brasileiro.

Na Amazônia a agricultura familiar é complexa, pois os agricultores exercem inúmeras outras atividades produtivas juntamente com o desenvolvimento da agricultura, o que pode ser compreendido como a polivalência ou mesmo a pluriatividade nas comunidades rurais da região. Um fenômeno que pressupõe a combinação de pelo menos duas atividades produtivas, sendo a agricultura uma delas. (SCHMITZ et al 2010, SCHNEIDER, 2010; CHAVES, 2001)

Diante deste cenário, no intuito de contribuir com as discussões e com a produção de subsídios que possibilitem visibilidade na agricultura familiar tradicional desenvolvida pelos ribeirinhos da Amazônia, realizou-se a pesquisa sobre a “Sustentabilidade da Agricultura Familiar Tradicional: um estudo nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria no Município de Caapiranga/AM”, que teve como objetivo principal analisar a sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional em comunidades ribeirinhas no Amazonas, identificando os programas de agricultura familiar presentes nas comunidades de Santo Afonso² e Santa Maria, mapeando as formas de desenvolvimento da agricultura familiar tradicional nas comunidades e caracterizando a sustentabilidade no processo de desenvolvimento da agricultura familiar.

Para o alcance dos objetivos, os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa se constituem dentro da perspectiva teórica que permite compreender e explicar a

² Vale destacar que o nome original das comunidades foram resguardados atendendo à Resolução 466/12, denominadas com nomes fictícios, para que não haja riscos decorrentes a participação dos sujeitos na pesquisa.

realidade a partir das condições sócio históricas, numa perspectiva dialética, histórica e analítica, que entenda os sujeitos na sua totalidade bem como a realidade em permanente movimento/transformação. A abordagem do problema foi por meio da Pesquisa Social, uma metodologia científica da qual se podem obter novos conhecimentos no campo da realidade social, considerando as relações humanas, instituições sociais, conflitos, problemas sociais e outros, além de permitir a análise do fenômeno apoiado nas abordagens de outras disciplinas do conhecimento relacionados com elas, uma vez que o sujeito da pesquisa é o homem, a família e os grupos sociais (MARCONI e LAKATOS, 1999; SORIANO, 2004)

A pesquisa foi orientada pela amostragem não-probabilística intencional ou seletiva que segundo Rojas Soriano (2004) este tipo de amostragem é utilizada quando precisa ter casos que possam ser “representativos” da população estudada, neste sentido o pesquisador deverá escolher fontes-chave que possam fornecer informações e/ou indicadores que interessem a pesquisa, permitindo a obtenção de dados relevantes ao estudo.

Para tanto, a pesquisa foi realizada em duas etapas, a primeira consistiu no levantamento de dados para o projeto guarda-chuva³ do qual a pesquisa faz parte, em que utilizou-se dados do relatório do CNPq. Os dados fora sobre a caracterização socioeconômica dos informantes, em Santa Maria com 18 representantes de grupos domésticos e em Santo Afonso com 20 representantes. No que diz respeito as informações específicas sobre agricultura familiar, foram obtidas junto ao número representativo de informantes, com dados relevantes ao estudo, assim em cada comunidade foram realizados com 8 representantes de grupo doméstico.

Quadro 01 – Representação da amostra por comunidade;

Comunidade	Nº Total de Famílias	Fases da pesquisa		Total	Amostra
		1ª fase: Caracterização socioeconômica	2ª fase: Informações da agricultura familiar		
Santo Afonso	44	12	8	20	45%
Santa Maria	28	10	8	18	64%

Fonte: Pontes, 2015.

As técnicas e instrumentais de coletas de dados utilizados para a investigação, foram selecionados a partir da abordagem dos dados quantiqualitativos, entendidos a partir de Minayo (2004) que ambas as técnicas e instrumentos para a obtenção de dados, no âmbito da pesquisa

³ “Organização e Trabalho das Mulheres Ribeirinhas Amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no Grande Lago de Manacapuru/AM, Edital Nº 32/2012 – CNPq.

em Ciências Sociais, se complementam e que não existe uma hierarquia nos dois tipos de abordagens. Entre eles não há oposição, mas são complementares, quando bem trabalhada de forma teórica e, praticamente, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa. Assim, pode-se obter um maior aprofundamento sobre o tema a ser estudado. As técnicas utilizadas foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista, observação e técnicas de abordagem grupal. No que se refere aos instrumentais de coleta de dados foram utilizados: formulário, visitas técnicas, diário de campo.

Dessa forma, o tratamento e análise dos dados foram realizados com a organização e sistematização das informações para construção de gráficos, tabelas e quadros. Em seguida foi realizado a análise das informações a partir das referências das categorias analíticas estudadas. O processo de análise de conteúdo foi utilizado da seguinte forma: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados e interpretações. A pré-análise consiste na fase em que é realizada a organização e tratamento das informações a partir de um roteiro específico, com sistematização das ideias iniciais e formulações de hipóteses de maneira a conduzir o desenvolvimento das sucessivas fases no plano de análise. A exploração do material significa essencialmente na descrição dos dados por meio de codificação, classificação ou categorização. E por fim, o tratamento dos resultados e interpretações, momento em que os resultados obtidos são tratados e refletidos de maneira a serem significativos e válidos. Assim, os resultados são tratados em operações estatísticas simples ou por meio de quadros de resultados, diagramas, figuras entre outros os quais condessem e põem em relevo as informações analisadas (TRIVIÑOS 1996; BARDIN, 1977).

O referido estudo foi realizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM e com o suporte do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação/UFAM, que faz parte do Diretório 5.0 do CNPq. Está vinculada ao projeto intitulado “Organização e Trabalho das Mulheres Ribeirinhas Amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no Grande Lago de Manacapuru/AM, financiado pelo Edital N° 032/2012/ CNPq, em conclusão das atividades e relatórios.

A pesquisa de dissertação está estruturada em três capítulos: o primeiro trata da questão agrária no desenvolvimento da agricultura no Brasil, a partir de 1960, que aborda também questões sobre sustentabilidade, tendo em vista os comprometimentos das problemáticas,

ambientais a partir do desenvolvimento da agricultura na perspectiva do desenvolvimento capitalista. Em seguida é realizado o debate da sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura no âmbito da Agricultura Familiar. Os principais autores que nortearam a discussão sobre a questão agrária e o desenvolvimento da agricultura foram Silva (1978, 1982, 2001), Stedile (1999, 2005), Prado Jr. (1981); Lustosa (2012); Nakatani (2012); e a respeito de sustentabilidade Sachs (1986; 2002; 2003; 2008), Agenda 21, Cavalcanti (2002), Bellen (2006), Leff (2009).

O segundo capítulo apresenta uma abordagem sobre a constituição sócio histórica das populações tradicionais na Amazônia que fomentaram o desenvolvimento da agricultura na região, contribuindo para formação das populações que historicamente constituem e habitam a região, seguido da apresentação das comunidades de abrangência e caracterização da agricultura familiar e os subsistemas produtivos nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no Município de Caapiranga – AM. Os autores citados nas discussões foram principalmente, Martins (1990, 1980), Ianni (1979, 1978), Chaves (2001), Silva (2001);

O terceiro capítulo aborda a sustentabilidade da agricultura familiar desenvolvida de forma tradicional, nas comunidades ribeirinhas com análises a partir das múltiplas dimensões da sustentabilidade identificados nas comunidades. Assim, utilizou-se a perspectiva teórica de Diegues (2004; 2000), Chaves (2001, 2009), Castro (1997), Rodrigues (2001) Noda et al (2007), Wagley (1988), Morán (1990), Leff (2009, 2007) e Sachs (1986; 2002; 2003; 2008).

Neste sentido, a relevância acadêmico-científica deste trabalho visa contribuir com a produção de conhecimentos dentro da temática discutida, na perspectiva de ampliar informações mediante as produções científicas para o aprofundamento da discussão sobre o tema na região e debates em diferentes fóruns em âmbito regional, nacional e internacional, sobre a sustentabilidade da agricultura familiar na Amazônia. A relevância social está na visibilidade do modo de produção sustentável da agricultura familiar tradicional na região, bem como na contribuição dos resultados do estudo com subsídios na elaboração de propostas de políticas públicas para este segmento na Amazônia, dando visibilidade às comunidades ribeirinhas, ao agricultor familiar como um dos protagonistas na continuidade dos processos mantenedores da sustentabilidade da agricultura familiar.

CAPITULO I

QUESTÃO AGRÁRIA E SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA NO BRASIL

A questão agrária no Brasil tem trajetória histórica ligada ao uso e propriedade da terra, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da agricultura, influenciando nas formas de relações sociais e de produção no campo bem como na constituição de segmentos sociais no cenário rural brasileiro. (PRADO, 1981; SILVA 1990; SCHNEIDER, 2010)

Assim, para tratar da questão agrária brasileira, deve ser considerado o papel da agricultura, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, o qual é adotado como marco histórico, devido ao plano de mudanças socioeconômicas visando o crescimento econômico pelo qual o país passava que resultou na modernização sem reformas no que concerne a questão agrária no Brasil (LUSTOSA, 2012).

A agricultura ficou entendida principalmente como atividade cujo principal objetivo era o lucro, o que ocasionou o uso abusivo dos recursos naturais, e de defensivos agrícola, maquinários e modificação genética de plantas em laboratório para alcançar alta produtividade, com consequências à humanidade e ao meio ambiente (LEFF, 2009, VEIGA, 1996).

Essa forma de crescimento econômico, manifestada na apropriação capitalista da natureza com exploração exaustiva dos recursos naturais advindas do pacote norte-americano em busca de alta produtividade, levou a revisão dos princípios que conduzem as tomadas de decisões quanto a forma de desenvolvimento e com a questão ambiental, sobretudo na contradição entre superprodução alimentar das estruturas de produção e o uso dos recursos naturais (LEFF, 2009).

Deste modo, este capítulo tratará primeiramente da questão agrária e o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil, a partir da década de 1960. Em seguida estabelece o debate ambiental na questão agrária brasileira para adentrar nas discussões sobre a sustentabilidade. Por fim, constitui o debate sobre a sustentabilidade e suas dimensões no desenvolvimento da agricultura para subsidiar a leitura da agricultura familiar na Amazônia.

1.1. Questão agrária e o processo de desenvolvimento da agricultura no Brasil a partir de 1960

O debate da questão agrária no Brasil tem em sua trajetória uma extensa história de lutas sociais desde a conquista portuguesa no território brasileiro, a questão agrária vem se intensificando continuamente e trata-se de um tema que sempre permeou os grandes debates da vida nacional.

Desde a colonização no ano de 1500 até os dias atuais, a questão agrária perpassa a vida de milhões de brasileiros que dependem da terra necessariamente para seu sustento. Na contramão dessa realidade, o país é marcado por uma grande concentração de propriedade fundiária que caracteriza a economia agrária brasileira em favor de uma reduzida minoria. A questão de fundo está na “relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO, 1981; p. 18).

Na leitura de Nakatani et al (2012), desde a colonização portuguesa passando pela Lei da Terra de 1850 e por todo o processo de industrialização vivenciado no século XX, a questão agrária brasileira permanece quase inalterada e compo as bases das contradições sociais e econômicas. Para o referido autor, o Brasil talvez seja o único país que experimentou um profundo e complexo crescimento, e desenvolvimento econômico sem promover transformações na questão agrária, nem mesmo a exemplo de países como Estados Unidos, China e URSS que de diferentes formas promoveram o acesso a terra para suas populações.

De acordo com Lustosa (2012), uma das particularidades da formação social brasileira está na forma de apropriação privada da terra, cuja característica é extremamente concentrada. Tal fato, retrata a constituição das classes sociais brasileiras em proprietárias e não proprietárias de terras, inseridos no padrão de desenvolvimento que a autora denominou de “excludente e conservador” e que vem sendo o mantenedor de desigualdades expressivas de riquezas e rendas.

Tomando por base esse entendimento da questão agrária, Mendonça (2010, p. 78) conceitua como:

[...] o conjunto de inter-relações e contradições derivando de uma estrutura fundiária altamente concentrada que, por seu turno, também determina a concentração de poder econômico, político e simbólico, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional. Em outros termos, é possível afirmar que o desenvolvimento do país está entravado por uma “questão agrária” quando a tessitura das reações econômicas, sociais, políticas e culturais, no meio rural produz uma dinâmica perversa (Sampaio & Prado Fº 1998: p.3) que bloqueia tanto o esforço para aumentar a produção e a produtividade no campo, quanto as tentativas de melhorar o nível de vida da população rural e, sobretudo, seu grau de participação no processo político democrático.

Dessa forma, a questão agrária é estrutural e não pode ser resolvida apenas com medidas de políticas agrícolas ou social, já que seus efeitos, fatalmente, serão destruídos pela estrutura fundiária concentradora (MENDONÇA, 2010). Por isso, a compressão do âmbito rural no Brasil nos dias atuais, somente é possível, na medida em que a observação se expande para a história do país, pois a questão agrária não pode ser dissociada de cada contexto e momento histórico, o que pode ser sinalizado de modo breve no quadro abaixo:

Quadro 02 - Momentos históricos da questão agrária e agricultura no Brasil

Período	Descrição	Principais características
1500 – 1822	Colonização e origem do latifúndio	Padrão de ocupação e divisão do território em extensas capitanias de caráter hereditário. Nesse modelo inexistia a propriedade privada da terra, somente concessões. Os principais ciclos exploratórios eram extrativistas: pau-brasil, cana de açúcar, ouro e café. Mão de obra escrava.
1822 – 1930	Modelo agroexportador	Surgimento em 1850 da Lei de Terras. Introdução do sistema de propriedade privada das terras e terras devolutas pertencente ao Estado brasileiro. Inserção agroexportadora no sistema capitalista internacional, com a produção principalmente de café. Fim do período escravocrata e política de subsídio à imigração de europeus.
1930-1959	Questão agrária e a industrialização brasileira	Período da industrialização da economia brasileira com substituição do modelo de importações. Transferência de capital das atividades agrícolas para as indústrias o que originou um processo de migração campo-cidade.
1960 – 1989	Modernização Conservadora da Agricultura	Grande aparato tecnológico provido de variedades de plantas modificadas geneticamente em laboratório, espécies agrícolas que foram desenvolvidas para alcançar alta produtividade, uma série de procedimentos técnicos com uso de defensivos agrícolas e de maquinários.
1990 - 2014	Agronegócio ou Agrobusiness	O modelo agrícola passou por mudanças, o Estado diminuiu sua participação e o mercado passou a financiar a agricultura fortalecendo a cadeia do agronegócio e/ou <i>agrobusiness</i> . Hoje é a agroindústria que predomina no mercado da agricultura principalmente para a exportação.

FONTE: Esquema elaborado a partir de Nakatani et al (2012) e Silva, 2001.

Desse modo, a historicidade da questão agrária na sociedade brasileira, e nos últimos anos a intensidade dos debates sobre o assunto, estão diretamente ligados ao fato de que ela vem sendo agravada pelo modo como têm se expandido as relações capitalistas de produção no campo, ou seja, a forma como o país tem ampliado sua produção agropecuária tendo resultado em impactos negativos sobretudo na população rural (SILVA, 2001).

Nesta perspectiva, Gorender (2013) ao tratar do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, com base em Marx, entende-se que nesse modo de produção os trabalhadores

assalariados produzem mais-valia, a força de trabalho se converte em mercadoria produzindo um exército de reserva, formando capital e propriedade privada destinada a reprodução ampliada sob a forma de valor, não de uso, mas de valor que se destina ao mercado. Essa definição do modo de produção capitalista, segundo o autor, é válida também para agricultura, visto que a agricultura compõe o sistema econômico como um dos ramos industriais, deixando de ser apenas agricultura, principalmente a partir de sua modernização, sem eliminar o problema central: a propriedade da terra. Neste sentido, não é possível dissociar a questão agrária do desenvolvimento do capitalismo no campo e a agricultura no Brasil, pois esta questão defronta-se com concepções históricas-sociológico-econômico.

Isso pode ser verificado na história nacional de 1967 à 1973, a partir das reformas econômicas empreendidas no âmbito do Plano de Ação Econômica do Governo de Castelo Branco, posterior “milagre econômico”, no qual a economia cresceu consideravelmente e o modelo brasileiro revelou-se na sua plenitude conservadora. Neste momento muitos acreditaram que a questão agrária havia sido resolvida, no entanto o aumento da produção agrícola beneficiou tão somente uma minoria privilegiada, os chamados “produtos de exportação” (café, soja e outros), em detrimento dos “produtos alimentícios” (feijão, arroz), neste processo os mais penalizados foram os pequenos produtores rurais (NAKATANI et al, 2012; SILVA, 2001).

A partir de 1974, a economia brasileira deixou de apresentar esses elevados índices de crescimento passando a delinear uma situação de crise. Dentro do contexto das crises do sistema econômico capitalista, em 1978, os debates sobre a questão agrária foram retomados a todo vigor, pois tratava-se de um conteúdo político e social das transformações que se operavam no campo brasileiro, esse foi um momento polêmico e conflituoso marcado por fechamentos de sindicatos, morte de líderes camponeses entre outras violências noticiadas (SILVA, 2001).

O fato é que esse período de expansão das grandes empresas capitalistas na agropecuária brasileira, entre as décadas de 60 e 70, acarretou a diminuição de milhares de pequenas produções de trabalhadores rurais que trabalhavam para subsistência e venda do excedente. Isso fez com que no cenário nacional houvesse uma série de migrações, subempregos, criminalidades nas metrópoles brasileiras, além de conflitos entre grileiros e posseiros⁴, fazendeiros, índios e entre outros (BRUMER, 1998; NAKATANI et al, 2012;

⁴ Para Martins (1984) o grileiro é aquele indivíduo que invade a terra e se apropria ilegalmente, geralmente, por meio de fraude ou documento falsificado de propriedade. Já os posseiros são os primeiros a ocupar, isto é, a tomar a posse da terra, geralmente sem dono e documentação. É pouco provável que invadam a terra em que há sinal de trabalho, ocupação ou que tenha proprietário. Dela passam a retirar o sustento sem possui o documento legal de propriedade da terra

SILVA, 2001;).

Apesar do debate da questão agrária brasileira está presente em toda a história, em especial, a década de 60 marca o âmbito político, com o desenvolvimento econômico e o modelo de industrialização adotado no país, uma vez que existia a interrogação se agricultura poderia contribuir ou atrapalhar a industrialização e desenvolvimento do Brasil. (MIELITZ NETO, 2010).

Conforme Silva (2001, p.43), esse período marcou a concepção de produção agrícola, visto que aconteceram a substituição no trabalho de animais por máquinas e equipamentos, os adubos passaram a ser produzidos pela indústria na área da agricultura. O referido autor afirma que “a própria indústria criou o mercado que necessitava para sua expansão”.

Foi durante esse período que ocorreu o aumento das grandes propriedades. Isso ocasionou de 1972 a 1976 a forte expansão da fronteira agrícola para a Amazônia Legal, onde houve significativamente a multiplicação de pequenas propriedades, sobretudo aquelas ligadas às empresas multinacionais. Esse período representou uma dinâmica de recriação/destruição da pequena propriedade no Brasil, o qual Silva (2001; p.35) descreve como:

[...] na fase de *subida dos ciclos econômicos*, as pequenas propriedades são engolidas naquelas regiões de maior desenvolvimento capitalista no campo e empurradas para a fronteira, na maioria das vezes na forma de pequenos posseiros. Na fase de *descenso do ciclo*, as pequenas propriedades se expandem, é verdade, mesmo em certas regiões de maior desenvolvimento capitalista e/ou de estrutura agrária consolidada.

Este cenário de aumento da concentração fundiária e rápida expansão de fronteiras agrícolas, marcou a agricultura brasileira em três grandes regiões de acordo com Silva (2001):

- a) O Centro-Sul, onde a agricultura se moderniza rapidamente pela incorporação de insumos industriais (fertilizantes e defensivos químicos, máquinas e equipamentos agrícolas.);
- b) O Nordeste, que após a incorporação da fronteira do Maranhão (em meados dos anos 1960) e, mais recentemente, a da Bahia, permanece sem grandes transformações fundamentais no conjunto de sua agropecuária;
- c) A Amazônia, incluindo parte da região Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), que representou a zona de expansão da fronteira agrícola a partir do início dos anos 1960. Essa conjuntura fez com que as políticas agrárias e agrícolas brasileiras, até a década de 1970, ficasse reconhecida como “modernização conservadora”.

Esse processo, segundo Lustosa (2012), estava fundamentado no modelo funcionalista norte-americano em que a agricultura deveria desempenhar funções ao desenvolvimento econômico, tratava-se de uma modernização sem reformas na questão agrária, e com reformas

somente em casos onde houvesse uma ineficiência agrária. Tudo isso visando o crescimento da produção e produtividade do setor agrícola acelerando o crescimento do país.

Ao longo dos anos 1970, a agricultura se tornou um “grande negócio”. Obter subsídio ou ter facilidades de aquisição de terras públicas era um ótimo investimento, e parcelas do capital financeiro-industrial para aí se dirigiam (...) aproveitando o lucro fácil que era oferecido pela exploração de alguns produtos naquele momento. Todo esse processo se fez a partir e através do Estado. Mais que um mediador de interesses, o Estado tornou-se também parte nessa questão: o mercado de terras passou a atravessar a máquina do Estado. (Palmeiras, 1994; p. 50 apud MENDONÇA, 2010; p. 75)

Neste momento, conforme Mendonça (2010) há uma divisão de trabalho, segmentando na prática a questão agrícola da questão agrária⁵. O exemplo disso foi a criação em 1964 do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) – subordinado ao Ministério da Agricultura que tinha atuação na política agrícola – e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) – ligado à presidência da República com ênfase na política agrária. Ambos institutos foram extintos em 1970 e substituído pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) que significou um novo sentido na reforma agrária brasileira, uma forma de ocupação de terras públicas em fronteiras, o que se tornava a questão agrária equivalente a colonização.

Assim, para além de colonizar as fronteiras em favor do grande capital nacional e estrangeiro com a expansão do latifúndio improdutivo, a política de “modernização” da agricultura brasileira, pautou-se pela concessão estatal de créditos e subsídios direcionados principalmente para a agricultura patronal, tendo em vista disseminar tecnologia e privilegiar os produtos de exportação ou vinculados a vários programas (MENDONÇA, 2010; LUSTOSA, 2012).

Diante desse contexto, autores como Silva (2001) e Ianni (1979) apontam que a agricultura começou a atrair os mais diversificados investimentos para o setor agrário presentes em muitos programas e ações na década de 70. Neste período, a reforma agrária baseou-se num modelo de colonização da Amazônia, incentivado pelos projetos agropecuários atraídos por incentivos fiscais que tinham a intenção de “substituir” a reforma agrária. Com esse intuito, o Governo Federal lançou programas de desenvolvimento regional, entre eles, o Programa de Integração Nacional – PIN (1970); o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste – PROTERRA (1971); o Programa Especial para o Vale do

⁵ Questão agrícola são questões ligadas à produção, à produtividade e aos processos técnicos que buscam expandir esses aspectos da produção. A questão Agrária trata-se do fenômeno com maior abrangência e dimensão, está relacionada a organização e uso do espaço rural, aos impactos da atividade produtiva, causa no ambiente, as dinâmicas das populações no meio rural e entre a troca de mão de obra e serviços urbano-rural, aos fluxos da cadeia dos mercados, entre outros (MIELITZ NETO, 2010; MENDONÇA, 2010).

São Francisco – PROVALE (1972); o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia – POLAMAZÔNIA (1974); e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste – POLONORDESTE (1974).

Para os autores supracitados, a modernização da agricultura brasileira foi desigual, pois não alcançou todos os tipos de agricultores por meio de programas governamentais, uma vez que o acesso a crédito e tecnologias era para uma minoria de agricultores, enquanto para outros o que restava era a pobreza. Essa forma de política para o desenvolvimento do campo agravou não somente a exclusão social no âmbito rural, mas também nas cidades, com a intensa migração de trabalhadores rurais em direção às regiões metropolitanas

Já a década de 1980, de acordo com Mendonça (2010), marca três tendências fundamentais no cenário agrário, especialmente na agricultura brasileira: a) a constituição dos complexos agroindustriais como aprofundadores da integração entre capitais; b) a redução do papel da pequena produção no processo de desenvolvimento do capitalismo, a qual foi perdendo seu espaço, quer como produtora de bens ou como reserva de mão-de-obra, gerando intenso êxodo rural; c) redução da sazonalidade do trabalho temporário, seja pela afirmação de culturas fortemente mecanizadas, como pela mecanização de culturas até então pouco tecnicizadas em fases de colheitas, restringindo cada vez mais as provisórias oportunidades de trabalho por parte de assalariados, boias-frias, e clandestinos.

Diante dessa conjuntura foi elaborado um dos grandes marcos da questão agrária do país no âmbito da política pública - o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), durante a década de 1980, sob o contexto de redemocratização do país, no governo de José Sarney, em 1985. A conjuntura sinalizava uma necessidade de articulação entre o compromisso com o projeto democrático e as negociações com os segmentos militares, contudo o contexto macro econômico que se firmava no Brasil redirecionando as medidas e papéis do Estado, assim os interesses específicos de grupos econômicos fizeram com que o plano fosse escassamente implementado. (MENDONÇA, 2010; MIELITZ NETO, 2010; LUSTOSA, 2012).

A proposta de PNRA foi elaborada pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD) e nada tinha de novo ou excepcional em relação ao Estatuto da Terra, mas procurou se resgatar um aspecto fundamental quanto à preocupação em neutralizar alguns setores de grandes proprietários mediante o fio condutor da penalização da propriedade especulativa, desapropriando o que foi definido como terras improdutivas. Isso porque, o Estatuto da Terra já sinalizava para uma modernização conversora, uma vez que entre suas estratégias uma era de caráter “produtivista”, concentradora, e outra “distributiva” voltada para

à democratização da propriedade da terra (MENDONÇA 2010).

A PNRA de 1985, previa entre suas medidas a colonização, regulamentação fundiária, tributos somente como complementares e não como alternativas centrais para a obtenção de terras. Esse documento significava o principal instrumento de luta dos trabalhadores da agricultura para a efetivação da reforma agrária. Embora, trouxesse medidas remanescentes do Estatuto da Terra, as elites fundiárias se organizaram e conseguiram obstruir sua execução, sobretudo no que correspondia à desapropriação de terras (LUSTOSA, 2012).

Com isso, é importante destacar que as relações de poder no Brasil, desde a sua colonização, até os dias atuais do século XXI, são marcadas por ocorrências de lutas sociais e enfrentamentos quanto a disputa pela propriedade da terra.

Desse modo, o setor agrário brasileiro é atravessado por interesses antagônicos de classes sociais, próprio do capitalismo agrário, isso fez com que o papel da agricultura não seja apenas pela via da produção. Conforme destaca Lustosa (2012), trata-se de uma questão que não se reduz a esse aspecto, mas de ampla dimensão e competência, como um produto social de relações desiguais, fortemente dependente de um capitalismo com subordinações aos interesses externos delineando um padrão de modernização “excludente e conservador”. Isso revela um setor constituído por condições sociais diferenciadas em termos de propriedade da terra, meios de produção, de acesso a serviços de créditos e financiamentos.

Neste sentido, Mendonça (2010) ressalta que ao tratar da questão agrária brasileira é importante atentar para as colisões de interesses presentes neste campo de lutas, principalmente quanto à classe dominante agrária, visto que estas relações permeiam uma não efetiva solução para a questão agrária/reforma agrária no país.

Esse cenário de correlações de forças, na concepção de Silva (1998) fez com que o Brasil ainda não alcançasse uma Reforma Agrária com transformação da estrutura do campo e acesso à terra a aqueles que não encontram outra possibilidade de inserção produtiva na sociedade.

Assim, o contexto brasileiro no seu “modelo produtivista” recebeu críticas, sobretudo, desde a década de 1950 até 1990, de forma mais enfática no segundo mandato do governo FHC. Conforme Lustosa (2012), dentre as razões estão, principalmente, o modelo de reforma agrária viabilizado pelo mercado para desenvolver atividades de distribuição e organização das relações de propriedade, entre outras, a comercialização de terras.

Os grandes proprietários brasileiros não possuem interesses para produção de alimentos para o mercado interno, mas a exportação com amplos subsídios e benefícios

fomentados pelo governo. O fato é que no Brasil vivenciou-se a modernização, sem reformas estruturais (NAKATANI, 2012; LUSTOSA, 2012; MENDONÇA, 2010).

A década de 1990, representou uma reconfiguração acerca do padrão de reforma agrária consubstanciado no projeto “Novo Rural Brasileiro” em que as pesquisas sinalizam para mudanças expressivas na concepção do padrão de desenvolvimento da agricultura. Para tanto, dos anos 90 até o início do século XXI, o cenário agrário brasileiro apresentou expressiva produtividade, especialmente na ampliação do cultivo de cana-de-açúcar, soja e outros grãos, sobretudo para exportação em sua grande maioria (NAKATANI, et al 2012; LUSTOSA, 2012).

Segundo Lustosa (2012) até os anos 1990 houve na política agrária brasileira um reformismo, que redefiniu a hierarquização da agricultura em dois ramos: agricultura patronal e a agricultura familiar. Essa distinção denota não apenas uma separação formal da produção, mas conseguiu expor o viés de classes sociais na divisão da propriedade. Isso porque o modelo patronal corresponde ao segmento fundiário de grande porte, desde o tamanho da área que ocupa até as formas de gestão da propriedade, visto que, há completa separação entre gestão e trabalho ocasionando predominância do trabalho assalariado e exploração da forma de trabalho. Este segmento também incorpora o agronegócio ou *agribusines*, isto é, a agricultura desenvolvida com base empresarial fundiária para o mercado agrícola de exportação.

Desde a década de 1970, essas mudanças tiveram influência sobre a diversidade social no mundo rural brasileiro. Tal como retrata Schneider (2010):

De um lado, formou-se um grupo de produtores modernizados, com acesso a tecnologias, altamente mecanizados e inseridos nas cadeias de produção de grãos (notadamente, soja, milho e trigo), carnes (aves e suínos), cana-de-açúcar, silvicultura, e entre outros. De outro, consolidou-se e ampliou-se o grupo formado e integrado por miríade de produtores e residentes no meio rural que foram alijados desse processo, permanecendo na condição de pobreza e na precariedade. (p. 102)

Contudo, a conhecida modernização da agricultura, com a modernização das suas bases tecnológicas e formas de disponibilização de créditos para máquinas, insumos, constituiu-se de certa forma, na solução que o país precisava para as mudanças na agricultura e no meio rural. No entanto, Schneider (2010) ressalta uma análise com critérios e perspectivas críticas desse processo, e assinala que foi responsável pela consolidação da estrutura social e econômica dual que caracteriza o meio rural brasileiro até os dias atuais.

Os segmentos de agricultura familiares podem ou não ser proprietários de terras, de modo geral são propriedades de pequeno porte, com a predominância da mão de obra familiar. Estes segmentos, em geral, mantêm a sua produção voltada para à subsistência do conjunto familiar, e quando há excedentes comercializam, por meio da venda ou troca. É comum ao grupo do sistema de produção familiar ter de buscar atividades externas à propriedade para

garantia da sobrevivência do conjunto familiar, em sociedades tradicionais a agricultura não é a única forma de subsistência, são entrelaçados diversas atividades como pesca, caça, extrativismo e outras (LUSTOSA, 2012; VEIGA, 1996).

Para tanto, esta distinção do modo de produção na agricultura foi incorporado no âmbito oficial na criação de um dos maiores programas para agricultura, o Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, que com base nos estudos FAO/INCRÁ ainda tomaram uma subdivisão da agricultura familiar cujo critério fundamental de diferenciação é a renda bruta do estabelecimento proveniente exclusivamente da agricultura: agricultura familiar consolidada, agricultura familiar em transição, e agricultura familiar periférica⁶ (LUSTOSA, 2012; VEIGA, 1996, SCHNEIDER, 2010).

Desde modo, o contexto atual retrata uma agricultura com uma lógica cada vez mais integrada ao mercado. E esse novo padrão de reforma agrária com incentivos a “agrodiversidade” significa que a diversificação da produção atende as exigências do capital. A tendência são um conjunto de alterações na política que valorizem o setor do agronegócio, setor este que desde 1996 é o que mais cresce na economia do país. Para Lustosa (2012) isso vem consolidando, desde os 1990, uma valorização da burguesia com o discurso de revalorização da agricultura familiar e da “reforma agrária com pouca terra”.

Esse contexto de limitações na contemporaneidade em relação a reforma agrária como solução para a questão agrária é retratado por Nakatani et al (2012) como sem espaço, uma vez que a concentração fundiária tem avançado no Brasil nos últimos dez anos e isso explica a velocidade das acelerações da economia brasileira no sentido de maior especialização na produção de *commodities* primária⁷. Outra questão a ser enfrentada é a aquisição de terras em território nacional por parte de capital estrangeiro para a produção de etanol, soja, milho e culturas ligadas a agroenergia, alimentos e matéria-prima para atender o mercado externo. Dessa forma, o governo brasileiro definiu seu posicionamento diante da necessidade de reforma agrária, na qual não existe espaço para uma reforma na propriedade da terra.

A pouca efetividade das políticas para o setor rural brasileiro e juntamente com os

⁶ **agricultura familiar consolidada**, entendida como estabelecimentos familiares integrados ao mercado e com acesso a inovações tecnológicas e a políticas públicas (a maioria funciona em padrões empresariais, alguns chegando até mesmo a integrar o chamado agribusiness); a **agricultura familiar de transição**, composta por estabelecimentos com acesso apenas parcial aos circuitos de inovação tecnológica e do mercado, sem poder chegar à maioria das políticas governamentais e que não estão consolidados como empresa, mas possuem amplo potencial para sua viabilização econômica e, por fim, a **agricultura familiar periférica**, que apresenta estabelecimentos geralmente inadequados em termos de infraestrutura e cuja integração produtiva à economia nacional depende de fortes e bem-estruturados programas de reforma agrária, crédito, pesquisa, assistência técnica e extensão rural, agroindustrialização, comercialização, entre outros (PRONAF, 1996, p.9).

⁷ Inclui agricultura, pecuária e mineração, em especial o minério de ferro. (NAKATANI et al, 2012).

jogos de interesses fizeram com que no governo Lula fosse elaborado e publicado o II Plano Nacional de Reforma Agrária. O documento visou orientar os projetos produtivos as potencialidades regionais as especificidades de cada bioma buscando uma sustentabilidade ambiental. Ainda reconhece a diversidade de segmentos sociais presentes no meio rural brasileiro e prevê ações para promoção de igualdade de gênero e direitos as comunidades tradicionais (BRASIL, 2005).

No entanto, o que aconteceu no modelo agrário brasileiro foi uma reedição do antigo e conhecido padrão de concentração de terras e riquezas que permeiam a história da questão agrária do país, que teve maior intensificação no governo de Fernando Henrique Cardoso com o crescimento do agronegócio, este modelo também foi confirmado e apropriado no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Isso retrata um processo de expansão da produtividade do trabalho na agroindústria, além de uma definição de novas regras especialmente na agricultura voltadas ao atendimento do modelo patronal, o agronegócio (LUSTOSA, 2012).

Portanto, o cenário agrário atual é resultado da política modernizante que o país vem empregando. Os efeitos das atividades agrícolas desse processo de industrialização da agricultura estão sobre o solo, os recursos hídricos, a atmosfera entre outros. Este fato chama atenção para visibilidade da finitude dos recursos naturais, que acontece principalmente pela forma de uso do modelo de desenvolvimento capitalista. Neste sentido, é fundamental repensar a modelo de agricultura com bases na expansão da produtividade que degrada o meio ambiente, mas uma agricultura com bases sustentáveis. Para isso, é preciso estabelecer o debate ambiental desenvolvimento da agricultura na questão agrária brasileira.

1.2. O debate ambiental na agricultura brasileira

A discussão da questão agrária no Brasil está ligada ao desenvolvimento da agricultura e a propriedade da terra. Assim, para tratar do debate ambiental na questão agrária brasileira, não se pode perder de vista essa relação, bem como suas implicações na questão ambiental. De acordo com Fortura (2010), no contexto brasileiro a questão ambiental começa a ser abordada como consequência do paradigma que norteou o processo de modernização da agricultura, uma vez que teve fortes influencias e modificações no meio ambiente em busca de mais produtividade

Desta forma, Silva (2001) destaca que o desenvolvimento da agricultura no Brasil, no que corresponde a industrialização, possui limitações na natureza para o alcance da produtividade. Contudo, o capital procurou superá-las por meio de tecnologias que favorece

maiores lucros na produção agropecuária. Um exemplo é o uso da terra continuamente para agricultura que foi superado por meio de tecnologias no solo.

O atual modelo econômico no mundo, tem sua expressão no modo de produção capitalista, fundado no consumo excessivo dos recursos naturais o que implica na impossibilidade da sua própria sustentabilidade⁸. Este mesmo modelo também se desenvolveu no campo brasileiro, com um grau de desenvolvimento e reprodução ampliada do capital em favor da mais-valia, apropriação dos recursos naturais e exploração do trabalho principalmente em países tropicais, que possuem uma grande diversidade ambiental (LEFF, 2007; NASCIMENTO, 2012; SILVA, 2010, GORENDER, 2013).

Na ótica de autores como Leff (2009,2007) e Silva (2010), o designo do capital, em seu modo de produção baseado na incessante busca de lucros, não exerce um planejamento adequado do uso da natureza, evidenciando uma contradição crescente entre a expansão do modo de produção e as condições de continuidade de desenvolvimento com sustentabilidade do planeta. Este modelo Cavalcante (2012) denomina de “tipo extrai-produz-descarta” é a essência fundamental da questão ambiental que se tornou evidente, principalmente, a partir do fim da década de 60, momento em que, especificamente no Brasil, ocorre o processo de modernização da agricultura e de maior ênfase do capitalismo no campo.

Nesse aspecto, Verdum (2010) ressalta que os impactos ambientais ocasionados pelo processo de intensificação da agricultura no Brasil, que têm suas raízes mais profundas, desde os anos 1930, momento que o país procurou estabelecer uma abertura aos investimentos internacionais buscando consolidar uma política capaz de tornar o país um grande exportador de produtos agrícolas para o mercado consumidor externo.

No entanto, é partir dos anos 1970 que intensifica no contexto internacional o debate entorno do assunto e emerge no Brasil a discussão, resultado da mobilização dos movimentos sociais de ordem ambientalista. Tendo em vista que o país adotou a estratégia de desenvolvimento ao exemplo dos países desenvolvidos em relação a modernização da agricultura. Esse momento foi evidenciado com ocorrências de chuvas radioativas, uso abusivo de pesticidas e inseticidas químicos e outros. Frente a essas degradações ambientais que movimentos sociais elaboram os primeiros paradigmas em busca de soluções (FORTURA, 2010; NASCIMENTO, 2012; VERDUM, 2010).

Segundo Veiga (1996), o ponto de partida dessa perspectiva modernizante da agricultura, no cenário internacional, sobretudo, na Europa e Estados Unidos foi o avanço

⁸ Conceito explicitado no próximo item.

proporcionado pela ciência e emprego de inovações, usos de agrotóxicos, fertilizantes químicos, a motomecanização e melhoramento genético no tocante a agricultura. Apesar do foco inicial ter acontecido nesses países, posteriormente os Estados Unidos passou a expandir esse pacote de produção agrária para toda a América Latina. Assim, chegou ao Brasil no final da década de 60, com avanços e transformações que ficou conhecido como *Revolução Verde*, símbolo da modernização agrária. Para Romero (1998),

A revolução verde, expressão dada ao conjunto dessas novas tecnologias, tem possibilitado a produção intensiva e reduzido os tempos naturais do processo agrícola por meio da aplicação de fertilizantes químicos, de agrotóxicos e da motomecanização. (p. 11)

Esta revolução estava fundamentada na melhoria da produtividade, mas para isso seria necessário a substituição do modelo de produção tradicional de agricultura orgânica baseado na diversificação por um modelo de sistemas de monocultura, suscetível a pragas e conseqüentemente perda de produção, o que impõe a necessidades de uso de agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos.

É inegável que a modernização da agricultura com incorporação de tecnologias para aumento da produção agrícola apresentou ganhos, juntamente com o processo de modernização do Brasil ocasionou o crescimento econômico, contudo também elevou o êxodo rural e exploração ao máximo da terra em algumas regiões. Em todo esse processo não houve preocupação com a finitude dos recursos naturais, mas com a venda e produção de excedentes, ocasionando degradação ambiental e comprometendo a capacidade de recuperação e conservação dos recursos naturais (VEIGA, 1996; ROMERO, 1998; VERDUM, 2010).

Entre os impactos desse processo, Rosa (1998) destaca que no que se refere aos ambientais são muitos, mas alguns possuem uma maior intensidade na importância, pois são capazes de inviabilizar a própria produção agrícola, tais como a degradação dos solos e a erosão genética.

Neste sentido, o principal equívoco da modernização da agricultura foi não dá devida atenção aos elementos naturais fundamentais para o desenvolvimento das atividades agrícolas, isso provocou desequilíbrios ambientais aos quais Rosa (1998) destaca: intensificação de pragas existentes; desenvolvimento de novas pragas; eliminação de insetos benéficos; degradação dos solos e das águas; desmatamento indiscriminado. E diversos outros problemas ambientais e níveis de abrangência conforme elencado abaixo:

Quadro 03- Principais problemas ambientais, escala de abrangência e relações principais com a agricultura

Problema ambiental	Abrangência do Impacto	Relação com a agricultura
Mudanças climáticas	Global	Mudanças de áreas de produção, efeito da liberação de gases e uso de petróleo
Destruição da camada de ozônio	Global	Liberação de gases, especialmente pelo uso de brometo de metila, efeitos sobre biodiversidade;
Destruição de recursos naturais	Global	Contaminação de água, erosão dos solos, uso de agrotóxicos, perda de biodiversidade, desflorestamento e falta de matas ciliares;
Extinção de espécies	Global/Regional	Introdução de espécies exóticas, destruição de habitats, desflorestamento, uso de agrotóxicos;
Perda de biodiversidade	Global/Regional	Introdução de espécies, uso de agrotóxicos, dependência de variedades comerciais, perda de raças animais, monoculturas, desflorestamento;
Erosão, acidificação e salinização dos solos.	Local	Preparo excessivo dos solos, falta de cobertura, irrigação mal feita, manejo químico dos solos;
Excesso de nutrientes nas águas	Regional/Local	Erosão do solo, falta de matas ciliares, uso de agrotóxicos, descartes de resíduos nos rios;
Desertificação	Regional/Loca	Manejo errado do solo, desflorestamento, uso de áreas sensíveis, monoculturas, erosão do solo;
Poluição	Regional/Local	Descarte de resíduos, embalagens, uso de agrotóxicos;

FONTE: Dal Soglio (2009).

No contexto desta discussão, é possível evidenciar o que Leff (2007) afirma ser um paradoxo em que vive a sociedade atual, com os avanços tecnológicos e científicos para sustento da política macroeconômica, ao mesmo tempo aumento no uso dos recursos naturais, questão fundamental das problemáticas ambientais. Tal situação visualiza uma “*crise de civilização*” que questiona a racionalidade econômica e tecnológica vivenciada e intensificada, sobretudo, no século XX e início do século XXI.

É importante destacar que essa racionalidade econômica, historicamente vem empregando nos países tropicais marcas de um colonialismo ecológico de massiva exploração das terras e principalmente usos de campos de monocultura sem um legado de racionalização no uso e manejo dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, as populações foram inseridas num processo de transculturação que as levaram ao desuso de muitas práticas antigas consideradas de rico conhecimento e de maneiras sustentável na utilização dos recursos naturais (LEFF, 2009; 2007).

No caso brasileiro, na tentativa de modernização do país, foram abertas linhas especiais de créditos para compra de insumos, maquinários e outros instrumentos que aumentasse a produtividade do país com incentivos a monocultura. Para intensificação da produção, o impacto dessa modernização resultou na exclusão de grande parte dos agricultores familiares, uma vez que esses não eram contemplados e nem tinham acesso aos benefícios

governamentais em favorecimento de grandes proprietários latifundiários⁹, ampliando o quadro de grandes desigualdades sociais no Brasil (VEIGA, 1996; ROMERO, 1998).

A modernização da agricultura não resultou somente na exclusão de agricultores familiares, mas configurou uma das grandes problemáticas presentes para a sustentabilidade, causou graves destruições dos recursos naturais e práticas culturais tradicionais, realidade presente no caso do Brasil. Essa problemática também conhecida como “questão socioambiental”¹⁰ é acima de tudo resultado das formas de apropriação e usufruto da natureza por meio da racionalidade econômica que ao maximiza excedentes, também deixa em plano inferior questões como equidade social. É uma forma de desvalorização dos patrimônios naturais e culturais de várias populações, assim como a desconstrução da perspectiva de um futuro sustentável (LEEF, 2009).

Dessa forma, a década de 1960 também marcou o momento de reflexões e discussões no mundo sobre a problemática ambiental, considerando os impactos provocados pelo processo de modernização da agricultura. Neste momento foi apresentado, principalmente pela ONU, o desenvolvimento sustentável como estratégia de viável de desenvolvimento para todos os países.

O reconhecimento da ideia de superação da crise por meio da sustentabilidade para o desenvolvimento, ou de rompimento da ideia de infinidade dos recursos naturais não aconteceu de forma homogênea e imediata, se constitui como fruto da percepção e reconhecimento da crise ambiental global, que percorreu um caminho longo até chegar ao estágio da concepção conhecida atualmente.

O quadro a seguir perfaz uma de linha do tempo dos vários momentos e busca sintetizar a evolução de todo o processo que se volta para as questões ambientais e com isso a discussão da sustentabilidade.

⁹ São donos de grandes porções de terra para a obtenção de lucro (SILVA, 2001).

¹⁰ Deve-se ressaltar que é inexistente o consenso teórico, político e epistemológico acerca da “questão ambiental” devido diversidades de fontes interpretativas, assim também, quanto ao termo, sendo também conhecida na literatura como “crise ecológica”, “crise ambiental”, “questão ambiental”, “questão ecológica”, “campo ambiental”. Para além das diversidades teóricas e políticas sobre o assunto, considera-se a dimensão apresentada por Leff (2007), a qual a problemática ambiental perpassa os processos ecológicos, históricos, sociais, econômicos, tecnológicos e culturais, e na dinâmica histórica processual tem sua gênese marcada pela expansão do modo de produção capitalista, sua acumulação, reprodução e a exploração dos recursos naturais, entendendo como questão socioambiental (SILVA 2010; LEFF 2007).

Quadro 04 – Linha cronológica sobre os Eventos Centrais relacionados à Questão Socioambiental

Ano	Marcos Ambientais Internacionais	Ideias centrais
1968	Clube de Roma	Sinais de preocupação com o uso dos recursos naturais; Desaceleração do desenvolvimento industrial; Planeta não tem suporte para a explosão populacional; Crescimento zero.
1972	Conferência de Estocolmo	Relação homem e meio ambiente; Problemática ambiental ocorre em escala global; Ampliação dos debates sobre o crescimento populacional.
1973	Ecodesenvolvimento	Estilo de desenvolvimento adaptado para as áreas rurais, sobretudo, dos países subdesenvolvidos.
1974 ^a	Reelaboração do Ecodesenvolvimento	Trata-se de tecnologias apropriadas; Forma de contribuição para as necessidades básicas; Participação de todos os atores sociais.
1974 ^b	Declaração de Cocoyoc;	Bem-estar do indivíduo depende do máximo acesso aos recursos necessários para a vida humana.
1987	Relatório Brundtland	Nosso Futuro Comum; Conceito de Desenvolvimento Sustentável – relação entre o presente e o futuro das gerações.
1992	Eco-92	Meio Ambiente e Desenvolvimento; Declaração do Rio; Agenda 21 – reflexão entre os países de forma global e localmente sobre as soluções para os problemas socioambientais;
1997	Protocolo de Quioto	Intensas preocupações sobre o combate ao aquecimento global.
2002	Rio+10	Avaliação decorridos 10 anos da Eco-92.
2012	Rio+20	O futuro que queremos; Afirmção e preocupação entre os países sobre um desenvolvimento sustentável.

Fonte: RIBEIRO, 2014.

Tendo em vista a complexidade das questões o conhecido “Relatório de *Brundtland*” entre as mais diferenciadas questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento evidenciou um ponto importante para o debate do setor agrícola, ao tratar das mudanças na qualidade do desenvolvimento:

[...] Em muitos países em desenvolvimento, por exemplo, a introdução da agricultura comercial em grande escala pode gerar receita com rapidez, mas também pode desalojar muitos pequenos agricultores e tomar mais injusta a distribuição de renda. A longo prazo, pode não ser uma estratégia viável, pois empobrece muita gente e aumenta a pressão sobre a base de recursos naturais mediante a supercomercialização da agricultura e a marginalização dos agricultores de subsistência. Dar preferência ao cultivo em pequenas propriedades pode proporcionar resultados mais lentos no princípio, mas a longo prazo pode ser mais viável. (CMMAD, 1991, p. 56)

Neste relatório foram realizados debates no sentido de conciliar a preservação do meio ambiente com o desenvolvimento econômico vigente, cujo ponto de chegada denominou-se Desenvolvimento Sustentável e sua definição tornou-se clássica: “A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável - de garantir que ele atenda às necessidades do presente

sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas.” (CMMAD, 1991, p. 09)

Na leitura de Nogueira e Chaves (2006) é possível identificar alguns obstáculos impostos a implementação do desenvolvimento sustentável nessa perspectiva, quais sejam: a) o mercado e a economia enquanto categoria centrais nessa discussão; b) a existência de profunda debilidade das instancias internacionais de regulação; c) a condição de subordinação dos países do Terceiro Mundo às orientações econômicas dos países do Norte; d) ênfase na mudança das técnicas de produção e inovação, que ainda são vistas como solução para todos os problemas; e) a necessidade de ampla articulação, pois nem o sistema internacional, as agências multilaterais, com a sustentação dos estados soberanos, nem a estrutura do Estado moderno, suas instituições e políticas setoriais, possuem a chave-mestra para rever e/ou solucionar os problemas sociais.

Um outro marco na discussão ocorreu em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (CNUMAD), no Rio de Janeiro - Rio 92 – ou também conhecida como Cúpula da Terra. Nesse evento se produziram vários documentos, com base no conceito de desenvolvimento sustentável, em especial o mais importante compromisso até então assumido entre as nações, a Agenda 21, que se constituiu em um marco histórico nas discussões ambientais. A “Agenda 21” significou o desejo de mudança para um novo modelo de desenvolvimento almejada para o século XXI. Boff (2012) ressalta que neste momento a categoria de desenvolvimento sustentável adquiriu plena cidadania passando a constituir quase sempre todas as discussões nos principais documentos oficiais do governo, empresas e meio de comunicação.

Conforme o Capítulo 32 da “Agenda 21”, intitulado Fortalecimento do Papel dos Agricultores, é ressaltada a importância da agricultura para os sistemas do planeta, uma vez que reconhece que a agricultura ocupa um terço da superfície da Terra e constitui a atividade central de grande parte da população mundial com grande impacto sobre a natureza. Assim aponta:

32.3. Uma abordagem centrada no agricultor é a chave para alcançar a sustentabilidade tanto nos países desenvolvidos como nos em desenvolvimento e muitas das áreas de programas da Agenda 21 estão voltadas para esse objetivo. Uma parte significativa da população rural dos países em desenvolvimento depende primariamente da agricultura de pequena escala, orientada para a subsistência e baseada no trabalho da família. Porém, ela tem um acesso limitado aos recursos, à tecnologia e meios alternativos de produção e subsistência. (CAP. 32, S/P; MMA, 2014)

Maia (2009) destaca que toda essa discussão no âmbito internacional e nacional favoreceram a institucionalização da questão ambiental no Brasil, na década de 1970,

resultando posteriormente na formulação da Política Nacional do Meio Ambiente e a criação do Conselho Nacional de Meio Ambiente, no início da década de 1980. Sobretudo, a criação da “Agenda 21 Brasileira”, iniciada em 1996 e concluída em 2002, construída a partir das diretrizes da Agenda 21 Global que se tornou um instrumento de planejamento participativo para o desenvolvimento sustentável do país.

Entre as estratégias da agenda está a ideia de agricultura sustentável, que almeja novas práticas que conservem os recursos naturais e forneçam produtos mais saudáveis, sem comprometer os níveis tecnológicos já alcançados de segurança alimentar. Ao mesmo tempo, reconhece que não será fácil implantar uma agricultura que preserve os recursos naturais e o meio ambiente, já que as soluções consideradas “sustentáveis” são específicas dos ecossistemas e exigentes em conhecimento agroecológico. São raras as práticas “sustentáveis” que podem ser adotadas em larga escala (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2004).

Diante deste panorama, é fato que a crise socioambiental colocou em evidência os questionamentos quanto as bases que sustentaram o atual modelo de crescimento econômico, bem como os limites impostos pela natureza, especialmente no que concerne aos meios de produção (LEFF 2009, 2007; CAVALCANTI, 2012). Diante de tal complexidade, se faz necessário uma mudança na estrutura dos meios de produção conciliando-os com o ideal de sustentabilidade apoiado nos princípios de uma agricultura sustentável com bases na “Agroecologia”, em que a agricultura exerce um papel no processo de construção social e não simplesmente como a aplicação de algumas tecnologias, isto é, no direcionamento de ações e atividades que promovam novos estilos de desenvolvimento e de agricultura que respeitem não só as condições específicas de cada agroecossistema, mas também a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural (OLIVEIRA et al, 2008;).

Para tanto, especialmente no diz respeito a agricultura, é necessário além de garantir a segurança e a soberania alimentar, também ampliar a capacidade de conservar os ecossistemas, fundamentais na manutenção da vida na Terra. Esta é a perspectiva da agricultura familiar desenvolvida por populações ribeirinhas na Amazônia, com seus conhecimentos tradicionais sobre ecossistemas, manejo dos recursos naturais, e formas de desenvolvimento da agricultura capazes de produzir de forma que atenda suas necessidades.

1.3. Sustentabilidade na Agricultura Familiar: uma leitura a partir de múltiplas dimensões.

A sustentabilidade da agricultura congrega de forma articulada, condições que

promova, a produção e reprodução dos sistemas produtivos. Na sua complexidade, permite o equilíbrio na relação homem-natureza com recursos que satisfaçam a necessidades dos presentes e futuras gerações.

Nessa condição os conceitos convergem para pontos nas dimensões sociais econômicas, ambientais, tecnológicos e culturais. Neste sentido, Sachs (apud CHAVES E RODRIGUES, 2006; p. 100) ressalta o desenvolvimento sustentável trata-se de:

[...] um enfoque de desenvolvimento sócio-econômico orientado para: a satisfação de necessidades básicas; o reconhecimento do papel fundamental que a autonomia cultural desempenha nesse processo de mudanças; oferecer um conjunto de critérios para avaliar a pertinência mais específicas (p. 100)

Dessa forma, Nogueira e Chaves (2006) apontam que os princípios básicos destacados nessa visão formulada por Sachs podem ser elencados a partir da: a) a satisfação das necessidades básicas dos seres humanos; b) a solidariedade com as gerações futuras (solidariedade diacrônica); c) a participação da população nos problemas de desenvolvimento; d) a preservação dos recursos naturais; e) a construção de um sistema social com garantia de emprego, segurança social e outras culturas; f) programas de educação (ANDRADE, apud NOGUEIRA E CHAVES, 2006, p. 134)

Neste sentido, Guimarães (1997; p. 55) afirma que os seres humanos constituem uma importante função no centro do processo de desenvolvimento, a razão. Por isso é necessário advogar um novo estilo de desenvolvimento que seja *ambientalmente* sustentável no acesso e no uso dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade; *socialmente* sustentável na redução da pobreza e das desigualdades sociais e promotor da justiça e da equidade; *culturalmente* sustentável na conservação do sistema de valores, práticas e símbolos de identidade que, apesar de sua evolução e sua reatualização permanentes, determinam a integração nacional através dos tempo; *politicamente* sustentável ao aprofundar a democracia e garantir o acesso e a participação de todos nas decisões de ordem pública.

Dentro dessa perspectiva, Calvacanti (1997, 2012) destaca que para que o desenvolvimento seja sustentável, ele precisa considerar as regras e os limites da natureza, o bem-estar social, os valores culturais e a realização plena da cidadania. A justiça e equidade social devem ser propostas por meio de geração de empregos e renda. Para o autor, isso significa qualificar, ou seja, restringir o crescimento econômico, reconciliando progresso material com a preservação da base natural da sociedade. Este é como adjetivo do desenvolvimento éticos relativos ao bem-estar das gerações atuais e conseqüentemente das gerações futuras e não pelo puro consumo material.

Esses critérios de forma efetiva visam concretude da sustentabilidade nas políticas públicas, para isso é necessário analisar dentro de diferentes dimensões, as quais se apresentam a ecológica, ambiental, social, política e cultural considerando a sustentabilidade um conceito dinâmico.

Diante das perspectivas apresentadas pelos vários autores, é notório que compreender a essência do conceito de sustentabilidade associado à ideia de mudanças com base na distribuição de renda de forma equitativa, acesso a bens e serviços sociais pelas políticas públicas, e entre outras medidas estruturais, questiona o modelo desenvolvimento enquanto sinônimo de crescimento. Para alguns autores (SACHS,2008; CAVALCANTI, 2012; NASCIMENTO, 2012) o crescimento é uma condição necessária para o desenvolvimento, no entanto não é exclusivamente suficiente, se faz necessário um desenvolvimento que tenha incluso mudanças estruturais para alcançar qualidade de vida a todos.

A perspectiva de sustentabilidade implícita no ecodesenvolvimento busca reduzir a dependências para melhoria da qualidade vida, em especial nas zonas rurais. É uma perspectiva para além da dimensões unicamente ecológicas e econômicas. Ela é compreendida a partir de uma junção de fatores, abrangendo aspectos como: econômicos, sociais, ecológicos e culturais que contribuição para a leitura e análise da agricultura familiar tradicional

BOX 1

Ecodesenvolvimento

Para fins de embasamento teórico, é pertinente ressaltar que neste trabalho a concepção adotada esta perspectiva de sustentabilidade desenvolvida por Sachs. Neste sentido, tem sua evidencia relacionada a consciência da crise ambiental que levou a necessidade de se pensar novas estratégias de desenvolvimento discutidas em uma série de fóruns, congressos e encontros internacionais, sobretudo, a partir de reuniões internacionais em torno dessa temática promovidas pela ONU, que evidenciaram o que hoje ficou conhecido como “desenvolvimento sustentável”.

No entanto, essa ideia tem sua origem na proposta de ecodesenvolvimento, que previa como princípios básicos ações que considerassem a necessidade de melhoria nos níveis de qualidade de vida e a preservação ambiental, sobretudo nos países desenvolvidos. Foi Maurice Strong que utilizou pela primeira vez o conceito de ecodesenvolvimento para caracterizar uma concepção alternativas de política de desenvolvimento. Logo, tornou-se um conceito amplamente divulgado, durante anos da década de 1970, quando seus princípios básicos foram reformulados por Inacy Sachs e compôs o centro dos debates da Conferencia de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972), na Eco- 92, e foi amplamente discutido em publicações internacionais, como Estratégia Mundial para a Conservação da UICN/WWF (1980) e em Nosso Futuro Comum (1986). (NOGUEIRA E CHAVES, 2006; DIEGUES, 2004)

A partir de então, em especial duas correntes de pensamento alimentaram esse processo: o ecodesenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O ecodesenvolvimento, segundo Sachs (1986) expõe uma proposta de desenvolvimento capaz de melhorar os impactos ecológicos e sociais. Um estilo de desenvolvimento particularmente adaptado às regiões rurais do Terceiro Mundo e trata de uma proposta que visava para além da perspectiva unicamente urbana do desenvolvimento.

Essa abordagem de desenvolvimento teria suas bases fundamentadas no atendimento às necessidades fundamentais da população, sobretudo, habitação, alimentação, meios energéticos de preparação de alimentos, água, condições sanitárias, educação, saúde e participação nas decisões das populações menos favorecidas, prioritariamente nos países em desenvolvimento atendendo as especificações de cada modo de vida, às potencialidades e dificuldades específicas de cada ecozona, na valorização dos resíduos e na organização de sistemas cíclicos de produção, sistematizando os ciclos ecológicos. (GODARD, 1997)

Nesta perspectiva, na leitura de Sachs (2002) e interpretação de outros autores como Bellen (2006) e Guimarães (1997), a sustentabilidade deve ser considerada um conjunto de fatores interligados entre si, conforme descrito abaixo.

a) Sustentabilidade Social

A sustentabilidade social do desenvolvimento tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Isso põe em evidencia estratégias de desenvolvimento com políticas públicas que visem objetivos de equidade e superação da pobreza, a exemplo das políticas de emprego, moradia, educação e saúde (GUIMARÃES, 1997).

Entre as dimensões da sustentabilidade, na perspectiva do ecodesenvolvimento, Sachs (2002) destaca que a social se faz fundamental, pois constitui na própria finalidade do desenvolvimento. Neste caso, trata-se de um fator do desenvolvimento que tem a responsabilidade de conduzir a um padrão estável de crescimento com redução das desigualdades sociais locais e globais, assegurando uma distribuição equitativa de renda e ativos, além da melhoria dos direitos das grandes massas da população.

Neste âmbito, toda ênfase é dada a preocupação com o bem-estar humano, a condição humana e os meios utilizados para aumentar a qualidade de vida. Desta forma, Bellen (2006) faz um alerta a necessidade de utilizar a dimensão social no conceito de sustentabilidade, mas sobretudo atentar para os indicadores relativos aos aspectos como educação, serviços básicos de acesso a água tratada, saneamento básico, serviços médicos, segurança, alimentação para realmente alcançar a sustentabilidade e avaliar o desenvolvimento sustentável.

Nesta mesma ótica de análise, Guimarães (2001) destaca que a sustentabilidade com critérios sociais para o desenvolvimento, não basta apenas acumular serviços, é necessária uma mudança qualitativa na qualidade de vida e felicidade das pessoas tanto nas necessidades materiais quanto espirituais. Para o autor, os fundamentos sociais da sustentabilidade postulam, sobretudo, a justiça distributiva como critério básico para as políticas públicas no que se refere a acesso a bens e serviços, no caso de políticas globais (educação, saúde, previdência, assistência e outros) cobertura universalizada.

Na ótica dos autores supramencionados, principalmente Sachs (1986, 2002, 2003) revela uma especial preocupação com as populações que vivem em áreas de florestas e/ou rurais. Para elas, a sustentabilidade social dimensiona além de acesso a sistemas de serviços sociais, mas políticas públicas que atendam a condições específicas, como no caso das populações dispersas ao longo dos rios na Amazônia, os ribeirinhos. Neste caso, Sachs (2002, 2003) trata com prioridade, pois são fundamentais para o funcionamento eficiente dos sistemas de produção e conseqüentemente melhoria das condições de vida. Assim, o autor aponta a agricultura familiar como a única maneira de conciliar, no caso brasileiro, o potencial de desenvolvimento ao mesmo tempo que resgata a dívida social.

b) Sustentabilidade Econômica:

A sustentabilidade econômica é uma das dimensões sempre em evidência, sobretudo, por estar ligada a práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam o desenvolvimento econômico. Contudo, não se trata de uma dimensão com condição prévia para

qualquer outra (SACHS, 2002).

Para Sachs (2002) este critério é possível a partir de um fluxo constante de inversões públicas e privadas com gerenciamento eficiente, além do manejo e alocação eficiente dos recursos naturais.

Conforme Bellen (2006), este aspecto da sustentabilidade abrange a alocação e distribuição eficiente dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada. Com base nos estudos de Rutherford (1997), o referido autor destaca que o conceito de desenvolvimento sustentável observado, vê o mundo em termos de estoques de fluxos de capital. Contudo, é importante ressaltar que isso não significa que está restrita apenas ao convencional capital monetário ou econômico, mas está aberta a considerar capitais de diferentes tipos incluindo o ambiental e natural, capital humano e capital social.

Este pilar da sustentabilidade, segundo Guimarães (2001), remete a uma postura de desenvolvimento econômico subordinado às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à desigualdade humana e de melhoria da qualidade de vida das populações.

Para Leff (2010), este quesito constitui o grande desafio da sustentabilidade, pois requer pensar e construir uma outra economia fundada em princípios de racionalidade ambiental, é uma proposta ousada, pois é necessário romper com as ideias e fechamento impostos pela globalização econômica pautado nos ditames do de produção capitalista, que tem em suas bases a mais-valia e o lucro, através da utilização indiscriminada dos recursos naturais.

A sustentabilidade econômica ainda prevê em seus critérios, segundo Sachs (2002, 2003), a segurança alimentar e capacidade contínua dos instrumentos de produção. Isso significa para o autor a consolidação da agricultura familiar como alternativa viável ao desenvolvimento rural brasileiro. Isso é possível mediante um melhor aproveitamento e aplicabilidade dos recursos econômicos, principalmente no se refere ao desenvolvimento da infraestrutura produtiva, ou seja, acesso à terra, ao conhecimento, tecnologias apropriadas, aos instrumentos de produção, energia, estradas, transporte para acesso da produção aos mercados, crédito e criação de empregos não-agrícolas (serviço, comércio, transporte entre outros) para aproveitamento da mão-de-obra familiar. Além de reabilitação e construção de escolas e centros de saúde que estimulem desenvolvimento local. Esse último é um aspecto fundamental na agricultura familiar: a pluriatividade¹¹ dos diversos membros das famílias de agricultores

¹¹ O debate sobre a pluriatividade possui várias definições teóricas no entanto está diretamente relacionado as principais transformações na estrutura agrária dos países desenvolvidos, nas novas relações de trabalho e das formas de reprodução da agricultura familiar. Para Schneider (1994) pluriatividade trata-se um conjunto de relações de trabalho e de produção e não uma categoria teórica de análise que dá conta destas relações. Segundo Souza (2011) a pluriatividade é outra forma de atividade que possibilita a concentração do agricultor familiar não

contribuindo para a sustentabilidade econômica.

c) Sustentabilidade Ambiental:

A sustentabilidade ecológica coloca em evidência sobretudo a capacidade de uso dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Em especial ao recurso natural de caráter não-renovável propõe limitar o ritmo de utilização, desafiando ao mesmo tempo o descobrimento de novos substitutos (GUIMARÃES, 1997).

A sustentabilidade na perspectiva ambiental está diretamente relacionada a capacidade de a natureza absorver e recuperar-se das agressões antrópicas. Assim, para que o desenvolvimento seja ecologicamente sustentável é preciso preservar a integridade dos processos estruturais, que garantem os fluxos de energia e de materiais na biosfera, além da biodiversidade do planeta (GUIMARÃES, 2001; 1997).

A principal preocupação é com impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente, a utilização dos recursos naturais disponíveis no planeta terra e a necessidade de redução do volume de substâncias poluentes a partir da adoção de políticas de conservação da energia e dos recursos, entre outras medidas. Significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em nível mínimo. (SACHS, 2002; BELLEN, 2006)

De modo concreto, implica em rever a lógica de desenvolvimento agropecuário, a forma de modernização agrícola baseada exclusivamente na grande empresa capitalista com uso intensivo de maquinaria e fertilizantes químicos. Assim, para Guimarães (1997) e Sachs (2003) para o alcance da sustentabilidade no âmbito ecológico, seria necessário criar condições para o fortalecimento dos pequenos e médios agricultores, por meio de assessoria técnica e financeira (crédito) compatíveis com cada área e permita continuidade da produção, sobretudo fortalecendo a agricultura familiar.

Neste sentido, Sachs (2002, 2003) ressalta que no caso brasileiro uma forma de preservação do potencial natural na sua produção de recursos renováveis, bem como limitar o uso exaustivo dos recursos não renováveis, está na valorização da agricultura familiar. Isso pelo seu caráter ambiental, ou seja, manejo sustentável dos solos e das florestas, beneficiando ainda empregos a populações local. O referido autor ainda ressalta que agricultura familiar possui um grande potencial para o desenvolvimento rural brasileiro, se respeitar a prudência ecológica,

exclusivamente na agricultura, abrindo-lhe espaço para atuação em outras atividades produtivas dentro do campo, tais como artesanato e turismo rural.

biodiversidade, potencial hídrico ecossistemas e climas diferenciados.

d) Sustentabilidade Cultural:

A cultura estabelece importante papel na mediação entre os processos econômicos e os processos ecológicos no alcance da sustentabilidade. Neste sentido, Leff (2009) entende que toda formação social desenvolve numa estreita relação com seu entorno natural, e portanto, está condicionada por práticas culturais.

Desse modo, Sachs (2002) ao tratar da sustentabilidade no âmbito cultural, ressalta que esta se apresenta, entre todas, de forma mais complexa para efetivação, uma vez que, possui raízes endógenas buscando adaptar-se as mudanças em sintonia com a continuidade cultural de cada contexto local.

Neste sentido, está relacionada ao caminho da modernização sem rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos, por isso exige pensar o processo de modernização de forma sintonizada com a questão cultural vivida em cada região específica (LEFF,2009; SACHS, 1986).

Para Sachs (1986) essa forma de produção é ecologicamente viável, em conciliação com os avanços da ciência, principalmente a agricultura, pois poderiam alimentar as populações do Terceiro Mundo baseada na ecologia cultural, com a renúncia da monocultura e do incentivo a alto produção de insumos industriais

A noção de sustentabilidade cultural direciona-se para a importância e representação da cultura em níveis locais, regionais e globais do desenvolvimento sustentável. Neste prisma, é considerada o elemento chave, para assegurar uma nova perspectiva da relação do homem - natureza no objetivo de alcançar a sustentabilidade.

A sustentabilidade cultural identificação do modo de ser e viver das populações tradicionais com práticas sustentáveis, com base no resgate de saberes tradicionais e a aplicação dos avanços da ciência e da tecnologia moderna dentro de aproveitamento sustentável do potencial ecológico e da diversidade do ecossistema e, principalmente, apropriado as condições culturais e econômicas dentro das práticas produtivas A partir dela, é possível a adaptação de novas tecnologias às formas e modos de vida com minimização de impactos aos nossos recursos naturais, buscando ilustrar, sobretudo, a construção da relações a curto e longo prazo, com vista à um mundo mais sustentável a todos os níveis sociais (LEFF, 2009; SACHS, 2002).

Este aspecto da sustentabilidade, de acordo com Guimarães (2001) postula preservar

a diversidade no seu sentido mais amplo, considerando além da biodiversidade, também a sociobiodiversidade com manutenção de sistema de valores, práticas e simbologias de identidade que permitam a reprodução social.

Assim, toda essa discussão entorno da sustentabilidade e do desenvolvimento, diferenciando-a em relação à visão de crescimento econômico da década de 1970, vem mudando a forma de uso e manejo dos recursos naturais, mas sobretudo, no âmbito da agricultura valorizou as diversas funções e papéis desempenhados pela agricultura familiar tradicional na sociedade. Ainda mais quando se pretende ampliar o conceito de desenvolvimento com a noção de sustentabilidade incorporando outras esferas da sociedade, além da estritamente econômica, tais como: a educação, a saúde e a proteção ambiental.

Portanto, esse conjunto de dimensões da sustentabilidade (social, ambiental, econômica e cultural) apresentadas por Sachs e aprofundadas por diversos outros autores (BELLEN, 2006; GUIMARÃES, 2001) na contemporaneidade indicam amadurecimento do conceito, que embora ainda esteja em debate, essas dimensões articuladas e complementares empregam sustentabilidade as políticas públicas no objetivo de melhores condições de vida para as populações.

Conforme afirmou Sachs (2008) a sustentabilidade é um termo que pode expressar um amplo conceito e possui diversas dimensões e critérios, mas importa salientar que neste trabalho se adotou especificamente em suas dimensões econômica, social, ecológica e cultural como foram apresentadas acima, mas para conhecimento, de forma didática o quadro abaixo apresenta outras dimensões nas quais a sustentabilidade é discutida de forma particular para sua viabilidade.

Quadro 05 - Outras dimensões da sustentabilidade

Dimensões	Definição
Sustentabilidade geográfica	No prisma de Sachs (2002) propõe uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas buscando uma nova configuração para questão rural-urbano de forma mais equilibrada para proteger a diversidade biológica, ao mesmo tempo em que se melhora a qualidade de vida dos planetas.
Sustentabilidade Territorial	Nessa perspectiva, visa promover um ambiente com intervenção qualificada das políticas públicas, em territórios específicos, priorizando a realidade local. Por isso, propõe configurações urbanas e rurais balanceadas (eliminação das inclinações urbanas nas alocações do investimento público); melhoria do ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras para as áreas ecologicamente frágeis (conservação da biodiversidade pelo ecodesenvolvimento). (SACHS, 2002)
Sustentabilidade Política	Se configura num grande desafio na aliança entre diferentes grupos sociais. Possui aspectos micro na democratização da sociedade por

	meio fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, aumento da capacidade de análise de suas organizações e a capacitação para a tomada de decisões, e macro, na democratização do Estado que implica a abertura do aparato estatal ao controle cidadão, a reatualização dos partidos políticos e dos processos eleitorais e a incorporação de conceito de responsabilidade política na atividade pública. Dessa forma, enfatiza a garantia pela paz e a promoção de cooperação internacional ente Norte-Sul, baseado no princípio de igualdade. (SACHS, 1986, 2002; Guimarães 1997, 2001)
--	---

FONTE: Esquema elaborado a partir de Sachs (1986, 2002) e Guimarães (1997, 2001)

De acordo com Leff (2010) o grande desafio é pensar e construir uma outra economia fundada em princípios de racionalidade ambiental, uma proposta ousada, porém uma maneira de alcançar a sustentabilidade rompendo com fechamento imposto pela globalização econômica.

Portanto, observa-se a necessidade de construção de um novo paradigma que estabeleça um retorno a relação entre sociedade e natureza. Essa sustentabilidade busca estabelecer um diálogo com os saberes tradicionais. Para Sachs (1986, 2002, 2003) não se trata de retroceder aos modos ancestrais de vida, mas de transformar o conhecimento tradicional como ponto de partida. Esse ponto de vista do autor, questiona a forma de desenvolvimento da agricultura difundida pela “revolução verde” no processo de modernização, apontando que é possível resistir e superá-la, se houver investimento nas potencialidades específicas de cada ecoregião para produção alimentar.

Em vez de retornar às práticas ancestrais, que não nos poderíamos satisfazer dada sua baixa produtividade e o imenso esforço imposto aos produtores, deveríamos repensar a agricultura em termos de sistema de produção ecologicamente viáveis, aproveitando as conquistas da ciência. Seria possível alimentar as populações do Terceiro Mundo, em harmonia com o ambiente, através de ecodesenvolvimento, contando que se renunciasse a imitação da monocultura cerealista dos Estados Unidos e à obtenção de altos rendimentos [...] (SACHS, 1986; p.33)

Isso porque o modelo de desenvolvimento econômico adotado com processo de industrialização com alto grau de dependência e incorporação tecnológica seguido pelos países da América Latina, foi tirando o lugar das práticas tradicionais, sobretudo nos sistemas produtivos rurais. Justamente com o fortalecimento das modernas empresas agrícolas, aconteceu a substituição de um amplo setor de subsistência com perda de recursos naturais e culturais. A tecnologia produzida e exportada pelo modelo econômico dominante não levou em conta necessidades sociais, condições ecológicas de conservação e produtividade sustentável do ecossistema com uso excessivo dos solos e recursos naturais (LEFF, 2009).

No caso brasileiro, o processo de Modernização Conservadora, engendrou recursos e

inovações tecnológicas para a agricultura, obstruindo o crescimento de técnicas sustentáveis mais propícias à pequena produção agrícola familiar (VEIGA, 1996). Decorre disso, o estigma a agricultura familiar baseia-se fundamentalmente no atraso com o discurso de tradicional que favoreceram a prevalência da modernização no campo. Contudo o Censo Agropecuário do IBGE (2006) constatou que a agricultura de cunho familiar apresenta grandes mudanças no perfil dos produtores em todo o país, mas sobretudo, possui representatividade junto a segurança alimentar da população brasileira.

Para Sachs (2003) é preciso reinventar e redescobrir o potencial de desenvolvimentos sustentável no setor rural, em especial no caso do Brasil, com duplo desafio: aproveitamento o potencial de desenvolvimento, ou mesmo tempo que resgata a dívida social ainda mais aprofundada com a revolução verde que contribuiu para uma crescente polarização social, falta de acesso à terra e desigualdades no campo. Para o referido autor a única maneira de conciliar as duas tarefas está na consolidação e modernização da agricultura familiar.

Neste caso, se trata modernização, gerar acesso a tecnologias apropriadas pensada para cada região de acordo com seu conhecimento tradicional do próprio ecossistema, bem como na transferência de saber técnico e científico às comunidades rurais, um diálogo de saberes, buscando fortalecer sistemas de produção apropriados e diversificados. E ainda, significa acesso por parte dos agricultores familiares à terra, tecnologias, crédito e infraestrutura compatíveis com seu potencial produtivo (SACHS, 2003; LEFF, 2009).

A Agricultura familiar, ao contrário da agricultura patronal, possui potencial considerável como alternativa à soberania alimentar, no Brasil, se constitui alternativa na busca pela sustentabilidade e na concretização de seus princípios. Mas, para isso é preciso que seja apoiada por políticas públicas que almejem fortalecimento de iniciativas locais (SACHS, 2003).

A perspectiva de sustentabilidade implícita no ecodesenvolvimento articulando dimensões busca reduzir a dependências e para melhoria da qualidade vida em especial nas zonas rurais e propõem para além das questões unicamente ecológicas e econômicas (SACHS, 1986, 2002).

Nesse âmbito, Souza (2011) acrescenta que a agroecologia é uma das alternativas nessa perspectiva de sustentabilidade, pois combate à degradação ambiental e a questões de cunho social que se aplicada sobre a agricultura familiar. Ao lado da pluriatividade, produz um novo paradigma de produção eficiente, pois está sobretudo vinculada à valorização do saber produtivo tradicional do agricultor.

Leff (2002, p. 36) afirma que a agroecologia é mais que uma técnica alternativa, é um

novo paradigma produtivo motivado por uma produção ecologicamente e socialmente sustentável.

A Agroecologia, como reação aos modelos agrícolas depredadores, se configura através de um novo campo de saberes práticos para uma agricultura mais sustentável, orientada ao bem comum e ao equilíbrio ecológico do planeta, e como uma ferramenta para a autossustentação e a segurança alimentar das comunidades rurais.

Assim para o referido autor constitui, um exemplo prático de uma racionalidade ambiental. As práticas agroecológicas são compatíveis com a racionalidade produtiva tradicional, pois se constroem sobre o conhecimento tradicional, principalmente no nas práticas agrícolas, combinando este conhecimento com elementos da ciência agrícola moderna.

Esse diálogo com os conhecimentos tradicionais permite potencializar a relação homem-natureza com bases sustentáveis, tendo em vista que, segundo alguns autores (DIEGUES, 2004; CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009) os conhecimentos tradicionais por meio de práticas socioculturais associados ao uso da biodiversidade por das populações tradicionais estabelecem um processo de uso e manejo sustentável dos recursos naturais, com baixa intensidade e menor degradação do ambiente.

Portanto, importa destacar que as populações tradicionais amazônicas estabeleceram uma complexa relação homem-natureza permitindo condições para sua sobrevivência. Para Rodrigues (2009) isso ocorre devido no seu processo histórico ter recebido forte influência das bases indígenas, o que explica muitas práticas tradicionais de se relacionar com a natureza em seu cotidiano e no desenvolvimento das atividades produtivas como agricultura, extrativismo vegetal e animal. Isso aponta que estas populações, têm assegurado não somente a sustentabilidade ambiental, mas também dos conhecimentos, práticas, técnicas e saberes por várias gerações, formando um patrimônio cultural que contribui decisivamente para região Amazônica (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009).

CAPÍTULO II

POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA REGIÃO AMAZÔNICA: AGRICULTURA FAMILIAR NAS COMUNIDADES DE SANTA MARIA E SANTO AFONSO NO MUNICÍPIO DE CAAPIRANGA/AM

Na Amazônia a agricultura familiar está baseada em habilidades e as técnicas necessárias para uso e manejo da diversidade dos recursos naturais. Esses sistemas foram adquiridos com contribuições de diferentes agentes sociais ao longo do processo sócio-histórico e asseguram, sobretudo, condições necessárias à reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares de produção (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2001,2009; NODA et al, 2007; CASTRO et al, 2007).

O desenvolvimento das atividades produtivas, compreendidas como agricultura familiar, apresentam particularidades, haja visto terem suas bases nos conhecimentos herdados das populações indígenas e influência de outros povos, por meio da colonização da região, que permitiu formas específicas de uso e aproveitamento dos recursos naturais da região.

De modo particular, na região, a agricultura familiar é desenvolvida de forma tradicional, sobretudo, em comunidades ribeirinhas, como é observado nos *lôcus* da pesquisa. Desse modo, o foco principal desse capítulo é fazer uma abordagem sobre o contexto da agricultura familiar nas comunidades ribeirinhas de Santa Maria e Santo Afonso *lôcus* dessa pesquisa. Para tanto, buscar-se-á caracterizar, de forma geral, o município de Caapiranga-AM, a fim de se obter um maior conhecimento a respeito do município, em seguida são delineados as particularidades da agricultura familiar e os subsistemas produtivos nas comunidades estudadas.

2.1. Constituição sócio-histórica das populações tradicionais na Região Amazônica

Na história da Amazônia, verifica-se que sucedeu diferentes formas de intervenção no desenvolvimento da região e conseqüentemente no modelo de agricultura. As intervenções ocorreram principalmente por meio de estratégia de desenvolvimento para Amazônia, conforme a dinâmica do cenário nacional. Essas estratégias vieram, sobretudo pelo poder de políticas que fomentaram a expansão do capital nas fronteiras agrícolas da região, ocasionando um movimento populacional nacional, que influenciam direta e indiretamente na formação sócio-histórica da região e no modelo de desenvolvimento da agricultura familiar pelos produtores tradicionais em comunidades ribeirinhas.

Esse processo, está relacionada a tentativa nacional de solucionar outras questões, principalmente fundiárias no restante do país. A Amazônia passou a ser concebida, sobretudo pelos militares e tecnocratas, como “um deserto a ser ocupado”, para justificar medidas governamentais destinadas a promover a ocupação da região (MARTINS, 1982; p. 68). Contudo, o referido autor destaca que a região não se tratava de nenhum espaço demográfico vazio, mas de um espaço já ocupado em outros momentos e circunstância da história. Na concepção do referido autor, na Amazônia não estava ocorrendo “uma *nova* forma de ocupação do território, mas sim, uma *outra* forma de ocupação que vem de “fora” dos centros econômica e politicamente hegemônicos da sociedade brasileira” que eram implementados através de planos de desenvolvimento para a região.

A região significou aos governos militares imensos espaços “vazios”, representando uma maneira rápida para enfrentar vários problemas, sociais, econômicos e geopolíticos pelo qual o Brasil já passava a algum tempo. Após 1964, a região tornou-se um importante foco de atenção na tentativa de ocupação por meio do estímulo à economia, ao povoamento e à integração da região amazônica, que gerou vários impactos adversos, sobretudo, sociais e ambientais na medida em que houve um considerável fluxo migratório para a região, o que provocou o aguçamento das tensões sociais no campo (SERRA et al, 2004).

Para Martins (1982) as tensões sociais existentes na Amazônia, desde então, estão relacionadas com a natureza dos movimentos populacionais produzidos pela estrutura fundiária brasileira presentes em três grandes correntes migratórias, são elas: do Nordeste para o Sul (São Paulo, Rio, Paraná); do Nordeste para o Norte e Centro – Oeste; do Rio Grande do Sul e do Paraná para o Mato Grosso e Rondônia;

Para a Amazônia estão se deslocando, portanto, contingentes populacionais desalojados, por uma estrutura fundiária concentracionista e exploratória, agravada

por uma política governamental de franca opção pela grande empresa e pela propriedade capitalista de terra. A Amazônia é hoje uma das regiões mais tensas do país exatamente porque nela estão se acumulando tensões geradas em outras áreas [...] (p. 86)

Outrossim, o referido autor ressalta que quando se trata da região existem indicações que visibilizam distintas formas de ocupação, bem como movimentos diferentes de deslocamentos populacionais e econômicos que constituíram a região, sem fugir do padrão brasileiro de ocupação territorial.

Neste sentido, a política desenvolvimentista proposta para Amazônia no período dos governos militares propiciou uma acelerada transformação no desenvolvimento regional. Nesse contexto, a década de 70 foi marcada pela política agrícola nacional favorecia a modernização conservadora e, portanto, a agricultura familiar ficou esquecida, tendo em vista que não atendia a perspectiva do sistema capitalista com produção em alta quantidade para atender sobretudo o mercado exterior. As consequências desse processo foi o êxodo rural e a crescente proletarianização dos pequenos produtores rurais, sem uma efetiva reforma agrária, sendo substituída com projetos de colonização de fronteiras agrícolas no Norte e Centro-Oeste (CHAVES, 2001).

As fronteiras agrícolas, conforme Silva (2001) eram espaços alternativos para os “excedentes rurais” nas áreas agrícolas do país. No caso da Amazônia, foi fruto do processo de modernização da agricultura, sobretudo, no Centro-Sul e da população expulsa pela agricultura tradicional do Nordeste.

Este modelo militarista além de favorecer aos grandes proprietários de outras localidades do país, também incentivava a colonização através da política dos “*homens sem terra do Nordeste às terras sem homem da Amazônia*”, isso fortaleceu os interesses dos grandes latifundiários ao mesmo tempo que ampliou o foco de conflitos por terra na região. Os espaços “vazios”, se tornaram viável em termos de produção agrícola através do estímulo à migração das populações nordestinas, uma vez que aliviavam as tensões sociais no Nordeste, bem como, a redução das pressões a favor de uma reforma agrária (CHAVES, 2001; SERRA et al, 2004).

Assim, para Ianni (1979; p. 55) em suma o que ocorreu nos anos 1964 a 1978 foi:

[...] principalmente um desenvolvimento extensivo do capitalismo, no extrativismo, na agricultura e na pecuária, desenvolveram-se as relações capitalista de produção, juntamente com as forças produtivas. Esse foi o quadro geral no qual se integrou a política estatal de ocupação, inclusive a colonização dirigida, oficial e particular. A rigor, a criação e a expansão da empresa do extrativismo, da agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas expressas o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região.

Neste sentido Loureiro (2012) ressalta que partir de meados dos anos 1980 a Amazônia como fronteira econômica foi se desviando cada vez mais da produção familiar e voltando-se para a produção de *commodities* e para a exploração de minérios e de madeiras.

A década de 80 marca o término do modelo nacional-desenvolvimentista que vinha vigorando no país, neste momento os movimentos sociais passaram a ser o principal canal de mobilização e reivindicação junto ao Estado mudando o direcionamento da política de assentamento rural. A década de 90, segundo Chaves (2001) apresenta uma “nova roupagem” do período de colonização, tendo em vista que o modelo de estabilização econômica brasileiro implementado apresentou dois resultados divergentes: integrava os grandes e médios produtores e excluía os pequenos produtores familiares.

Este movimento caracterizou a síntese das formas pretéritas e atuais de ocupação dos espaços regionais, cujas relações de produção e de prosperidade específicas instituíram formas de uso dos recursos existentes (terra, flora e fauna), formas de ocupação e domínio exercido sobre a terra, assim como o papel que assume a esfera econômica imprimiu as marcas profundas na vida social. (CHAVES, 2001, p. 37)

O destino da região amazônica foi direcionado a partir das políticas de integração da região ao território brasileiro. O objetivo de expansão das relações capitalistas na região esteve presente em todos os ciclos combinando interesses políticos e econômicos. Esses modelos econômicos se contrapuseram a organização sociocultural, político organizativa de produção da região gerando conflitos e tensões (MARTINS 1982; CHAVES, 2001; SILVA, 1997).

Serra *et al* (2004) ressalta que em geral, as trajetórias históricas das políticas públicas desenhadas para a região amazônica, especificamente em relação à esfera econômica, demonstram que não conseguiram promover uma ocupação espacial eficiente e organizada na região. Em contrapartida, é necessário reconhecer que os investimentos em infraestrutura de alguns programas de integração da região contribuíram para a redução distancias da Amazônia com outras regiões do Brasil. Contudo, o resultado desse processo foi uma exploração predatória dos recursos naturais e no agravamento das disparidades sociais, com promoção de mudanças significativas no modelo de vida da população local.

Ainda nos anos 90, as políticas econômicas neoliberais intensificariam os incentivos à exportação e, nelas os recursos naturais da Amazônia teriam um papel fundamental. Assim sendo, Loureiro (2009) destaca que a pecuária na região passou a ser incentivada e ampliou suas áreas, além da consolidação do parque siderúrgico e novos empreendimentos com incentivo à produção de grãos nos espaços amazônicos. Para a referida autora, cada vez mais a fronteira amazônica se transforma numa fronteira de *commodities* voltada para o mercado internacional.

Diante deste cenário, as consequências desse processo contribuíram para migração rumo ao meio rural da Amazônia. De acordo com Chaves (2001) a intensificação desses fluxos migratórios aconteceram desde ciclo da borracha entre 1870 e 1910 com europeus, portugueses e espanhóis até a década de 70, no processo de integração implementado pelos militares.

A Amazônia sofreu consequências e reflexos do tratamento da questão agrária no país e das medidas em prol do desenvolvimento da modernização da agricultura, que ficaram empreendidas nos ciclos econômicos pelo qual passou a região e pelo perfil das políticas públicas que vigoram historicamente e conseqüentemente influenciaram sobre a população que nela habita, sobretudo, na identidade dos produtores rurais tradicionais da Amazônia nas modalidades de manejo dos recursos naturais que formam o sistema produtivo na região. (BENCHIMOL, 2009; CHAVES, 2001).

Para autores como Chaves (2001) e Rodrigues (2001, 2009) esses ciclos econômicos delinearam um processo de convergência na formação sociocultural da Amazônia, entre diferentes grupos sociais. Teve início desde a colonização e passou por diversos momentos que impulsionaram o desenvolvimento da região, contribuindo para emergência da diversidade sociocultural que predomina na contemporaneidade. Para Chaves (2001)

Ao longo da história, esse processo foi incrementado pelo encontro entre as diferentes correntes imigratórias que convergiram para a região, e destas com as populações nativas, podendo ser apontado como um dos fatores que impulsionaram a emergência da diversidade cultural que predomina na região. Em que pese a existência de raízes culturais comuns, a diversidade se expressa na vigência de modalidades diferenciadas de uso dos recursos naturais e de identidades sociais particulares. Na região, cada grupo social se apresenta sob uma identidade social e política própria. (p. 62)

Ao longo desse processo sócio-histórico, as populações amazônicas estabeleceram uma complexa relação homem-natureza região, permitindo condições para sua sobrevivência, isso porque desde seus primeiros contatos com os europeus até os migrantes de outros estados brasileiros na década de 60, vem passando por um processo de miscigenação entre os diversos grupos tradicionais existentes na região com migrantes.

A Amazônia é ocupada hoje, por uma diversidade de grupos étnicos e outros segmentos sociais, historicamente constituídos a partir dos vários processos de colonização e miscigenação pelos quais passou a região. Nesse processo de convergência há contribuições, sobretudo na agricultura. No entanto, vale ressaltar que a base dos conhecimentos dos seguimentos tradicionais das populações na Amazônia, constituem-se na importante contribuição indígenas, sobretudo nos modos de reprodução das formas de trabalho, organização sociopolítica e cultural fundamentais para sobrevivência. Os povos indígenas da região, apesar da diversidade entre si

e semelhanças, já se organizavam de forma capaz a integrar as condições ambientais característica da Amazônia, além de um sistema de produção de subsistência. (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2001, 2009)

De acordo com Benchimol (2009, p. 25), “o conhecer, o saber, o viver e o fazer na Amazônia foi um processo predominantemente indígena”, de tal modo que, mesmo com intensas interferências por meio do contato com outras culturas, a cultura indígena foi forte o suficiente para influenciar nos novos padrões culturais e espirituais das populações que lhes sucederam. Segundo o referido autor, é da herança indígena que vem muitos conhecimentos e práticas desenvolvidas ainda hoje no Amazonas, tais como: o conhecimento dos rios, furos, paranás, igarapés e lagos como meio de transporte; a convivência com regime das cheias e vazantes fluviais; o uso da floresta com sua distinção entre madeiras de lei (terra firme) e das madeiras brancas (várzea); práticas agrícolas dos roçados de mandioca e o seu preparo nas casas de farinha; técnicas de desmatamento da floresta pela broca, derrubada, queima e coivara; caça e identificação de animais; pesca e identificação das principais espécies, bem como dos instrumentos e artefatos de apanha e captura; construção de casas, barcos, canoas, artesanatos e culinária e o conhecimento das plantas medicinais, entre outros.

Além das populações indígenas, é necessário reconhecer que somaram contribuições nesse processo de formação sócio-histórica os nordestinos, gaúchos, paranaenses, mineiros, capixabas, paulistas e outros, que como colonos ou empresários, vieram estimulados a ocupar a Amazônia com a abertura de novas fronteiras agrícolas nos mais diversos ciclos econômicos, desde a exploração da borracha na tentativa de desenvolver a Amazônia (BENCHIMOL, 2009; CHAVES, 2001; RODRIGUES 2001).

Os diversos estudos da região (CHAVES, 2001; MORÁN, 1990; RODRIGUES, 2001, 2009, BENCHIMOL, 2009) apontam que o processo de miscigenação entre diversos povos e culturas, proporcionou a formação de diferentes segmentos sociais na região, tais como: ribeirinhos, extrativistas (seringueiros, castanheiros, caucheiros), pescadores, agricultores, entre outros. Importa destacar que esse processo não significou a subordinação indígena à outras cultura, mas um processo de resistência a colonização que deu início a formação de um “novo” tipo de cultura regional, a dos caboclos amazônicos.

Essa diversidade sociocultural das populações da Amazônia compõe um complexo cultural da região e possui em sua essência um conjunto tradicional de valores, crenças, atitudes e modos de vida que compõe as diversas formas de organização social, conhecimentos tradicionais, práticas e formas de relação com os recursos naturais. Nesse contexto, se formaram

o homem e a sociedade amazônica ao longo de todo seu processo histórico, político e institucional (BENCHIMOL, 2009).

Esta nova cultura pode ser visualizada enquanto síntese dos conhecimentos produzidos e assimilados pela sociedade sobre o meio em que vive, sendo esta mediatizada pela relação do homens-natureza (RODRIGUES, 2009; CHAVES, 2001). De acordo com Laraia (1986) a cultura, em suma, “é todo complexo que inclui conhecimento ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (p.25), para tanto é possível e comum existir uma grande diversidade cultural localizada em mesmo tipo de ambiente, transmitida como herança, a cultura é um processo acumulativo e dinâmico.

A cultura de um povo é resultado de uma história, relacionando-se com as condições materiais de sua existência, por isso é necessário buscar conhecer as transformações pelas quais passaram para que faça sentido suas práticas (SANTOS, 2006). Partindo da ótica, a cultura permite entender as singularidades pertinentes as populações da Amazônia, pois se trata de uma construção histórico-social resultando na diversidade de grupos sociais constituídos historicamente (RODRIGUES, 2001; CHAVES, 2001).

Nesse ponto de vista, Wagley (1988) entende que a cultura é todo modo de vida de um povo, o legado social que o indivíduo recebe do grupo a que pertence, ou mesmo compreendida como parte do ambiente que foi criada pelo homem. Portanto segundo o autor, as populações tradicionais da Amazônia hoje são resultados de um processo sócio-histórico em que “são os homens que modificam suas culturas, apesar de que (...) em toda sua história passada (...) tenham sido instrumentos de processos culturais de que em grande parte não se deram conta. (p. 255)

Entre os diversos seguimentos sociais que constituem as populações tradicionais na Amazônia, os estudos sobre região (CHAVES, 2001; MORÁN, 1990; WAGLEY, 1998, FRAXE, 2004; RODRIGUES, 2009) apontam que em particular os ribeirinhos possuem uma modalidade peculiar de organização no que se refere à relação com a natureza e entre si, como a forma de comunicação, o uso das representações dos lugares e tempos de suas vidas na relação com a natureza.

Neste sentido Benchimol (2009; p. 38) destaca que os povos ribeirinhos:

Eram e são ainda índios puros, meio-índios, índio-caboclos, caboclos, meio-caboclos, caboclo-índios de diferentes grupos étnicos e tipos de miscigenação genética, resultado do cruzamento racial com os colonizadores, imigrantes nordestinos e outros povos. Uma herança cultural indígena aculturada pela convivência com esses novos elementos humanos portadores de outros valores, hábitos e costumes, que foram sendo incorporados pelas necessidades de sobrevivência ao longo dos tempos e dos ciclos econômicos.

Segundo Chaves (2001) os ribeirinhos são determinados pela interferência de diversos fatores ao longo da histórica com algumas diferenciações intra-regionais, mas que em sua organização sociocultural apresentam forte influência das populações indígenas apreendidas na sua dinâmica organizacional em comunidades.

Este grupo social são referência de populações tradicionais, tendo em vista a linguagem, a imagem de mata, rios, igarapés e lagos, uso dos recursos da floresta e dos cursos d'água estão, portanto, presentes nos seus modos de vida definindo lugares e tempos na relação com as concepções que construíram sobre a natureza, constituindo um rico patrimônio cultural (CASTRO, 1997). As populações ribeirinhas apresentam uma íntima relação com a natureza, percebida no uso de técnicas como o manejo coletivo dos recursos, práticas de trabalho na agricultura e extrativismo e outras, ensinadas por seus antepassados a atender suas necessidades básicas, tendo como fundamento os conhecimentos tradicionais (DIEGUES, 2004; CHAVES, 2001; FRAXE, 2004; RODRIGUES, 2001, 2009). Partindo deste entendimento da Amazônia, o próximo item faz uma breve caracterização do município de Caapiranga-AM, das comunidades ribeirinhas Santo Afonso e Santa Maria locais em que foram realizadas a pesquisa.

2.2. Município de Caapiranga/AM: caracterização do *Lócus* da pesquisa

O estudo foi realizado nas comunidades ribeirinhas Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM. A escolha das comunidades foi com base nas informações obtidas no Banco de dados do Grupo de Pesquisa Inter-Ação, que vem desenvolvendo trabalhos nesse município desde 2013. O desenvolvimento das atividades ligadas a agricultura aparece com maior expressão nas atividades produtivas das comunidades, tornando importante estudos que ampliasse os conhecimentos nessa ótica. A agricultura também é desenvolvida juntamente com outras atividades o que caracteriza a agricultura familiar como principal atividade econômica desenvolvida pelos comunitários. Assim, as comunidades Santa Maria e Santo Afonso possuem especificidades as quais devem ser ressaltadas para melhor caracterização da dinâmica da agricultura familiar local.

Neste sentido, tomando como base a perspectiva de alguns autores (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009, FRAXE, 2004; BENCHIMOL, 2009), as comunidades de Santo Afonso e Santa Maria, configuram-se como comunidades ribeirinhas tradicionais da Amazônia, tendo em vista a identidade sócio-histórica e cultural que é formada e consolidada nos saberes tradicionais presentes na região, mas sobretudo, pelas bases no desenvolvimento de práticas de seus agentes sociais, os quais estabelecem um conjunto complexo formado pelo *modus vivendi*

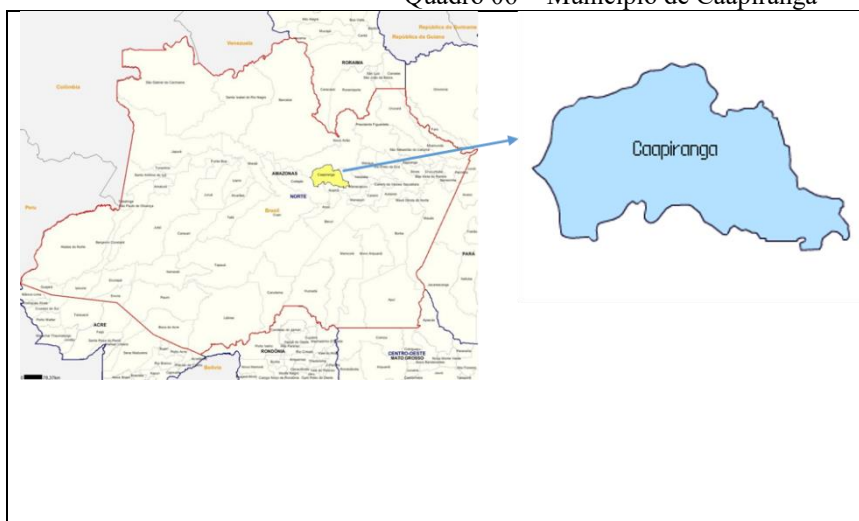
dessa população.

- **Município de Caapiranga-AM**

O município de Caapiranga compõe os 62 municípios do Estado do Amazonas e inicialmente tem sua história ligada ao município de Manacapuru. Segundo o IBGE (2015) em 1786 índios da etnia Mura fundaram uma aldeia no local que recebeu o nome de Manacapuru e foi elevado à categoria de município apenas em 1981. A denominação Caapiranga tem origem Tupi e significa folha vermelha, usada pelos índios nas pinturas corporais durante os festejos e rituais. O município recebeu este nome devido à grande quantidade dessa planta encontrada no local¹²

Assim, o município está situado na sétima Sub-região do Rio Negro/Solimões. Sua área total corresponde a 9.456,58 km², representando 0.602% do Estado do Amazonas, 0.2454% da Região norte e 0.1113% de todo o território brasileiro. A sede está situada no lago de Caapiranga a margem esquerda do Rio Solimões, distante da Capital (Manaus) 147 Km em linha reta e 272,2 milhas por via fluvial. (IBGE, 2010)

Quadro 06 - Município de Caapiranga

	<p>Ano de Instalação: 1985</p> <p>Microrregião: Coari</p> <p>Mesorregião: Centro Amazonense</p> <p>Altitude da Sede: 32 m</p> <p>Distância à Capital: 133.7379Km</p>
--	---

Fonte: IBGE, 2014

Caapiranga limita-se com outros municípios do Estado do Amazonas, são eles: Manacapuru, Anamã, Codajás e Novo Airão. Para chegar à sede do município as opções são via fluvial - Manaus/Caapiranga através de barco/motor com viagem de aproximadamente 12 horas de duração - e via terrestre Manaus /Manacapuru/Caapiranga por meio de ônibus cuja viagem tem duração de aproximadamente 2 hora até o município o Manacapuru e em seguida

¹² www.caapiranga.am.gov.br

viagem via fluvial até a sede de Caapiranga em lanchas com duração de 2:30h, aproximadamente.

De acordo com o senso demográfico do IBGE (2010) Caapiranga/AM é um município no interior do Estado do Amazonas que possui uma população de 10.975 habitantes. Sendo, 5.140 habitantes na área urbana e 5.835 habitantes na área rural, distribuídos em 54 comunidades rurais na sua jurisdição (Tabela 01).

Tabela 01 - População Rural por gênero do município de Caapiranga/AM

	1991	2000	2010
Feminina:	2.472	2.590	2697
Masculina:	2.654	3.098	3138
Total:	5.126	5.688	5835

Fonte: IBGE Censo Demográfico, 2010

As principais atividades econômicas desenvolvidas pelo município estão ligada ao setor primário:

- Agricultura: é a base de sustentação econômica do município com o plantio de malva, mandioca, cará da terra, milho, açaí e banana, merecendo destaque para a melancia. A mandioca fornece como subproduto à farinha, o beiju, tucupi e tapioca.
- Pecuária: caracterizada pela criação de bovinos em pequena escala, bem como suínos, ovinos, caprinos e equinos.
- Pesca: é a principal fonte de alimentação, o pescado. Porém, pela falta de estrutura pesqueira no município, a comercialização do pescado em escala econômica é feita por barcos pesqueiros oriundos de Manacapuru e Manaus.
- Avicultura: caracterizada pela criação para o consumo doméstico.
- Extrativismo Vegetal: atividade tradicional representada, principalmente, pela extração de madeira, borracha e castanha.¹³

De acordo com IBGE (2010) as atividades econômicas desenvolvidas no município são diversas, contudo a produção de renda encontra-se centrada na agricultura de lavouras permanentes de cacau, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, mamão, maracujá e lavouras temporárias de abacaxi, feijão, juta, malva, melancia, milho, mandioca e no extrativismo a madeira e açaí.

- **Grande Lago de Manacapuru**

¹³ Informações obtidas em: Caapiranga (AM). Prefeitura. Disponível em: <<http://www.caapiranga.am.gov.br>. Acesso em: dez. 2011.>. Biblioteca Virtual do Amazonas. Disponível em: <<http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/caapiranga.php>. Acesso em 19/05/2015>

Nas jurisdição do Município de Caapiranga –AM encontram-se as comunidades ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria no Grande Lago de Manacapuru.

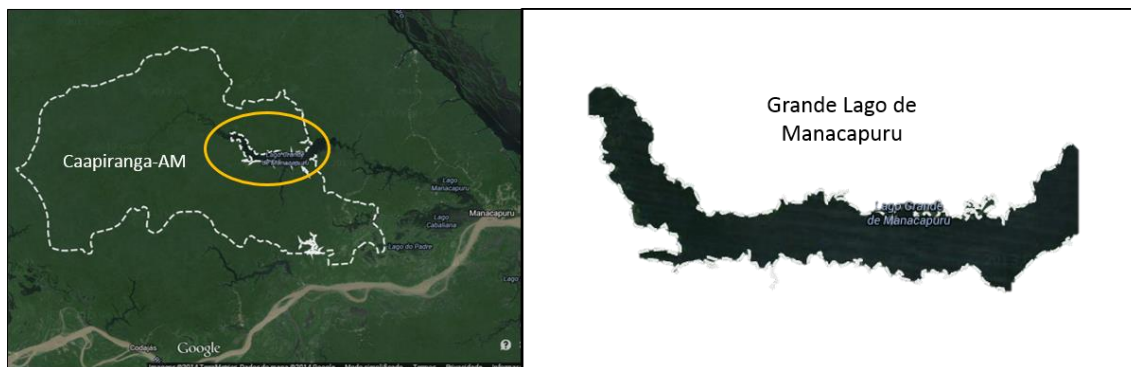


Figura 01 - Área de Jurisdição do Município de Caapiranga com destaque para o Grande Lago de Manacapuru
Fonte: Google Maps, 2014

- **Caracterização das comunidades de abrangência do estudo**

- ***Localização Geográfica - Comunidade Santa Maria***

Santa Maria é uma comunidade ribeirinha com ecossistema de terra firme, situada no Lago Grande de Manacapuru sob jurisdição do Município de Caapiranga, no Estado do Amazonas. Foi fundada em 1980 com a chegada de 3 famílias: do Sr. Elois Batista, Dona Maria Solidade e Sr Azamor. Essas famílias buscaram nesta região oportunidade de moradia própria para o trabalho na agricultura e desenvolveram na comunidade roçados para produção da farinha e também plantio para o cultivo de outras espécies. A comunidade está situada entre as Comunidades de Castanheira, São Sebastião e São Francisco que fazem parte do município de Caapiranga-AM (Comunicação Verbal).



Figura 02 - Frente da comunidade de Santa Maria no Município de Caapiranga/AM.
Fonte: PONTES, 2015;

- **Infraestrutura física, habitação, energia e saneamento básico**

Em relação a infraestrutura, a comunidade Santa Maria possui duas escola, um posto de saúde, um centro social, dois campos de futebol, uma igreja católica e uma igreja evangélica. O transporte dos comunitários para sede dos municípios de Caapiranga-AM e Manacapuru-AM e demais localidades é realizado no barco de linha que semanalmente realiza esse deslocamento dos comunitários ou com transporte próprio constituído principalmente por motores do tipo rabeta. (Comunicação Verbal¹⁴)

Santa Maria possui 25 casas, aproximadamente 28 famílias e em média 132 moradores. Neste sentido, as casas são distribuídas de forma linear e em sua maioria por madeira (Tabela 02)

Tabela 02 - Moradia na comunidade de Santa Maria

Material	F.a.	F.r.(%)
Madeira	13	72
Mista: madeira e alvenaria	5	28
Outros	0	0
Total	18	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Esta forma de moradia se constitui típica das comunidades ribeirinhas da Amazônia que segundo Chaves (2001) são indicativos importantes para a percepção da trajetória de vida, posição política, relações internas e com a comunidade entre outros fatores.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica, cinco casas possuem gerador de energia próprio. Há também, um motor gerador comunitário que funciona durante aproximadamente 4 horas a noite. Esse fornecimento de energia faz parte do projeto do Governo Federal “Luz Para Todos”, no qual a comunidade recebe 400 L de diesel da Prefeitura de Caapiranga e 130L do Estado. Contudo, segundo os líderes comunitários a quantidade fornecida, não atende todo os dias do mês, sendo necessário que os comunitários colaborem para compra de mais 130L de diesel.

A água para utilização é oriunda de poço, chuva e rio. A água de dois poços artesianos e do rio são distribuídas por mangueiras até às casas, no entanto sem tratamento para consumo, higiene pessoal e uso doméstico. No final de ano de 2013, a comunidade foi beneficiada com o programa do Governo Federal “Água para Todos”, entretanto a escola foi beneficiada com um sistema de calhas para armazenamento e aproveitamento da água das chuvas em caixa d’água

¹⁴ Informações obtidas junto ao líder da comunidade

de polietileno. Com o apoio da associação, posteriormente, os comunitários conseguiram junto a Prefeitura do Município de Caapiranga que todas as casas fossem beneficiadas com o mesmo sistema, no entanto durante o período do verão não é possível utilizar esse sistema.

Em muitas comunidades ribeirinhas do Amazonas é notório a precariedade de acesso a bens e serviços sociais no meio rural. Na comunidade Santa Maria as 28 famílias podem contar com alguns benefícios das políticas públicas do Governo em relação a infraestrutura física e no atendimento ao fornecimento de energia e abastecimento de água, além da escola e serviço de saúde. Entretanto, esses serviços são, ainda, deficitários tendo em vista que, não suprem de forma satisfatória as necessidades dessas famílias.

No caso do abastecimento de água as famílias necessitaram fazer com recursos próprios a distribuição de água encanada para chegar até as residências. No período de seca (após a vazante dos rios) a água se torna um fator limitante na agricultura, uma vez que aumenta a distância para a sua aquisição, sendo necessário o deslocamento do produtor por aproximadamente 40 mim de caminhada para coletar água para regar as hortas. Esse precedente influência de forma desfavorável na expansão dos cultivos, pois dessa forma é um fator de desestímulo ao produtor, para ampliar a área cultivada.

- ***Localização Geográfica - Comunidade Santo Afonso***

A comunidade Santo Afonso foi oficialmente fundada no ano de 1980 e os primeiros moradores foram Sra. Francisca de Oliveira Sales e o seu esposo o Sr. Luiz Ferreira Sales que ainda moram no local. Vieram das proximidades do Município de Coari a convite do dono das terras correspondente a comunidade, Sr. Amadeu Lima, com a finalidade de casa própria e lugar para o desenvolvimento da agricultura. A comunidade recebeu esse nome em homenagem ao Santo Padroeiro, uma vez que a maioria dos moradores locais são cristãos católicos.



Figura 03 - Frente da Comunidade Santo Afonso, município de Caapiranga-AM
 Fonte: Relatório Parcial de Pesquisa Edital 32/CNPq/2014

A comunidade está localizada na área rural do município de Caapiranga/AM, as margens esquerda do Lago Grande de Manacapuru. No entorno situam-se outras comunidades ribeirinhas: Castanheiro, Taboca, São Sebastião, Patoá, Santa Maria e Daris que fazem parte do município de Caapiranga-AM (Comunicação Pessoal).

- ***Infraestrutura física, habitação, energia e saneamento básico***

A infraestrutura comunitária é básica, sendo formada por uma escola, um posto de saúde, 1 um centro social, dois campos de futebol, uma igreja católica e um telefone público.

O transporte dos comunitários para sede dos municípios de Caapiranga-AM e Manacapuru-AM e demais localidades é realizado no barco de linha que semanalmente realiza o trajeto entre as comunidades possibilitando o transporte os comunitários, No entanto, os comunitários dispõe de transportes próprio constituído principalmente por barcos rabetas¹⁵ e voadeiras¹⁶.

A comunidade é constituída por aproximadamente 140 moradores distribuídos em 44 famílias residentes efetivamente na comunidade. O total de casas construídas são de 34 sendo a maioria feitas do tipo mista (base de alvenaria e o restante de madeira) e o restante de madeira (tabela 03).

Tabela 03 - Moradia na comunidade de Santo Afonso

Material	F.a.	F.r.
Madeira	4	20%
Alvenaria	1	5%

¹⁵ Rabeta: embarcação de porte pequeno típico da região amazônica, constituída por uma canoa (casco de madeira) movido por um motor de popa.

¹⁶ Voadeira: embarcação com estrutura e casco de metal, geralmente alumínio, movida por um motor de popa;

Mista	15	75%
Total	20	100%

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Na Amazônia segundo Chaves (2001) existem determinantes históricos, socioculturais e econômicos, relacionados a formas habitacionais, tais como:

- a) os recursos naturais encontrados no local (palha, madeira, barro) para construção das moradias;
- b) adequação das moradias às condições do ambiente (alta pluviosidade, elevada umidade do ar e temperatura);
- c) conhecimento tradicional herdado de gerações passadas, possibilitando a melhor forma de uso os recursos naturais encontrados no local;
- d) a diferença entre os custos dos recursos locais disponíveis a essas populações, e os das construções de alvenaria, por exemplo.

Quanto ao fornecimento de energia elétrica é realizado por meio do programa do Governo Federal “Luz Para Todos”, no qual a comunidade recebe combustível da Prefeitura do Município de Caapiranga para funcionamento de um motor gerador comunitário durante 3 horas a noite. A quantia fornecida não é suficiente para garantir energia o necessário mensalmente. Neste caso os moradores contribuem para a compra de mais combustível. E, ainda 14 famílias na comunidade possuem motor gerador próprio.

A água para consumo é retirada do poço artesiano da escola, por todos os comunitários. A distribuição é feita por mangueiras para todas as residências sendo distribuída por mangueiras para todos na comunidade.

No contexto regional da Amazônia é marcado por falta ou precariedade na efetivação de políticas públicas que possam suprir as necessidades dos grupos doméstico-familiar. No caso da comunidade Santo Afonso o acesso a bens e serviços sociais tais como como de saneamento básico, energia, saúde, educação, e outras no âmbito comunitário, não se efetivam de modo a atender os interesses e as necessidades das 44 famílias residentes na comunidade. No caso do abastecimento de água as famílias necessitaram fazer com recursos próprios a distribuição de água encanada para chegar até as residências. Esse fato influência de forma desfavorável na expansão dos cultivos exigindo do produtor maior esforço físico e recursos financeiros para ampliação da área cultivada.

2.3. Agricultura Familiar e os subsistemas produtivos nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no Município de Caapiranga - AM.

A agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado com outro trabalho (BRASIL, 2015).

Na Amazônia, a agricultura apresenta histórico de composição oriundos de diferentes culturas, dentre estas indígenas e nordestinas que ocorreram com o advento da produção da borracha. Dessa forma, verifica-se que a atividade agrícola é desenvolvida por pessoas da região e outros que migram de outras localidades do Brasil, muitas vezes em busca de melhores condições de trabalho (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2001; BENCHIMOL, 2009). Nas comunidades estudadas a agricultura familiar é desenvolvida por produtores que apresentam as seguintes características.

Na comunidade Santa Maria constatou-se que todos os produtores nasceram no Estado do Amazonas, no entanto 94% (n=17) são oriundos de outras comunidades rurais, situadas em outros municípios como Manacapuru-AM, Caapiranga-AM, Anamã-AM e Beruri-AM. Esses dados indicam que apesar de apenas 13% dos produtores terem nascidos no município de Caapiranga, grande parte desses, nasceram na região. Esse fato torna-se importante, principalmente, quando são considerados os fatores culturais, pelas afinidades que ao longo do tempo são adquiridas pelas peculiaridades regionais, nas formas de relações sociais e reprodução das atividades laborativas, incluindo o trabalho na agricultura.

Quanto ao seu auto reconhecimento a respeito da identidade étnica e política, conforme pode ser visualizado no gráfico 01, verifica-se que a maioria 56% (n=10) dos produtores consideram-se pardos, seguido de 22% (n=4) que identificaram-se como caboclos e apenas 11% (n=2) reconheceram-se como índio e negro.

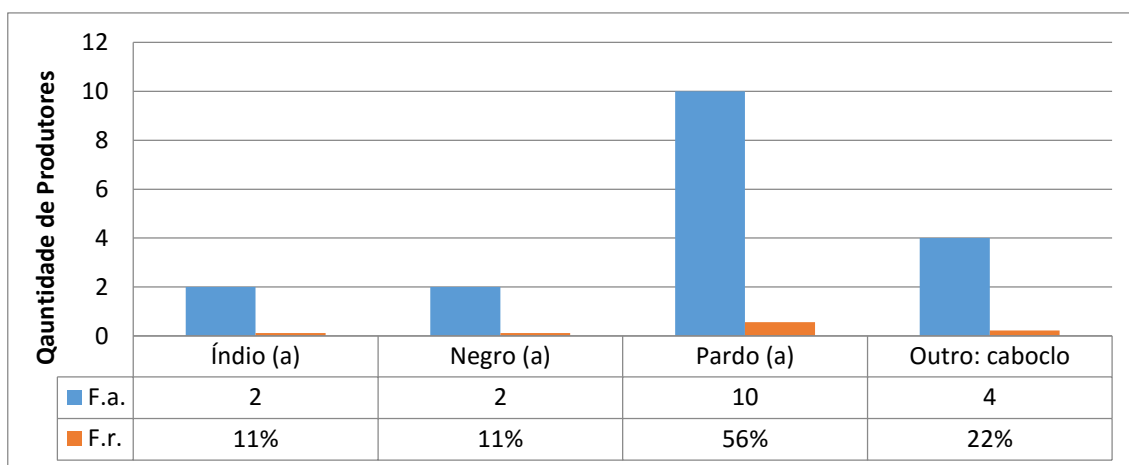


Gráfico 01 - Identidade dos informantes da comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM.
FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Esse fato mostra que a comunidade Santa Maria apresenta uma diversidade étnica, atribuindo-se dessa forma a miscigenação das raças que fizeram parte na colonização da região Amazônica, a maior na concentração de produtores pardos. O estudos sobre a região (MORÁN, 1990, CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009) apontam que as populações amazônicas são originadas do processo de miscigenação, mas possuem uma forte afirmação da sua identidade social, política e cultural, no aprimoramento dos saberes e conhecimentos tradicionais, além do seu uso junto aos recursos naturais no desenvolvimento dos praticas produtivas, sobretudo nas técnicas da agricultura.

A agricultura familiar na Amazônia também possui particularidades que estão relacionados ao processo sócio-histórico com aspectos sociais, econômicos e culturais que formam a base do que na contemporaneidade se tem na agricultura familiar na região.

Quanto a idade dos produtores observa-se que duas faixas etárias destacam-se com maiores concentrações, sendo 22% (n= 4) os que apresentam idade entre 55 e 59 anos e 17% (n=3) os que possuem idade que variam entre 25 à 39 anos (Gráfico 02).

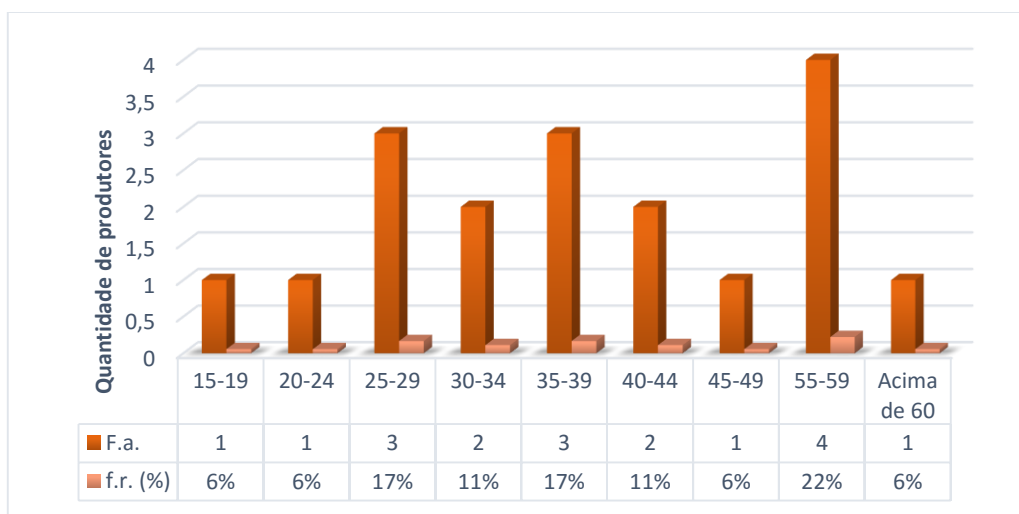


Gráfico 02 - Idade dos informantes da comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Os dados sobre a origem e idades dos produtores sugerem que esses comunitários de Santa Maria possuem vivência em áreas rurais no mínimo de 25 anos. Esse fato é relevante, pois permite um acúmulo de saberes e conhecimentos tradicionais, adquiridos de diferentes gerações, adicionados às experiências frente aos desafios e oportunidades criadas pelo cotidiano no desenvolvimento das atividades produtivas que os tornam capazes de produção e reprodução dos modos de vida adaptados (DIEGUES, 2004; RODRIGUES, 2009).

A maior concentração de produtores apresenta idade entre 55 a 59 anos, esse fato evidencia o acúmulo de experiências e conhecimentos adquiridos entre diferentes gerações.

Entretanto, implícito a cultura tradicional dessas populações em áreas rurais na Amazônia, os conhecimentos de práticas culturais, o saber-fazer das atividades produtivas dos grupos domésticos são repassados de uma geração para outra.

Na comunidade Santa Maria em que a segunda faixa etária mais expressiva está entre 25 a 39 anos, indica que há o aprendizado, uso e adaptações desses conhecimentos no âmbito das atividades, principalmente na agricultura, extrativismo e outras pelos mais novos. É importante destacar que a base do conhecimento dos produtores na comunidade de Santa Maria é predominantemente tradicional, tendo em vista a baixa escolaridade apresentada no gráfico 04 em que a maior quantidade de produtores 38% (n=3) possuem ensino fundamental incompleto, seguido de 25% (n=2) com ensino médio incompleto (Gráfico 03).

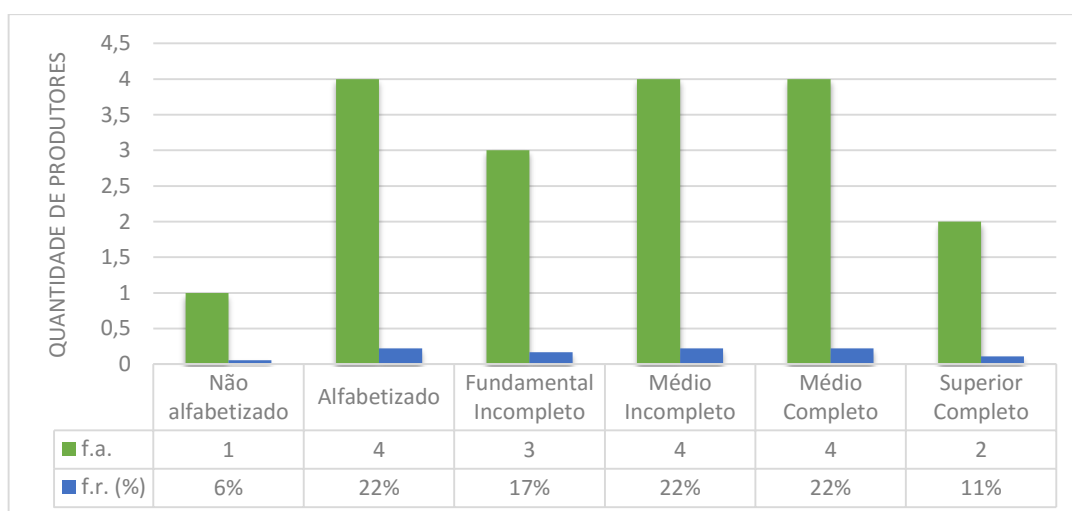


Gráfico 03 - Escolaridade dos informantes da comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2015

É fato que, historicamente estudos sobre a Amazônia (WAGLEY, 1989; CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009) apontam que as políticas públicas direcionadas à região apresentam caráter diferenciado, as quais se efetivaram a partir de lógicas opostas aos interesses e demandas dos produtores rurais, sobretudo em comunidades ribeirinhas, dificultando o acesso a bens e serviços sociais. A baixa escolaridade dos produtores apresentada no gráfico 03, é ocasionada principalmente pelas dificuldades e limitação na viabilização da Política Pública de Educação nas áreas rurais. Este fato contribui na dificuldade que os agricultores apresentam quanto ao acesso à tecnologia para melhoramento da produção na agricultura. E para a continuidade dos conhecimentos tradicionais, como base para o desenvolvimento das atividades produtivas.

Em Santa Maria as famílias variam entre 01 a 06 pessoas entre cônjuge e filhos, sobrinhos e outros agregados (Tabela 04).

Tabela 04 - Números de membros residentes no domicílio dos informantes em Santa Maria

N ° de membros	F.a.	F.r. (%)
de 01 a 02	5	28
de 03 a 04	7	39
de 05 a 06	4	22
Acima de 06	2	11
Total	18	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Nessa abordagem, vale destacar que o conceito de família compreendido na dimensão das relações estabelecidas pelos informantes é conforme Chaves (2001), que cada unidade familiar está estruturada como grupo doméstico, não é apenas caracterizado pelos membros com laços consanguíneos, mas todos aqueles que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade que surgem aliados aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente principalmente no desenvolvimento da agricultura.

Na comunidade Santo Afonso do município de Caapiranga-AM as informações foram obtidas com 80% (n=16) dos produtores do gênero feminino e 20% (n=4) do gênero masculino. A faixa etária predominante entre 44-49 anos (Gráfico 04).

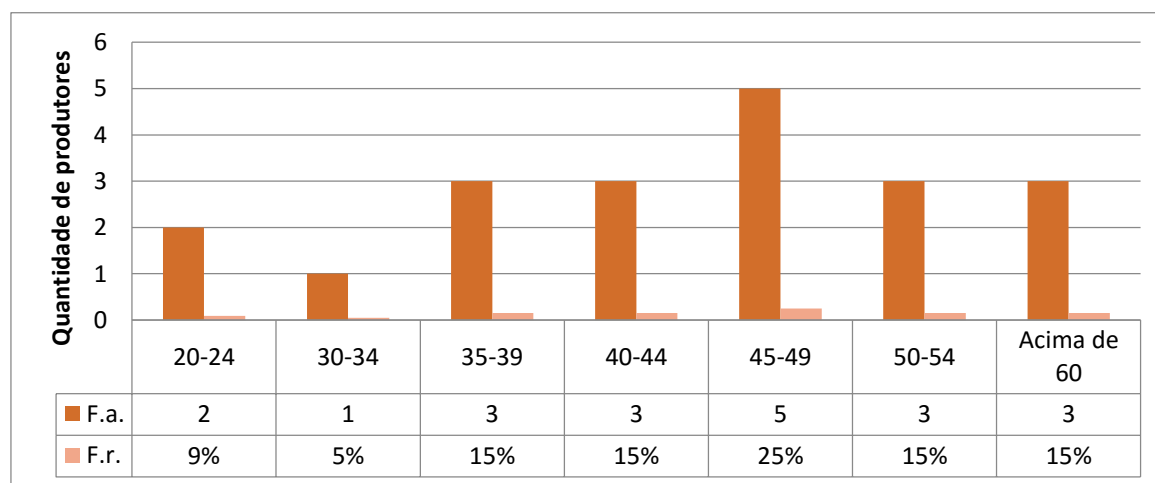


Gráfico 04 - Idade dos informantes da comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM.
FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Esses produtores familiares 100% (n=20) nasceram no Estado do Amazonas. Em outro aspecto, verificou-se que 88% (n=7) são oriundos de outras comunidades rurais, situadas nos municípios de Caruarí, Juruá, Caapiranga, Tefé e Eirunepé. Esse fato remete a reflexão que, embora façam parte de um processo migratório, são moradores que tem suas origens ligadas as peculiaridades do Estado do Amazonas. Segundo Chaves (2001) este processo acontece em grande medida devido à expropriação do pequeno produtor rural, assim como pelas precárias condições de acesso a bens e serviços sociais em localidades distantes da Amazônia.

Nesse cenário, é importante destacar a influência sobre o grau de escolaridade, em que a maior quantidade dos produtores estão entre os ensino fundamental incompleto, ensino médio completo e não alfabetizados (Gráfico 05)

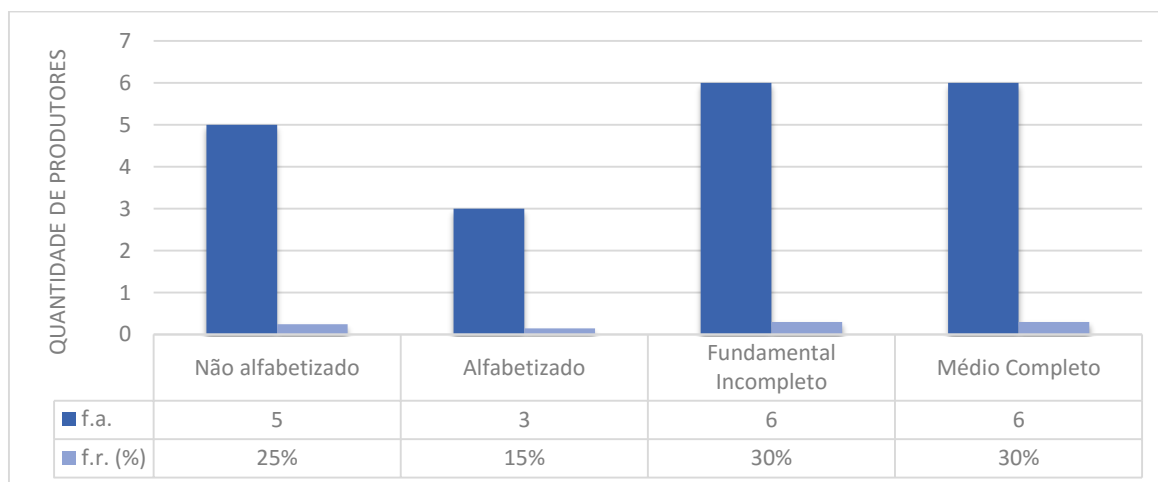


Gráfico 05 – Grau de Escolaridade dos informantes da comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM. FONTE: Pesquisa de campo, 2015

A pobreza e exclusão social ocasionam a dificuldade de acesso a bens e serviços sociais nas áreas rurais na Amazônia. Mesmo com toda essas dificuldades enfrentadas pelos produtores, D’Incao (1991 apud RODRIGUES 2001) afirma que estas populações tem uma capacidade de projetar para o futuro a busca por dias melhores, neste sentido migram na postura de recomeçar, tendo em vista a necessidade de subsistência da família, no entanto levam consigo as formas de relações socioculturais com a natureza que foram construídas socialmente e historicamente, bem como o acúmulo de conhecimentos adquirido na agricultura, extrativismo e formas de relações sociais, adequando-os as necessidades de cada localidade, mas constituídos na base por saberes tradicionais.

As famílias da comunidade de Santo Afonso apresentam um número de pessoas que varia entre 05 a 06 membros por unidade familiar, apresentado cônjuge, filhos e netos (Tabela 05).

Tabela 05 - Números de membros familiares em Santo Afonso

Número	F.a.	F.r. (%)
de 01 a 02	0	0
de 03 a 04	1	5
de 05 a 06	11	55
acima de 6 pessoas	8	40
Total	20	100

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Na Amazônia, as famílias são determinadas sobretudo pelos laços de afetividade mas também por aliados nas práticas produtivas voltadas para a subsistência familiar. Na

comunidade Santo Afonso as famílias possuem em média 5 membros que auxiliam de forma determinante no processo produtivo, pois contribuem como mão-de-obra familiar.

Nesse aspecto é importante considerar que o auto reconhecimento étnico e político dos produtores da comunidade Santo Afonso que indica 30% (n=6) identificam-se mais como caboclo (Gráfico 06).

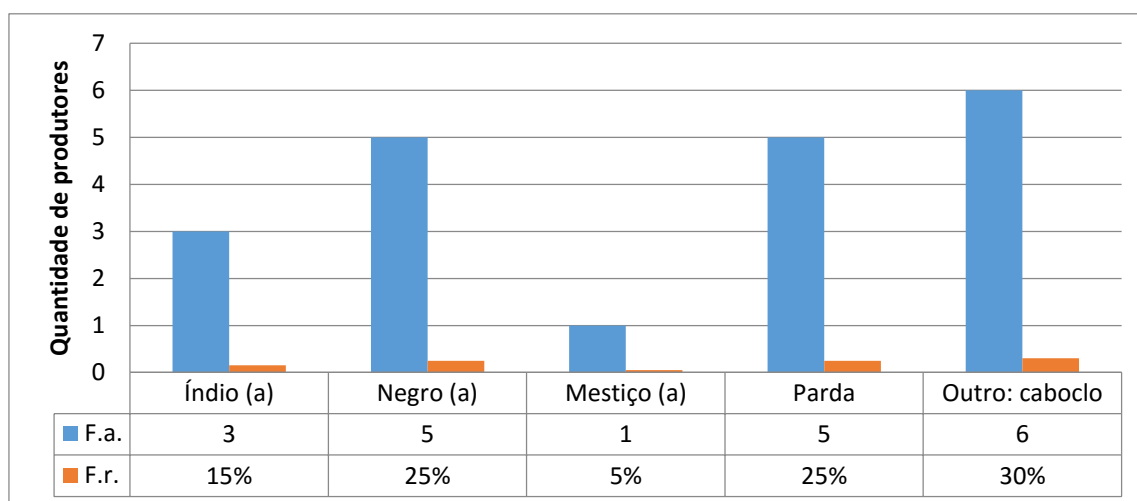


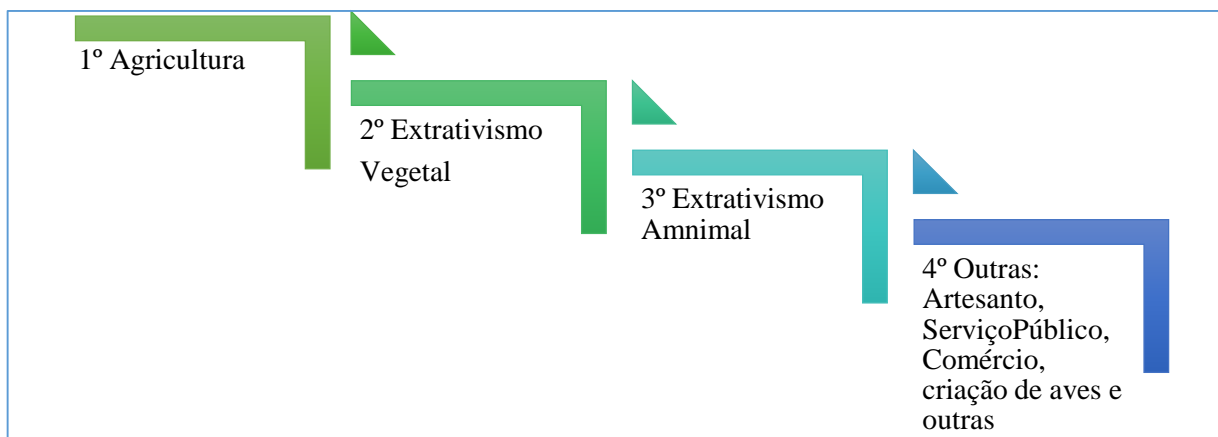
Gráfico 06 - Identidade dos informantes da comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM.
FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Esses reconhecimentos são importantes pois caracterizam aspectos relativos ao modo de vida, visto que, também contribui para determinação enquanto grupo social e a relação com a natureza (CHAVES 2001, 2007).

As comunidades, Santa Maria e Santo Afonso, apresentam uma identidade sociocultural e política com influencias do seu processo sócio-histórico no qual teve predominantemente a miscigenação das raças que fizeram parte da colonizaram da região Amazônica. Dessa forma, influenciaram a população que hoje habita a região, e estabelecem uma complexa relação homem-natureza, permitindo condições de sobrevivência, como no caso da forte influência indígenas durante seu processo de colonização. Esse antecedente explica muitas práticas tradicionais desenvolvidas na agricultura, extrativismo, na organização sociopolítica e cultural fundamentais para sobrevivência e cotidiano dessas populações (MORÁN 1990, CHAVES, 2001, BENCHIMOL, 2009).

Todo esse processo teve importante contribuição, sobretudo nos modos de reprodução das formas de trabalho dos agricultores familiares da região, pois favoreceram a organização de sistemas de produção de subsistência, no qual a agricultura familiar nas comunidades está fundamentada em uma diversidade de atividades produtivas que são desenvolvidas de acordo com o seu grau de importância pelos produtores, conforme o esquema a seguir:

Figura 04 - Atividades produtivas desenvolvidas nas comunidade de Santa Maria e Santo Afonso a no município de Caapiranga-AM;



FONTE: Pesquisa de campo, 2015.

A relação homem-natureza nas comunidades são baseadas em conhecimentos e habilidades que apresentam uma extensa relação com a natureza, percebida no seu modo de vida através do uso de práticas ensinadas por seus antepassados, que lhes permitem uma polivalência no desenvolvimento das atividades produtivas, historicamente desenvolvidas pelas populações tradicionais da região. (DIEGUES, 2004; CHAVES, 2001; FRAXE, 2004; RODRIGUES, 2001, 2009).

Nas comunidade Santa Maria e Santo Afonso, os produtores tem propriedades com dimensão que variam em média entre 1,4 a 1,7 hectare, sendo esse tamanho considerado menor que 4 módulos fiscais. A gestão da propriedade é feita pelo produtor e a mão de obra é familiar. Essas características evidenciam que nessas comunidades é desenvolvida a agricultura familiar conforme a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que conceitua o agricultor familiar ou empreendedor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente aos seguintes requisitos: não qualquer título de terra em que produz, área que não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais, que utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades laborais e renda familiar oriunda das atividades da agricultura familiar (BRASIL, 2015) (Tabela 06).

Tabela 06 – Tamanho médio da propriedade (ha), mão-de-obra familiar, origem da renda e gestão da propriedade (%), (n=8).

Comunidade	Tamanho médio da propriedade	Mão-de-Obra		Origem da renda		Gestão da Propriedade (%)
		Familiar (%)	Individual (%)	Agricultura (%)	Extrativismo (%)	
Santa Maria	1,7	100		62	38	100
Santo Afonso	1,4	100		63	37	100

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Na Amazônia, segundo Noda et al (2007) o sistema de produção familiar tem como base as práticas agroflorestais que são caracterizadas pelo manejo das terras numa interação simultânea e sequencial, entre árvores e/ou animais e/ou cultivos agrícolas. Deste modo, combinam técnicas convencionais e tradicionais que promova total desempenho no desenvolvimento do sistema produtivo.

Mesmo possuindo particularidade regionais, os agricultores das comunidades estudadas encontram-se sob os parâmetros oficiais estabelecidos pela referida lei, tendo em vista que a agricultura é exercida como principal atividade, principalmente com cultivo de maniva¹⁷ concomitantemente com outras atividades. As área cultivadas não ultrapassam 2 hectares por produtor familiar, não excedendo a 4 (quatro) módulos fiscais conforme determina a lei (BRASIL, 2015).

Em alguns casos da mão-de-obra utilizada na agricultura vale ressaltar, que apesar de 100% (n=8) ser do grupo doméstico ocorre eventualmente o contrato de mão de obra temporária principalmente em épocas do plantio e na colheita da produção, geralmente na própria comunidade, contratando temporariamente pessoas para realizar determinadas atividades.

A contratação de terceiros para as atividades no processo agrícolas acontece nas duas comunidades, no entanto é muito mais frequente na comunidade de Santa Maria. Dos agricultores familiares entrevistados na comunidade 75% (n=6) contratam para alguma atividade na agricultura. Nestes casos, 100% (n=6) são contatados pelo regime temporário, sobre a forma de “diária” e a maioria sem distinção de gênero pois 83% (n=5) contratam tanto homem como mulheres (tabela 07).

Tabela 07 - Contratação de mão-de-obra para atividade na agricultura na comunidade de Santa Maria no Município de Caapiranga/AM.

Homem		Mulher	
Atividade	Valor	Atividade	Valor
Broca, coivara, plantio e capinação	De R\$40,00 a R\$60,00	Plantio; colheita da mandioca e capinação	De R\$20,00 a R\$ 30,00

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Como pode ser observado, a mão de obra contratada é para a realização de atividades relacionadas a etapas do processo de trabalho que exigem maior agilidade e força. Os dados ainda expressam uma manifestação da divisão de gênero, do quanto ao valor e atividades desenvolvidas tendo em vista que nas atividades as mulheres recebem inferior aos homens. É

¹⁷Segundo informante da pesquisa, é o nome dado ao caule do pé de mandioca, o qual, cortado em pedaços, é usado novamente no plantio

interessante observar que dependendo do contexto sociocultural de cada sociedade pode haver uma rigidez ou não em relação à separação de papéis, isto é, muitas tarefas que são determinadas para a mulher pode, igualmente, ser compartilhada com o homem e vice-versa (PONTES et al, 2013).

Diferentemente da comunidade Santa Maria, em Santo Afonso somente 38% (n=3) dos agricultores familiares contratam mão de obra para alguma atividade, sob o regime temporário, em forma de “diária” e não há discriminação de valores quanto ao gênero (tabela 08)

Tabela 08 - Contratação de mão-de-obra para atividade na agricultura na comunidade de Santo Afonso no Município de Caapiranga/AM.

Homem		Mulher	
Atividade	Valor	Atividade	Valor
Broca, coivara, plantio e capinação	De R\$30,00 a R\$35,00	Plantio; Carregar mandioca, torrar farinha	De R\$30,00 a R\$ 35,00

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

De maneira menos frequente, o produtor familiar na comunidade de Santo Afonso recorre à contratação de pessoas para atender as demandas de trabalho da produção familiar. No caso de contratação com pagamento, em ambas as comunidades estudadas essa relação caracteriza-se em um sistema de ajuda que dispensa qualquer contrato formal, e resume-se a execução de trabalhos pontuais, ou que exigem poucos dias ou semanas para serem executados. Esse fato Noda et al. (2007) caracterizou na Amazônia de subsistema de autossuficiência e sustentabilidade familiar, ou seja, a unidade de produção é constituída por uma rede ou várias atividades, em que são utilizadas basicamente a força de trabalho da unidade familiar, dentro de uma relação de solidariedade e ajuda mutua que se estende a comunidade.

A ocorrência de diferentes atividades além da agricultura nas comunidades, ressalta a existência de outro aspecto importante na agricultura familiar, a pluriatividade. Com as transformações ocorridas no desenvolvimento da agricultura a pluriatividade constitui-se numa forma crescente de estratégias de produção e reprodução da agricultura familiar (SCHNEIDER, 1994). Esse autor considera que na pluriatividade o agricultor ou algum membro da família desenvolve outras atividades extra agrícola ou atividades não-agrícolas, como o artesanato, a prestação de serviços e ressalta que a diversidade também assegura alimentos e renda a unidade familiar.

Nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso a agricultura familiar caracteriza-se pela diversidade de atividades, entre elas, as agrícolas:

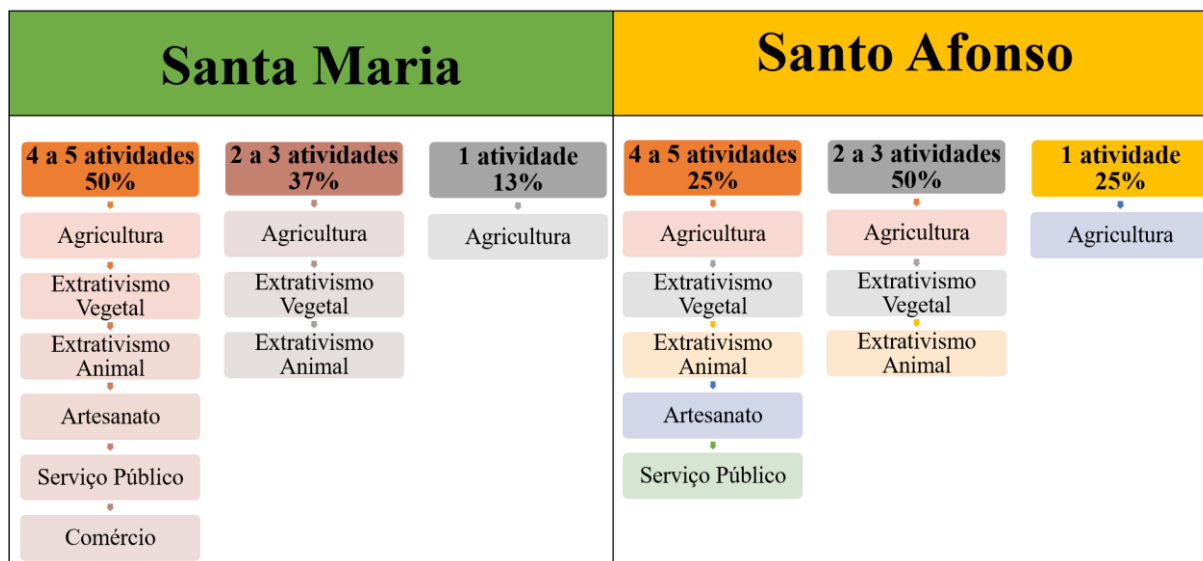


Figura 05 - Pluriatividade nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM; FONTE: Pesquisa de campo, 2015

A pluriatividade no desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades se estabelece como uma prática social, na qual é buscado formas alternativas para garantir a reprodução do agricultor e sua família, sendo considerado um dos mecanismos de reprodução e ampliação de fontes alternativas de renda para além da agricultura.

Para Souza (2011) a pluriatividade se estabelece como um mecanismos de equilíbrio entre as demandas internas familiares e a natureza da divisão interna do trabalho influenciando sobre as estratégias de reprodução. Isso coloca em evidencia transformações na divisão sexual do trabalho através da "feminização da produção". No caso das comunidades estudadas há o protagonismo das mulheres nas atividades do roçado e beneficiamento da mandioca, enquanto os homens exercem outras atividades, na qual se destaca o extrativismo vegetal madeireiro. No geral, a finalidade da pluriatividade nestes casos é a busca da ampliação das rendas e o bem-estar da família.

De tal modo, na Amazônia caracteriza-se a agricultura familiar, sobretudo, pela diversidade de atividades em que a unidades de produção familiar normalmente possui dois componentes produtivos: a agricultura e o extrativismo. Assim, é formada por um sistema complexo que envolve a aplicação de diferentes atividades de trabalho nos recursos naturais disponíveis, podendo apresentar na agricultura subsistemas tais como: sítios, roças e plantios, áreas de pousio e também as florestas e ambientes aquáticos onde são desenvolvidas atividades de extrativismo animal e vegetal. (NODA, 2007).

- **Agricultura**

Nas comunidades o desenvolvimento da agricultura pode ser diferenciado conforme os ecossistemas de várzea ou da terra firme, o que lhes imprime peculiaridades quanto as espécies cultivadas. No caso das comunidades de Santa Maria e Santo Afonso a agricultura é desenvolvida em terra firme, no subsistema de roça que é mais utilizado para o cultivo da mandioca e de outras espécies alimentícias, principalmente os de ciclo curto.

No subsistema de **roça**, a lavoura constituída principalmente de mandioca e macaxeira, segundo Noda et al (2007), nesse subsistema são cultivados espécies anuais durante alguns ciclos e a mandioca é a espécie com maior predominância pois proporciona além de sustentabilidade biológica, mas a sustentabilidade social da unidade de produção.

Historicamente os estudos (NODA et al 2007; WAGLEY, 1988; MORÁN, 1990) apontam que dentro do sistema de produção das populações Amazônicas, a roça, é o principal componente fornecedor de alimentos para sustento diário da família. Isso porque, de modo geral, as principais plantas cultivadas são a “*mandioca*”, “*macaxeira*” e “*banana*”, as outras espécies são cultivadas de forma consociada com a mandioca, prática comum que caracteriza o plantio tradicional também realizadas nos dias atuais na comunidade de Santa Maria, conforme pode ser visualizado (tabela 09).

Tabela 09 - Produtos Agrícola do Roçado em Santa Maria

Produtos	F.a.	F.r.(%)
Banana (<i>Musa sp.</i>)	4	50
Cará (<i>Dioscorea alata L.</i>)	3	37
Macaxeira (<i>Manihot esculenta Crantz</i>)	2	25
Cana-de-açúcar (<i>Saccharum officinarum L.</i>)	1	12
Mandioca (<i>Mabihot esculenta Crantz</i>)	6	75
Batata doce(<i>Ipoea batatas (L.) Lam</i>	1	12
Milho (<i>Zea mays L.</i>)	1	12
Total	18	223%

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

É relevante ressaltar que na realidade amazônica, diferentemente das transformações ocorridas com a modernização da agricultura e a valorização da monocultura pelo capital, os dados da pesquisa acima apresentados indicam a permanência de práticas tradicionais no desenvolvimento da agricultura nas comunidades, fundamentadas na diversidade de cultivos e adaptados às estrutura ecológica local para subsistência familiar.

No desenvolvimento da agricultura nessas comunidades aponta condições de áreas no condição de **pousio**, que significa deixar a terra descansar para regeneração após 2 a 3 anos de produção e posteriormente ocorre o uso agrícola novamente. Nas áreas onde são realizadas a

técnica do pousio se dá a formação de **capoeira** ou mata secundária, onde há regeneração e reconstrução da vegetação e paisagem florísticas e assim reposição dos nutrientes (NODA et al, 2007).

Outra característica importante nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso são os quintais no entorno das casas. De acordo com Noda et al (2007) são componentes associados a moradia do agricultor familiar, com predominância de espécies arbórea, arbustivas e herbáceas com funções na alimentação, medicinal, ornamental e outros. Em ambas as comunidades são nos quintais que encontram-se as hortas constituídas por canteiros suspensos, onde são cultivados as espécies oleícolas, feitos de madeira e preenchidos com solo e esterco disponíveis no local.

Em Santa Maria entre as espécies cultivadas nos quintais identificadas pelos produtores, estão: coqueiro, açazeiro, jambeiro, pupunheira, bananeira, cajueiro, azeitoneira, abacateiro, laranjeira, limoeiro, taperebazeiro, cheiro-verde, pimenta, cebola, tomate, favaca e outras.



Figura 06 e 07 - Quintal das casas na comunidade Santa Maria.
Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Os quintais das casas em Santo Afonso são cultivados por uma mistura de espécies florestais, agrícolas, medicinais e ornamentais como também a criação de pequenos animais domésticos (galinhas, patos, porcos) proporcionando ao grupo doméstico uma alimentação de qualidade nutricional, tendo em vista que pela diversidade de frutas, hortaliças e animais, sendo também uma fonte de renda, pela venda do excedente. Estas característica difere a agricultura desenvolvida nas comunidades da agricultura convencional que prima pelas monoculturas.

Entre as espécies cultivadas identificadas pelos produtores da comunidade Santo Afonso, estão: pimenta cheirosa, pimenta, pepino, maxixe, cebola, cheiro-verde, coentro, chicória, açaí, tucumã, abacate, limão, cupuaçu, manga. Conforme Noda et al (2007), os quintais são agroecossistemas que apresentam uma variedade de espécies vegetais e animais

próximos da casa dos agricultores familiares, que proporcionam subsistência, renda e conservação do meio ambiente além de contribuir para a segurança alimentar das famílias do meio rural.



Figura 08 e 09 - Quintal com cultivo de hortaliças, árvores frutíferas e criação de aves.
FONTE: Pontes, 2015

De acordo com estudos na região amazônica (NODA et al., 2007; FRAXE, 2004), é geralmente no sítio, terreiro ou quintal localizado próximo as construções da moradia que o produtor familiar cultiva as mais diversificadas espécies de hortaliças, plantas medicinais, árvores frutíferas, também são nesses locais que são criados os animais domésticos de pequeno porte, os currais, chiqueiros e galinheiros, sendo o conjunto dessas atividades manejado pela mão-de-obra familiar.

A mão-de-obra caracteriza-se uma especificidade nesse espaço, pois no que tange à divisão de tarefas apresenta questão de gênero. As mulheres são as principais responsáveis pelo espaço da casa e seu entorno, cuidam dos filhos, dos afazeres domésticos e das criações domésticas, no entanto, é importante destacar que não se trata de uma regra, mas ocorre de acordo com a dinâmica cultural de cada comunidade (RODRIGUES, 2009; NODA et al, 2007; FRAXE, 2004).

As atividades desenvolvidas nos quintais são realizadas pelos membros da família, especialmente as mulheres e crianças. Na Amazônia, as mulheres são detentoras, em sua maioria, de um “sabe fazer” singular, construído, sobretudo a partir do estabelecimento da relação com a natureza, tendo suas bases fincadas, sobretudo, na tradição oral (RODRIGUES et al, 2014). Geralmente são as responsáveis pela formação e manutenção desse sistema, por isto desempenham papel fundamental na decisão de quais espécies serão cultivadas, essa é também uma forma de contribuição da mulher no orçamento doméstico, assegurando uma complementação alimentar importante para a família.

Este subsistema caracteriza-se pela biodiversidade natural, que não necessitam de muitos cuidados, mas também é um espaço privilegiado de socialização do grupo familiar, pois são realizadas atividades de lazer, como também a iniciação das crianças menores nas atividades agrícolas, local para fabricação e conserto de apetrechos e equipamentos entre outros. (NODA, et al, 2007)

- **Extrativismo: vegetal e animal**

De um modo geral, a agricultura familiar nas comunidades pesquisadas agrega além do cultivo, a criação de animais e o extrativismo. Em Santo Afonso 100% (n=8) dos agricultores familiares realizam retirada de madeira e/ou outros produtos de espécies vegetais da floresta. Já na comunidade de Santa Maria apenas 74% (n=6) afirmam realizar atividade de extrativismo vegetal madeireiro, 13% (n=1) não realizam.

Entre as principais madeiras extraídas o cedrinho, em ambas as comunidades aparece como a mais utilizada na atividade extrativista, tendo em vista segundo os comunitários ser a tipo de madeira mais procurada para a comercialização (tabela 10).

Tabela 10 - Tipo de madeiras retiradas na floresta em torno da comunidade de Santa Maria

Tipo	F.a.	F.r. (%)
Marupá (<i>Simarouba Amara</i>)	3	37
Garrote (<i>Bagassa guianensis Aubl.</i>)	1	12
Acarauja	1	12
Cedrinho (<i>Erisma fuscum Ducke</i>)	4	50
Poleiro de pato (<i>Abarema jupunba</i>)	2	25
Apunã	1	12
Arapari (<i>Parkia nítida</i>)	2	25
Louro (<i>Licaria sp.</i>)	2	25
Total	16	198%

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

O extrativismo de madeira tem importante função para o grupo doméstico, pois essa atividade é uma fonte geradora para a manutenção da família, aquisição de eletrodomésticos, utensílios, vestimentas, equipamentos e outros. Para tanto, na comunidade de Santa Maria 100% (n=8) dos produtores afirmam realizar esta atividade somente para venda. No caso de Santo Afonso a atividade se apresenta tanto para venda como consumo dos entrevistados de acordo com a necessidade, na construção de casas embarcações e outros, mas predominantemente para venda (Gráfico 07).

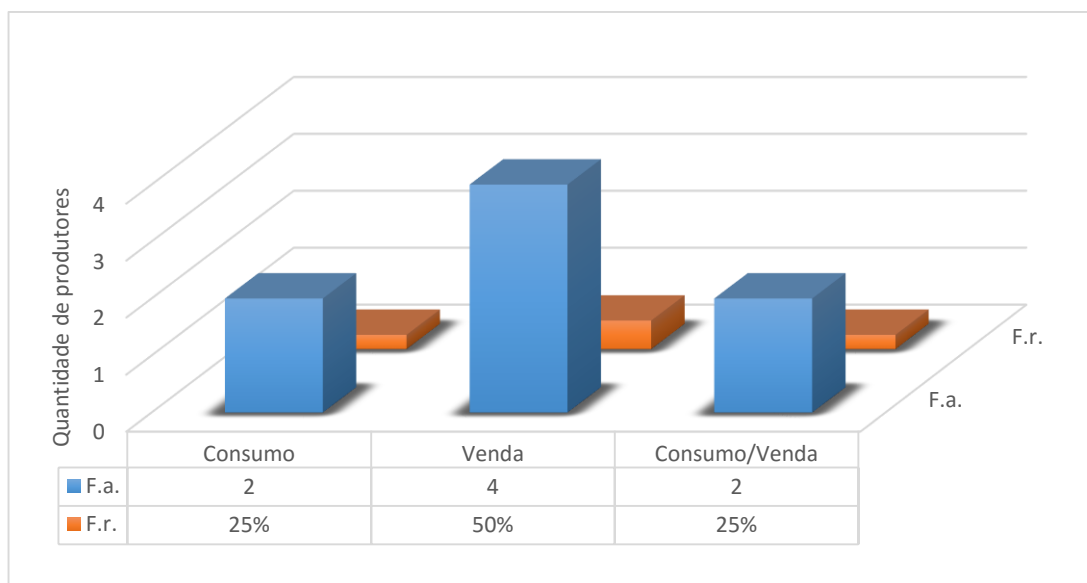


Gráfico 07 -Finalidade do extrativismo da madeira na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM.

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

O extrativismo vegetal e madeireiro é historicamente utilizado pelos agricultores familiares tradicionais. Assim, fazem parte da base do sistema de agricultura familiar na Amazônia, seja o extrativismo vegetal do açaí, castanha e óleos essenciais, ou o extrativismo madeireiro que exerce dupla função, para comercialização e consumo dos próprios agricultores na construção de casas, barcos, canoas e casas de farinha. No Amazonas, o extrativismo vegetal constitui importante atividade econômica em áreas rurais pois contribuem e são próprios para o sustento da família ocupando lugar relevante como atividade em si e na articulação com o sistema agroflorestral (FRAXE, 2011; NODA et al, 2007).

Segundo os produtores, os lugares para extração dessas madeiras são predominantemente áreas de terras firme e não se tratam de espécies manejadas tecnicamente. Isso demonstra o domínio quanto ao conhecimento dos recursos naturais em áreas de floresta próximas as comunidades, um manejo desenvolvido de forma tradicional e com base nos próprios conhecimentos adquiridos e adaptados ao contexto local.

Entre as espécies vegetais extraídas estão o açaí, cipó ambé e cipó titica, que são destinados somente para o consumo e usos do grupo doméstico na confecção de cestos, peneiras, tipitis, e outros utensílios necessários para o processo de beneficiamento da mandioca e na produção agrícola.

Já o extrativismo animal nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso são caracterizado principalmente pela caça e pesca, prática com grande representatividade no dia-dia dos agricultores na base alimentar da unidade familiar.

Neste sentido, na comunidade de Santo Afonso 50% (n=4) dos produtores desenvolvem a atividade de caça e os outros 50% (n=4) dizem não realizar. Em Santa Maria 75% (n=6) dos produtores familiares caçam e 25% (n=2) não. Entre as espécies mais comuns encontradas pelos comunitários estão a anta, paca e a cutia (tabela 11).

Tabela 11 – Espécies de caça na comunidade de Santa Maria

Espécie de caça	F.a.	F.r.(%)
Veado (<i>Ozotocerus bezoarticus</i>)	3	37
Queixada (<i>Tayassu pecari</i>)	4	50
Anta (<i>Tapirus terrestris</i>)	5	62
Paca (<i>Agoutidae</i>)	6	75
Porco do mato (<i>Tayassu tajacu</i>)	1	12
Cotia (<i>Dasyprocta aguti</i>)	4	50
Catitu (<i>Pecari tajacu</i>)	1	12
Pássaros	1	12
Tatu (<i>Tolypentis tricinctus</i>)	2	25
Total	27	335

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

As atividades de caça e pesca estão presentes na cultura regional das populações na Amazônia e são de origem fundamentalmente indígenas, que foram transmitidas além das técnicas o conhecimento da fauna. Esta também caracteriza-se como a principal fonte de proteína na alimentação dos agricultores em comunidades ribeirinhas (MORÁN, 1990, WAGLEY, 1988).

Durante a realização da pesquisa foi possível observar que a caça é uma atividade esporádica do agricultor familiar nas comunidades, sendo a pesca de maior importância para subsistência. A caça é geralmente realizada durante o período de extrativismo madeireiro, ou seja, quando o agricultor “entra na mata”, os animais geralmente capturados são a anta e a paca, principalmente nas proximidades de rios. Outras espécies, como a cutia, são apanhadas nas capoeiras e áreas cultivadas o que confirma o conhecimento das áreas e animais por parte dos agricultores tradicionais confirmando os dados dos ambientes de captura informados (Gráfico 08).

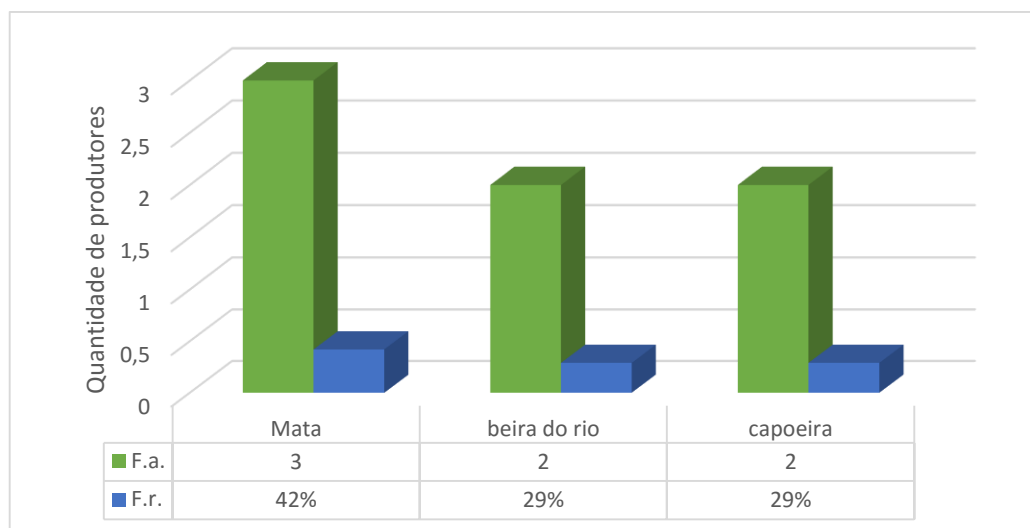


Gráfico 08 - Ambiente de captura dos animais na caça Comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM.
 FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria são praticadas principalmente em áreas de floresta, mas também em áreas adjacentes como a capoeira. De acordo com Wagley (1988) e Morán (1990) os conhecimentos da caça no ambiente amazônico foram transmitidos para os colonizadores e sucessivamente para outros pelos índios. Dessa forma, o autor destaca que muitos seringueiros levavam consigo a espingarda e faziam tocaias para que ocasionalmente no percurso da mata pudessem abater uma cutia, paca, porco-do-mato ou aves para enriquecer a alimentação.

Desde então, a caça já configurava-se no segundo maior alimento na ordem de prioridade na cadeia alimentar dessa população (FRAXE, 2011). No que refere-se a pesca, a referida autora destaca que é nela que os produtores familiares da Amazônia têm sua principal manifestação social e cultural. São nas águas que desenvolvem a principal atividade extrativista para consumo do grupo doméstico pois o pescado é a fundamental fonte proteica na alimentação.

Nas referidas comunidades estudadas a pesca é realizada somente para consumo tendo em vista que em Santo Afonso 88% (n=7) dos produtores pescam somente para consumo e em Santa Maria 100% (n=8) dos produtores garantem pescar para mesmo finalidade.

Assim, nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria é realizada a pesca durante todo o ano, e o consumo dos peixes obedece os períodos da enchente de dezembro a abril, da cheia de maio a julho, da vazante de agosto a setembro e o período da seca de outubro a novembro, que são característicos da região amazônica. “O rio e o ciclo de águas são incorporados como dimensão fundamental da vida entre os povos das águas da Amazônia”

(CASTRO, 1997).

Isso lhes possibilita o conhecimento das espécies de pescado e o período de captura nos rios e logos em torno da comunidade, conforme pode ser visto no quadro abaixo:

Quadro 07 - Calendário de pesca na comunidade de Santo Afonso e Santa Maria no Município de Caapiranga/AM.;

Calendário de pesca comunidade Santo Afonso	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Tambaqui (<i>Colossoma macropomum</i>)												
Tucunaré (<i>Cichla monoculu</i>)												
Bararuá (<i>Uaru amphiacanthoides</i>)												
Traíra (<i>Hoplias lacerdae</i>)												
Cara-açú (<i>Astronotus ocellatus</i>)												
Jaraqui (<i>Semaprochilodus theraponura</i>)												
Matrinxã (<i>Brycon sp</i>)												
Pacu (<i>Piaractus mesopotamicus</i>)												
Piranha (<i>Pygocentrus nattereri</i>)												
Mandin (<i>Pimelodus sp.</i>)												
Sardinha (<i>Cyphocarax gilbert</i>)												
Branquinha (<i>Leporinus agassizi</i>)												
Tracajá (<i>Podocnemis unifilis</i>)												
Pescada (<i>Plagioscion squamosissimus</i>)												
Bodó (<i>Ancistrus sp.</i>)												

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

É importante ressaltar que a pesca desenvolvida somente para consumo, a consideração com o ciclo das águas e a temporada das espécies apontam uma relação particular com a natureza estabelecida por meio de respeito a sua continuidade. Para tanto, os apetrechos são elaborados e utilizados adequadamente segundo à dimensão da pesca e locais de uso, isso possibilita uma forma de controle bastante usual pelas populações tradicionais na região, ou seja, imprime aspectos de sustentabilidade. Nas comunidades pode ser observado nos apetrechos identificados, como no caso da comunidade Santo Afonso que no centro dessa atividade encontram-se a malhadeira, tramalha, corrico e zagaia.

Tabela 12 - Tipo de apetrechos para pesca na comunidade de Santo Afonso

Apetrechos	F.a.	F.r. (%)
Malhadeira	8	100
Linha de mão (linha e anzol)	5	62
Tramalha	6	75
Tarrafa	1	12
Arpão	2	25
Zagaia	6	75
Canço	5	62
Corrico	8	100
Total	41	511

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

A construção e utilização dos apetrechos de pesca, acontecem pelos conhecimentos adquiridos ao longo dos séculos, no processo de constituição sócio-histórica da Amazônia, tratam-se principalmente de utensílios introduzidos pela cultura indígena, que ainda hoje são utilizados nas áreas rurais, porém com inovações, adaptações conforme a necessidade (NODA et al, 2001; WAGLEY, 1989; MORÁN, 1990).

Para Wagley (1988) são as tradições culturais que proporcionam os instrumentos, o conhecimento e a técnica para enfrentar o ambiente. E a cultura que determina os fins para os quais os homens de uma determinada área fazem uso de sua técnica e é o sistema social que determina a organização do trabalho e a distribuição dos produtos desse trabalho.

Portanto, observa-se na dinâmica produtiva das comunidades analisadas, que a relação homem-natureza pode ser percebida na adaptação e sobrevivência dos produtores locais aos meios de apropriação dos conhecimentos e recursos que eles têm acesso. Esse conjunto de atividades produtivas que compõe a agricultura familiar, ainda são desenvolvidos fundamentados em técnicas. A apropriação desses conhecimentos e ferramentas para o atendimento das necessidades prioritárias da unidade familiar, são remetentes dos saberes herdados e transmitidos por diferentes gerações no tempo e espaço que permitem as especificidades dos conhecimentos tradicionais e contribuem no bem estar e melhoria da qualidade de vida nas comunidades. As práticas tradicionais que realizam na agricultura familiar incorporam com base na perspectiva de sustentabilidade, condições de aproveitamento ecológico dos seus recursos naturais, uma forma de gestão que contribui para conservação, o aproveitamento e potencializando o ambiente produtivo.

CAPÍTULO III

SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL EM COMUNIDADES RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA

Na Amazônia a agricultura familiar está baseada em habilidades e técnicas necessárias para o uso e manejo da diversidade dos recursos naturais. Essas habilidades foram adquiridas com as contribuições de diferentes agentes sociais ao longo do processo sócio-histórico e asseguram, sobretudo, condições necessárias à reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares de produção (NODA et al, 2007; CASTRO et al, 2007).

O desenvolvimento das atividades produtivas, compreendidas como agricultura familiar tradicional, apresentam particularidades, haja visto terem na condução dos sistemas agrícolas conhecimentos herdados das populações indígenas e de outros povos, por meio da colonização da região, que permitiu formas específicas de uso e apropriação dos recursos naturais. Esse sistema de produção apresenta traços sustentáveis, ao desenvolver uma lógica específica diferenciada de apropriação, produção e reprodução, na perspectiva tradicional na relação com a natureza. (DIEGUES, 2004; CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009)

A sustentabilidade nesse contexto, está entrelaçada e mediada pela cultura, que possibilita no *modus vivendi* dessas populações, particularidades na relação homem-natureza, constituindo os pilares fundamentais, capaz de construir uma racionalidade econômica e ambiental que atenda a produtividade sustentável e o bem-estar das comunidades. (DIEGUES, 2004; LEFF, 2007, 2009)

Este capítulo consiste na abordagem da sustentabilidade, como uma forma de análise da agricultura familiar tradicional, nas comunidades Santo Afonso e Santa Maria, a partir de suas peculiaridades em diferentes aspectos que envolvem a sustentabilidade. As dimensões sociais, econômicas e culturais são pilares que sustentam as análises e discussões dos fatores e processos que promovem sistemas sustentáveis, que apresentam a capacidade de suprir as necessidades das presentes e futuras gerações. Na complexidade das dimensões e das suas interfaces, vale destacar que a sustentabilidade foi abordada conforme a perspectiva do ecodesenvolvimento, que envolve as dimensões da agricultura sustentável. Nessa condição, a

fim de facilitar o entendimento e a visualização no enfoque didático, as dimensões foram abordadas conforme a seguir.

3.3. Sustentabilidade na Agricultura Familiar Tradicional nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso.

3.3.1. Sustentabilidade Social

Nas abordagens sobre a dimensão social na sustentabilidade há o reconhecimento da questão ambiental como uma problemática de caráter eminentemente social, a sustentabilidade ganhou visibilidade na medida que o desenvolvimento atual passou a ser questionado nas suas bases de produção/consumo no futuro da humanidade e a necessidade para garantir os direitos das gerações futuras. Neste entendimento, Sachs (1986, 2002) destaca que o desafio dos nossos tempos é se servir da presente crise como uma oportunidade para iniciar um processo de transição do mal desenvolvimento para um desenvolvimento, com uma nova construção social. Segundo o autor, é necessário pensar primeiramente no viés “social” pois, esta é uma importante dimensão na qual se constitui a própria finalidade do desenvolvimento.

As contribuições deste debate estão na introdução ao conceito de sustentabilidade, com noções como a redução das desigualdades sociais e direito e acesso aos bens necessários, a uma vida digna, aos valores éticos e qualidade de vida (NASCIMENTO, 2012). Isso implica no reconhecimento da sustentabilidade social, como um importante critério no processo de desenvolvimento, no qual haja igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais, justiça, distribuição equitativa de renda e entre outros, a fim de garantir a qualidade de vida das populações (SACHS, 1993; 2002b). Para Leff (2007) essa seria uma nova racionalidade social com condições ecológicas, sociais e de desenvolvimento equitativo, sustentável e duradouro.

Nessa perspectiva, Guimarães (1997) salienta que a sustentabilidade social tem como objetivo maior a melhoria da qualidade de vida. Neste ponto, destaca que nos países subdesenvolvidos, com graves problemas de desigualdade e de exclusão social, os serviços públicos caracterizam-se em justiça distributiva e por políticas globais como educação, saúde, habitação e seguridade social pela universalização da cobertura.

Na Amazônia, a sustentabilidade social é retratada pelas condições de vida e a viabilização das políticas públicas junto às comunidades ribeirinhas que ainda são caracterizadas por precariedade no acesso a direitos básicos (CHAVES, 2001). A conjuntura social nas comunidades ribeirinhas é construída e marcada historicamente por políticas públicas de desenvolvimento da região, que até nos dias atuais possuem dificuldades para a inclusão

social voltadas para o contexto local.

Nesse contexto, é possível visualizar nas comunidades estudadas o acesso a bens e serviços efetivados por políticas públicas. No que diz respeito a educação, a comunidade dispõe de duas escolas, são elas: Escola Municipal Santa Maria e Escola Municipal Elois Batista. A primeira possui duas salas de aula, uma cozinha e dois banheiros. A segunda dispõe de três salas de aula, uma cozinha, um refeitório, dois banheiros e uma secretaria. Essa infraestrutura física é pequena para o atendimento da quantidade de alunos da escola, aproximadamente 32 crianças, 27 adolescentes e 04 adultos.

As duas escolas possuem o mesmo quadro de funcionários, sendo 01 na função de coordenador e também de professor, totalizando 08 professores. Vale destacar que na comunidade a forma de ensino utilizada é o multisseriado, nos diferentes níveis como: ensino infantil, fundamental e médio, além do ensino tecnológico. Esse modelo de ensino e aprendizagem é caracterizado por agregar conjuntamente na mesma turma diferentes níveis de escolaridade entre os alunos (informação verbal)¹⁸.

Na comunidade Santo Afonso, no que concerne à educação, é realizada na “Escola Municipal Santo Afonso”. A escola funciona em três horários letivos (matutino, vespertino e noturno), com as modalidades de ensino infantil, fundamental e médio, também sobre a forma de ensino multisseriado, no turno noturno com o ensino tecnológico para adultos. No quadro de funcionários há cinco professores, sendo um exercendo a função de professor e coordenador. A infraestrutura da escola é constituída por três salas de aula, uma cozinha, um refeitório e dois banheiros para atender aproximadamente 91 alunos, sendo 46 crianças, 20 adolescentes e 25 adultos (todos da comunidade) (informação verbal)¹⁹.

Deste modo, os alunos que estudam nas escolas, uma parte reside na comunidade e outra em comunidades próximas, cujo o acesso é mediante o barco escola. Os materiais didáticos para as escolas são disponibilizados pela Secretaria de Educação do Município de Caapiranga, contudo não chegam com frequência, além de serem em quantidade reduzida não atendendo ao número de estudantes. Esses materiais, também não atendem as especificidades do contexto local (informação verbal)²⁰. Diante desses entraves a educação nas comunidades é vista pelos comunitários como uma das questões mais problemáticas, visto que esses fatos contribuem para que as crianças apresentem dificuldades na leitura e escrita.

Aliado a essas questões, a pesquisa aponta que em Santa Maria e Santo Afonso, as

¹⁸ Informações obtidas junto a gestora da escola no ano de 2015.

¹⁹ Informações obtidas junto ao gestor da escola no ano de 2015

²⁰ Informações obtidas junto ao gestor e professores da escola no ano de 2015

principais dificuldades enfrentadas no âmbito da educação estão relacionadas além das condições inadequadas da infraestrutura, a outros problemas como: a falta de professores, ao horário reduzido das aulas para as crianças e a falta da merenda escolar dentre outros. Esses problemas motivam o desestímulo aos estudantes e aumentam o índice de evasão escolar, principalmente entre jovens e adolescentes.

Esse fato resulta em menos avanço no grau de escolaridade presente nas comunidades. Em Santa Maria os dados expressivos sobre escolaridade mostram que 25% (n=4) dos membros familiares dos produtores possuem ensino médio completo, seguido de 19% (n=3) com ensino médio incompleto e 19% (n=3) em alfabetização. Em Santo Afonso, 76% (n=6) dos membros das famílias dos produtores possuem ensino fundamental incompleto, seguido de 62% (n=5) com ensino médio completo incompleto (Gráfico 09).

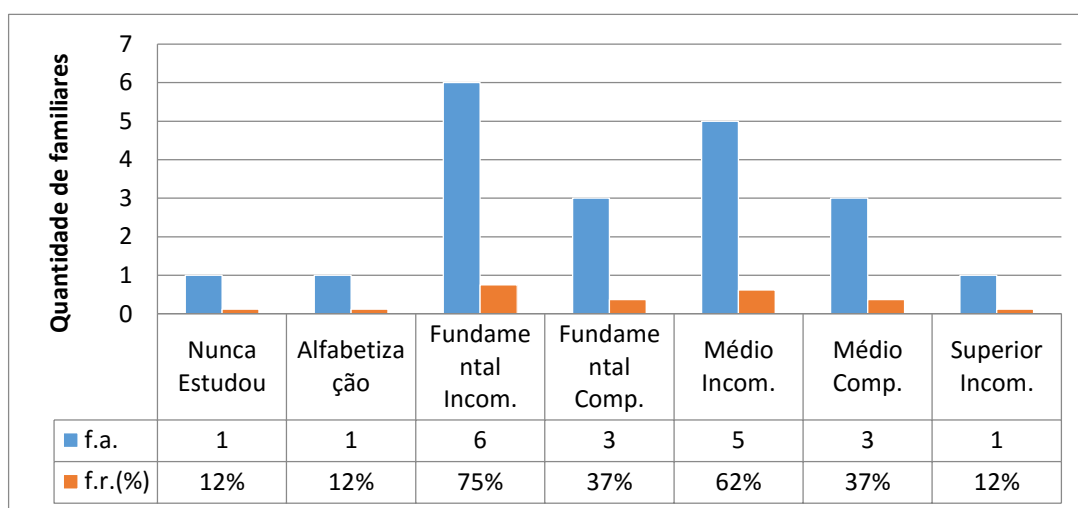


Gráfico 09 - Grau de escolaridade dos familiares na comunidade Santo Afonso no município de Caapiranga-AM. FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Esta problemática está relacionada, sobretudo, a forma de ensino multisseriado, que apresenta várias questões necessárias a serem discutidas no cenário educacional da região. Contudo, apesar dos problemas enfrentados, a educação tem contribuído para a formação de crianças e jovens nas comunidades, permitindo com que tenham acesso à educação no próprio comunidade e permanência junto as suas famílias nessa fase do seu desenvolvimento.

O perfil da educação dos membros familiares, em especial na comunidade Santo Afonso, juntamente com a escolaridade expressa no perfil dos produtores, mostra que os comunitários apresentam baixa escolaridade, sobretudo justificada “por causa do trabalho pesado no roçado e na mata com extração de madeira” (A.J.F, 59 anos).

Isso questiona a prerrogativa que garante o direito a educação com tratamento diferenciado e específico as populações rurais, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Nacional nº 9.394/96. A referida legislação garante a oferta da educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos que forem trabalhadores, as condições de acesso e permanência na escola, além de condições como material didático-escolar, conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. Também garante a organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 2015). No entanto, nas comunidades essa realidade é contraditória questionando a viabilidade dessa política no atual modelo de desenvolvimento.

Além da educação, nas comunidades pesquisadas o saneamento básico também apresenta limitações e acontece de forma parcial, com estrutura construída e adquirida pelas próprias comunidades. De acordo com os dados da pesquisa (2015) em Santa Maria 50% (n=4) dos produtores possuem fossas sépticas em casa e os demais usam os denominados na linguagem comum como “buracos negro”. A energia é fornecida através de 01 (um) motor gerador comunitário durante 3 horas a noite. Quanto ao abastecimento de água 100% (n=8) retira para consumo e uso doméstico de poço artesiano, é importante ressaltar que a comunidade dispõe da estrutura de aproveitamento e armazenamento de água implantada pelo Programa Água para Todos²¹.

Em Santo Afonso a realidade não diferencia, visto que, igualmente, 50% (n=4) dos produtores possuem fossas sanitárias em casa e 50% (n=4) utilizam o buraco negro²², a energia é fornecida através de 01 (um) motor gerador comunitário durante 3 horas noturnas, por isso 88% (n=7) dos produtores consideram que não possuem energia elétrica. A água utilizada pelos comunitários tem origem 100% (n=8) de poço artesiano, mas também são utilizadas água do rio, cacimba e da chuva, principalmente nas ocasiões em que o gerador de energia ou bomba d’água estão danificados.

Conforme a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, o saneamento básico consiste no abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos realizados de formas adequadas à saúde pública e à proteção do meio ambiente, sendo uma

²¹ O Programa Água para Todos, integra o Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal, que busca universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais não atendidas por este serviço público essencial, atendidas por sistemas de abastecimento deficitários, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, possibilitando a geração de comercializáveis para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais. (BRASIL, 2015) Disponível em <<http://www.integracao.gov.br/web/guest/objetivos>> acessado em: 02/06/2015;

²² Normalmente perfurados nos quintais e com estrutura de um banheiro, substitui o vaso e a fossa sanitário.

política com caráter de universalização do acesso. Entre seus princípios fundamentais consiste na adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais de forma que contribua para o combate à pobreza e a sua erradicação, proteção ambiental, promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (BRASIL, 2015)

Essa conjuntura confirma que na Amazônia, a dinâmica de viabilização das políticas públicas junto às comunidades rurais ribeirinhas, ainda, carecem de maiores avanços, pois são marcadas por contradições, pela precariedade e/ou ausência de direitos (CHAVES, 2001). Nas comunidades estudadas observa-se que nem mesmo as políticas públicas no caráter de acesso e viabilidade pública universal possuem efetivação de modo que atendam às necessidades básicas dessas populações, criando a perspectiva de crescimento na dinâmica do desenvolvimento, que não pode ser construído por meio de desigualdades sociais. Em contrapartida, essa conjuntura estimula as iniciativas criadoras e impulsionadoras das forças comunitárias em busca do próprio bem-estar de forma isolada ou coletiva, tendo em vista que os produtores em Santa Maria e Santo Afonso constroem alternativas que contribuem para uma melhor qualidade de vida e superação das ausências de bens e serviços demandas das políticas públicas, uma forma de desenvolvimento no âmbito comunitário para a própria sustentabilidade social. (SACHS, 2002; VIEIRA, 1998)

No contexto dessa discussão, vale ressaltar os aspectos quanto ao acesso a seguridade social nas comunidades: saúde, assistência social e previdência social. No que diz respeito à saúde, na comunidade de Santa Maria existe um posto de saúde inaugurado há aproximadamente sete anos, no entanto funcionou precariamente durante dois anos. A comunidade não recebe atendimento médico e odontológico a cinco anos pela secretaria de saúde do município de Caapiranga-AM. No entanto, o município mantém entre os comunitários quatro profissionais de saúde, sendo um agente de endemias que trabalha, especificamente, com a identificação da malária, um agente comunitário que realiza visita domiciliar para a identificação de dados sobre doenças em geral e dois recepcionistas que exercem, também, a função de zeladores do posto de saúde. No caso de emergência é necessário o deslocamento dos comunitários para os municípios de Caapiranga-AM e Manacapuru-AM, devido possuir melhor infraestrutura para atendimento, em transporte marítimo denominado de “Ambulancha”.

Em Santo Afonso a saúde caracteriza-se por um posto de saúde gerido pela Prefeitura do Município de Caapiranga, contudo está sem utilização por falta de profissionais. Entretanto, na comunidade existe um agente de saúde, um agente comunitário e um agente de endemia que

realiza a coleta de material para a análise de identificação de casos de malária e dengue. A comunidade ainda consta com um transporte coletivo, sendo uma voadeira do posto de saúde conhecida como “Ambulança” para casos de emergência realizar o descolamento dos comunitários para os municípios de Caapiranga – AM e Manacapuru-AM.

Nesse cenário, é importante destacar a ausência e precariedade no fornecimento de serviços de saúde nas comunidades, os comunitários têm buscado atendimento médico-odontológico a partir do estabelecimento de parcerias com outras instituições não governamentais, tais como a ONG “Asas de Socorro” e comunidades cristãs que fazem eventualmente atendimentos em comunidades ribeirinhas.

No que se refere a Previdência Social, na comunidade de Santa Maria, segundo os dados 63% (n=5) dos produtores contribuem para previdência social e 38% (n=3) não contribuem. Dos que afirmam contribuir, 38% (n=3) alegam pagar os proventos com os valores arrecadados mediante a renda obtida com a produção agrícola. No entanto, em Santo Afonso, a maioria dos informantes 88% (n=7) afirmaram não realizar nenhum tipo de contribuição a previdência social.

Quanto a Assistência Social, a pesquisa evidencia que na comunidade Santo Afonso predominantemente ocorre o acesso a Assistência Social, sendo 88% (n=7) dos produtores ou algum membro da família beneficiários. Dentre os informantes que declaram possuir algum benefício, destaca-se 75% (n=6) possuem acesso ao Bolsa Família²³, seguido de 25% (n=2) o BPC-LOAS²⁴. Na comunidade de Santa Maria somente 25% (n=2) recebem algum tipo de benefício social, são eles: Bolsa Família e o Seguro Defeso²⁵ ao Pescador Artesanal.

²³ O Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, garantido pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004. (BRASIL, 2015). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> acesso: em 21 de abril de 2015

²⁴ O BPC é um benefício da Política de Assistência Social, individual, não vitalício e intransferível, que garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que comprovem não possuir meios para prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. O BPC integra a Proteção Social Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e para acessá-lo não é necessário ter contribuído com a Previdência Social. (BRASIL, 2015). Disponível em: <<http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/345>> acesso: em 21 de abril de 2015

²⁵ A operacionalização do benefício acontece pela Previdência Social através da Medida Provisória Nº 665 de 30/12/2014. O pescador artesanal precisa estar inscrito na Previdência Social como segurado especial e comprovar o exercício profissional da atividade de pesca artesanal objeto do defeso e que se dedicou à pesca, em caráter ininterrupto, durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos doze meses imediatamente anteriores ao defeso em curso, o que for menor. Não é permitido ter vínculo de emprego ou outra relação de trabalho, tampouco outra fonte de renda diversa da decorrente da atividade pesqueira. (BRASIL, 2015). Disponível em: <<http://agencia.previdencia.gov.br/e-aps/servico/345>> acesso: em 21 de abril de 2015

Neste caso, as comunidades resguardam aspectos particulares, no caso de Santa Maria os dados são mais expressivos, quanto ao acesso a Previdência Social, já na comunidade Santo Afonso quanto a Assistência Social, sobretudo pelo benefício do Bolsa Família que exerce importante função no complemento da renda, juntamente com as atividades produtivas da agricultura familiar. Essas fontes de renda contribuem na manutenção e subsistência dos grupos domésticos familiares. Tanto a Previdência quanto a Assistência Social não assumem unicamente a responsabilidade de prover necessidades cotidianas das famílias, mais contribuem para o acesso a bens e recursos, de modo que seus beneficiários possam dar continuidade aos meios de produção da agricultura familiar e alcancem o protagonismo na vida social.

O sistema de proteção social pautada na Seguridade Social é garantido por meio da Constituição Brasileira, de 1988, no entanto, as comunidades ribeirinhas constituem-se como territórios nos quais a cobertura das necessidades sociais, mediante acesso aos direitos na condição de cidadão, são muito restritos (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009). Essa realidade se expressa também no âmbito da saúde, nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso, com a ausência de atendimento médico e odontológico na unidade de saúde, ocasionando o uso de práticas alternativas pelos produtores com base nos conhecimentos tradicionais por meio de uso de plantas medicinais para tratamento de doenças.

Neste sentido, a sustentabilidade social baseada a partir das políticas públicas e das ações governamentais, tem o caráter de redução das desigualdades sociais e promoção de direitos básicos. A pesquisa aponta a necessidade de operacionalização de bens e serviços para atendimento das necessidades do contexto local, visando mudança para concretude no acesso a esses direitos na forma de benefícios legais.

No entanto, essas condições são superadas mediante a organização sociocultural e política das populações ribeirinhas da Amazônicas (CHAVES, 2001; RODRIGUES, 2009). O modo de vida dessas populações garantem a sustentabilidade social no ponto de vista das condições de reprodução da vida social e satisfação de necessidades básicas para a própria sobrevivência e melhora na qualidade de vida (SACHS, 1993; 2002; GUIMARÃES, 1997; VIEIRA, 1998). Entretanto, de modo diferente da noção de qualidade de vida apreendida pelo modo de vida urbano, que é centrado na crescente produção de mercadorias num padrão de consumo com deterioração dos bens naturais. No modo de vida das populações tradicionais os valores culturais são determinantes da demanda social, bem como dos meios para satisfazê-la (LEFF, 2007).

Nos casos das comunidade Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-

AM, a sustentabilidade social está relacionada ao modo de vida, ou seja, embasada pela sua cultura, questionando os meios de massificação do ambiente para produzir e satisfazer as necessidades dos comunitários, tendo em vista que os meios pelos quais são superadas as dificuldades encontram-se relacionadas principalmente ao desenvolvimento do conjunto de atividades produtivas (caça, pesca, artesanato, agricultura, entre outras) que compõe a agricultura familiar local, bem como pela elaboração de tecnologias adaptadas à realidade local considerando o meio ambiente como principal componente para sua sustentabilidade e reprodução social, além do conhecimento sobre os recursos locais, que tem no seu aproveitamento a apropriação dos saberes tradicionais.

Para Rodrigues (2009) o desenvolvimento das práticas produtivas tradicionais das populações da Amazônia possibilitam a (re)produção não apenas física mas também social e cultural do grupo. Essas práticas são direcionadas por princípios culturais de integração à natureza e formas apropriadas de manejo, que segundo Sachs (1986) ao considerar os limites da natureza, o bem-estar, valores culturais na busca pela realização da cidadania, a sustentabilidade no âmbito social que se concretiza de modo real e prático, para melhoria da qualidade de vida.

Assim, a cultura estabelece nas interfaces importante papel na mediação entre os processos econômicos, sociais e ecológicos no alcance da sustentabilidade, entendida portanto como sustentabilidade sociocultural. Com base em Leff (2009) toda formação social desenvolve numa estreita relação com seu entorno natural, e portanto, toda forma de transformação e uso dos recursos naturais está condicionada por práticas culturais.

Através dos valores culturais de uma comunidade insere-se o potencial ecológico e tecnológico nas seus processos de trabalho, operando, assim, como uma força produtiva. Neste sentido, as instituições culturais – as formas de operação, o trabalho coletivo, a divisão familiar e social do trabalho, as regras de intercambio intercomunitários – definem a dimensão cultural do desenvolvimento sustentável. (Leff, 2009, p. 132)

Nesse âmbito, a comunidade é um espaço plural que vai além das suas dimensões política e econômica, sobretudo possui aspectos "socioculturais, permeados por relações de parentesco étnicas, de gênero, de compadrio, de vizinhança." (ESTERCI, 1994 apud RODRIGUES 2001). Esses aspectos caracterizam, além do modo de vida dessas comunidades, mas também o estabelecimento de suas relações socioculturais, formas de organização como processo determinante para a superação das dificuldades, como forma de superação ao acesso precário as políticas públicas, bem como aos bens, serviços e melhoria da qualidade de vida que a comunidade tem mantido e evoluindo socialmente.

Desse modo, as formas de ajuda mutua são relações socioculturais que contribuem na

reprodução social dos produtores, podendo ser visualizados nas formas de trabalho coletivo, sobretudo no âmbito do desenvolvimento das atividades produtivas que compõe a agricultura familiar. Na comunidade Santo Afonso, somente 38% (n=3) dos produtores realizam trabalho coletivo, 62% (n=5) afirmam não realizarem. Das formas de trabalho coletivo desenvolvida 25% (n=2) são troca de dia e 12% (n=1) mutirão.

Na comunidade Santa Maria há predominância no trabalho coletivo, tendo em vista que 88% (n=7) dos produtores realizam algum tipo trabalho coletivo, seguido de 12% (n=1) que não realizam. Entre as formas de trabalho coletivo destacam-se 62% (n=5) mutirão e 62% (n=5) troca de dia (Tabela 13).

Tabela 13 - Formas de trabalho coletivo na comunidade de Santa Maria

Atividades	F.a.	F.r. (%)
Mutirão	5	62
Troca de dia	5	62
Outros: extração da madeira	2	25
Total	12	149

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Estas atividades são desenvolvidas principalmente no âmbito da agricultura, nas atividades de corte da banana, broca, bem como na pesca e serra de madeira. Em alguns casos, o mutirão é usado como ajuda aquelas pessoas enfermas, nos cuidados com o roçado. Segundo Wagley (1988; p. 87) “o trabalho de uma roça, entretanto, nunca é feito por um só homem”, por isso a importância dada aos serviços conjuntos. Nessa ocasião, segundo o autor, organizam-se tais grupos de trabalho cooperativo para várias tarefas do cultivo do roçado de mandioca, em geral para tarefas agrícolas. O grupos são formados de parentes, compadres²⁶ e vizinhos próximos.

Conforme Fraxe (2011), as formas de ajuda mutua, denominadas de mutirão, ajuri ou puxirum e a troca de dia, são configurações de relações tradicionais e produtos das necessidades socioeconômicas do grupo doméstico familiar, que acontecem primeiramente pela presença de sentimento afetivo como amizade, compadrio e outros, mas também para suprir a necessidade de força de trabalho que o grupo não pode prover apenas com o trabalho familiar.

Os estudos de Chaves (2001) e Barroso (2010) apontam que existem diversas formas de organização do trabalho coletivo presentes nas populações rurais Amazônicas. Entre as quais nas comunidades, encontram-se nas festas religiosas, mutirão, pescarias e outras (Tabelas 14 e

²⁶ São termos empregados na relação entre pais e afilhados. Segundo Wagley (1988) se trata de um ritual católico em que os pais de uma criança convidam um homem e uma mulher para padrinhos de batismo de seu filho, a partir de uma relação de amizade, também pode ser padrinhos de casamento, crisma e fogueira.

15).

Tabela 14 - Atividades coletivas na comunidade de Santa Maria

Atividades	F.a.	F.r. (%)
Roça	3	37
Festa religiosa	8	100
Pescaria	2	25
Mutirão	7	87
Outros: reuniões e torneios	4	50
Total	24	299

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Tabela 15 - Atividades coletivas na comunidade de Santo Afonso

Atividades	F.a.	F.r.
Roça	1	12
Festa religiosa	5	62
Pescaria	1	12
Mutirão	2	25
Outros	0	0
Total	9	111%

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Na comunidade de Santa Maria foi identificado que o mutirão acontece principalmente para as atividades de agricultura, em prol de alguma família com dificuldade de mão-de-obra. Na comunidade Santo Afonso, o mutirão é comumente realizado para atividades em benefício da comunidade e a troca-de-dia para outras atividades ligadas as práticas agrícolas.

Estudos desenvolvidos no contexto regional sobre as formas de organização socioculturais (CHAVES, 2001; FRAXE, 2011; BARROSO, 2010, PONTES, 2012) mostram que o mutirão são serviços coletivos organizados para execução de tarefas rápidas que beneficiam a comunidade ou os comunitário, nos quais o trabalho é compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade. O mutirão segundo Fraxe (2001), é uma forma de ajuda mútua dentro de um processo grupal, atraindo as pessoas espontaneamente para prestar auxílio necessário. Eles acontecem com maior frequência em atividades inerentes ao roçado ou para benefícios a comunidade.

Assim sendo, as práticas coletivas de ajuda mútua são fundamentais para reproduzir o processo de organização do trabalho na unidade familiar, onde ocorre de forma similar, porém em intensidade diferenciada conforme pode ser visto nas referidas comunidades estudadas.

Outra forma de organização sociocultural são as festas que acontecem com bastante frequência nas comunidades, entre as principais a festa religiosa, dos Padroeiros das comunidades, mas também existem outras como: festas evangélicas, aniversário da comunidade, festa de fim de ano e torneios. Esses momentos de festa coletivas são oportunidades que tende a fortalecer os laços de amizade e solidariedade entre os grupos familiares, comunitários e comunidades situadas no entorno. De acordo com Wagley (1988) as festas são formas tradicionais de recreações que promovem relações sociais entre os comunitários e está intimamente ligada a religião e organização da comunidade,

pois também possuem a função de promover a organização formal dos comunitários, em associações de devotos de um determinado santo que acabam se estendendo para várias outras questões comunitárias.

Neste sentido, as comunidades também apresentam organização formal, ou seja, aquela organização fixa, com diretoria e produtividade. Em Santa Maria 63% (n=5) pertencem a alguma organização comunitária, desses 39% (n=3) participam Associação dos Produtores Rurais de Santa Maria, 12% (n=1) são ligados ao Sindicato de trabalhadores Rurais do Município de Caapiranga e 12% (n=1) a outros tipos de organização. Em Santo Afonso 63% (n=5) participam da Associação dos Moradores de Santo Afonso e da Associação de Produtores Rurais da Comunidade Santo Afonso, 25% (n=2) de outras organizações e 12% (n=1) do Sindicato de trabalhadores Rurais do Município de Caapiranga.

Dessa forma, em ambas as comunidades existem organizações dos comunitário (grupo, cooperativa, associação) principalmente para a busca de melhoria na produção agrícola, além de alternativas para questões comunitárias coletivas que reproduzem a qualidade de vida do produtores, portanto promovem a sustentabilidade sociocultural. Nessa perspectiva, dentro do enfrentamento de determinantes externos é percebido e realizado pela mobilização política e a gestão comunitária. Esta relação reforça o que Chaves (2001) afirma, que a organização política das populações rurais da Amazônia surge da combinação entre a organização sociocultural e de determinantes que exigem ações coletivas. Esses determinantes podem ser observados através da busca de solução para os problemas sociais enfrentados pelos comunitários por meio da organização.

Essas formas de organização se configuram na ação comunitária que conforme Souza (2010) é uma prática de ajuda mutua e cooperação para enfrentar os desafios e dificuldade as quais a comunidade é submetida, mesmo que seja apenas por um indivíduo membro da comunidade. Segundo Wagley (1988) é no espaço da comunidade que são desenvolvidas as formas de organização, relações sociais de um povo e seu sistema cultural:

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma cultura ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses têm suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. (p. 44)

A sustentabilidade social e cultural estão relacionados a equidade social entre os agricultores familiares, sobretudo, no acesso a bens e serviços compartilhados, na adoção e adaptação de saberes e técnicas, que ocorrem de acordo com as suas necessidades e interesses. Essa situação se verifica também na organização coletiva e na gestão dos recursos naturais, durante o processo de trabalho, que lhes garante a luta pela sobrevivência e o acesso a bens a segurança alimentar.

Essa premissa da busca pelo bem estar da família, está entrelaçada com a preocupação com a qualidade do ambiente e com a satisfação das necessidades básicas, conservação do potencial produtivo do ecossistema com o aproveitamento integrado dos recursos naturais e conseqüentemente com a sustentabilidade. Esse entrelaçamento é realizado fundamentalmente pela mediação da cultura, e constituem os pilares fundamentais de uma nova racionalidade social e produtiva, capaz de construir racionalidade econômica e ambiental que atenda a produtividade sustentável, com resultado de bem-estar nas famílias e nas comunidades.

3.3.2. Sustentabilidade Econômica

No cerne da discussão da sustentabilidade econômica, encontra-se as questões relativas a sociedade e meio ambiente pelo debate em busca de um desenvolvimento com sustentabilidade para as gerações presentes e futuras. A questão central da discussão está no fato de que a humanidade deve preservar o capital natural, na medida em que os recursos devem ser mantidos ou mesmo se mantenham constantes, questionando o desenvolvimento no seu caráter fundamental do crescimento econômico (BELLEN, 2006; NASCIMENTO, 2012).

O atual modelo de desenvolvimento está baseado no modo de produção capitalista cuja as bases estão na destruição da natureza para a produção incessante em busca de lucros, questionando as condições de continuidade do desenvolvimento com sustentabilidade do planeta. (SILVA, 2010)

Em sua essência a pressão exercida sobre os recursos naturais, na economia do atual modelo capitalista de desenvolvimento, trata-se de uma maximização de lucro a curto prazo, que introduzem padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo que vem esgotando as reservas naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas (LEFF, 2007). A racionalidade econômica não só maximiza excedentes, assim também como a desconstrução da perspectiva de um futuro sustentável.

Silva (2010) destaca este movimento baseado na acumulação de riquezas que acabou alterando radicalmente as relações entre natureza e sociedade. O excedente com fins de lucro, a concorrência e a competitividade impulsionaram uma nova etapa na relação com o meio ambiente de domínio da natureza em uma escala cada vez maior sem se importar com as sequelas deste movimento.

Para Sachs (2002) o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a diversidade, mas isso seria possível se houvesse a consciência de que todas as atividades econômicas estão fincadas com suas bases no meio natural. A exemplo de modos de vidas desenvolvidos pelos habitantes das florestas e populações rurais, em que lutam por sua subsistência nos ecossistemas, geralmente de modo criativo baseado em conhecimentos profundos sobre a natureza e estabelecendo uma relação homem-natureza diferenciada.

Tal como expressa os resultados da pesquisa nas comunidade ribeirinhas Santo Afonso e Santa Maria no Município de Caapiranga-AM, a economia das comunidades estão baseadas no desenvolvimento da agricultura familiar, sobretudo nas atividades agrícolas e extrativistas. Em ambos os casos há complementação do sustento da família com renda oriundas de benefícios sociais (Aposentadorias, BPC e Bolsa Família) (Gráfico 10 e 11)

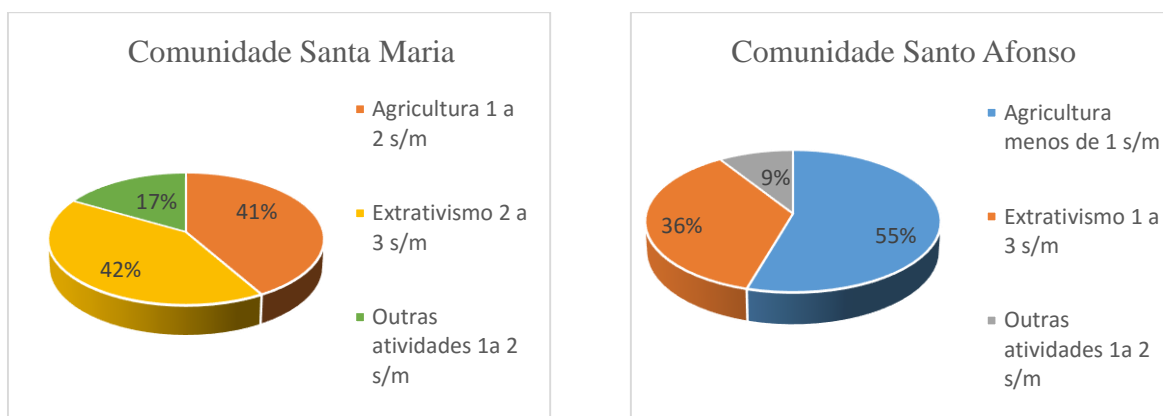


Gráfico 10 e 11- Origem da renda familiar nas Comunidade de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM.

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

É possível identificar que os agricultores das comunidades pesquisadas desenvolvem a prática da pluriatividade, por meio da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas numa mesma unidade familiar. O conjunto dessas atividades possibilita aos produtores a reprodução do grupo social. Nessa diversidade de atividades produtivas

há existência de práticas tradicionais desenvolvidas pelas populações amazônicas tais como: a agricultura, a pesca e o extrativismo.

Essa estratégia de desenvolvimento da agricultura familiar constitui a pluriatividade nas especificidades dessas comunidades, além de significar uma polivalência do agricultor tradicional da Amazônia. De acordo com Sachs (1986) trata-se de uma importante forma de produção ecologicamente viável, com sustentabilidade. Visto que a integração de práticas como agricultura, criação de animais, caça, pesca e outras, formam um único sistema de produção na utilização racional dos recursos do ecossistema natural.

Nesse sentido, os agricultores familiares tradicionais das comunidades Santa Maria e Santo Afonso, organizam-se a partir do trabalho desenvolvido para manutenção, sobretudo, da sua sobrevivência familiar (Tabela 16).

Tabela 16 - Finalidade da produção agrícola do roçado na Comunidade de Santa Maria e Santo Afonso no município de Caapiranga-AM.

Comunidade	Agricultura		Extrativismo Animal		Extrativismo Vegetal	
	Consumo	Consumo e Venda	Consumo	Consumo e Venda	Consumo	Venda
Santa Maria	12 % (N=1)	88% (N=7)	88% (N=7)		12 % (N=1)	76% (N=6)
Santo Afonso		100% (N=8)	12 % (N=1)	25% (N=2)		50% (N=4)

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Com relação as atividades agrícolas vale destacar que entre as espécies cultivadas, em Santa Maria a mandioca, cará e a macaxeira destinam-se especialmente para o consumo, sendo a banana o principal produto destinado para consumo e venda. Em Santo Afonso a banana, macaxeira e o cará são para consumo, enquanto a mandioca é cultivada principalmente para consumo e venda, na forma de farinha. Entre as espécies cultivadas a mandioca caracteriza-se como fundamental, uma vez que o seu valor está agregado, sobretudo, a produção de farinha, que é o principal produto agrícola beneficiado, seja para a comercialização ou para o consumo da família.

Conforme apontam os dados da pesquisa, é possível verificar que a maior parcela dos produtores desenvolvem um conjunto de atividades produtivas para a subsistência. No caso do extrativismo madeireiro e da agricultura, estes visam dupla destinação, sendo a maior parcela produzida para o consumo familiar e o excedente é para a comercialização. No que se refere ao extrativismo animal e as outras atividades, como horta doméstica e a criação de pequenos animais – aves (galinhas e patos) visam mais à

subsistência que à comercialização, tendo em vista que a criação animal é um componente fundamental na complementação da dieta proteica ribeirinha, principalmente na estação da cheia dos rios.

Sendo assim, as Comunidades de Santa Maria e Santo Afonso desenvolvem uma agricultura mais voltada para o consumo e a venda de excedentes da produção. Assim, conseguem gerir a manutenção e reprodução da família e do ambiente em que vivem, contudo, essas mesmas práticas subsidiam a aquisição e obtenção de produtos e serviços que necessitam de fora da comunidade, nos centros urbanos próximos, mas que são necessários para a manutenção da família, rompendo com a ideia de utilização indiscriminada dos recursos naturais para obtenção máxima de lucros e mais-valia.

Para Leff (2009) a natureza da economia tradicional está na racionalidade da produção rural baseada na autossubsistência, integrando valores culturais orientados por valores como estabilidade, solidariedade interna satisfação das necessidades e distribuição e acesso equitativo da comunidade aos recursos naturais. “A racionalidade cultural das práticas produtivas tradicionais contrapõe-se à especialização e homogeneização da natureza e a maximização do benefício econômico” (p.100) que é praticada e difundida em grande escala pelo modo de produção capitalista.

Segundo Fraxe (2011) as populações tradicionais na Amazônia, sobretudo o ribeirinho, desenvolvem duas lógicas de transação: mercadoria-mercadoria e mercadoria-dinheiro-mercadoria. Na primeira, há a troca de valores de uso por valores de uso, sem intermediação do dinheiro. Na segunda, ocorre a troca de valor de uso pela moeda, no entanto nessa forma é para se adquirir outro valor de uso, portanto uma forma de economia mercantil de troca simples.

Trata-se de uma racionalidade que, segundo Leff (2009, 2007), define um sistema de regras de pensamento, comportamento que legitima as ações de grupos e agentes sociais, e orienta um conjunto de práticas para a construção de um futuro sustentável refletindo-se nas diferentes esferas institucionais e no seu padrão de produção. De acordo com o referido autor esta é uma *racionalidade produtiva* aplicada ao desenvolvimento que gera um sistema técnico complexo, com base no resgate de saberes tradicionais com aproveitamento sustentável do potencial ecológico e da diversidade do ecossistema e, principalmente, apropriado as condições culturais e econômicas das formações sociais para assimilarem essas novas técnicas em suas práticas produtivas.

No âmbito da discussão, Sachs (2003, 1986) e Cavalcanti (2010) destacam que a sustentabilidade deve ser entendida como a capacidade de uma região em constituir seu

padrão de desenvolvimento, atendo as especificidades de cada região. Para tanto, nas duas comunidades o Programa de Fortalecimento para Agricultura Familiar (PRONAF)²⁷, é a principal política pública pela qual 75% (n=6) dos produtores em Santa Maria e 75% (n=6) dos produtores em Santo Afonso tem buscado auxílio econômico para sustentabilidade das produções.

No Amazonas, segundo o último Anuário Estatístico Do Crédito Rural (2012), disponibilizado pelo Banco Central sobre o PRONAF, os principais investimentos nos produtos, atividade e finalidade estão no extrativismo de espécies nativas e lavouras, sendo para mandioca e outras lavouras. Essa é a política pública que os comunitários de Santa Maria e Santo Afonso possuem maior acesso como forma de incentivo ao desenvolvimento econômico. Segundo os comunitários, o financiamento pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) aos agricultores nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso, acontece por meio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM), juntamente com o Banco da Amazônia, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por produtor familiar. O financiamento acontece pela linha credito dos beneficiários do Grupo “B” no Pronaf, cujo os financiamentos deve atender às seguintes condições básicas, segundo Banco Central do Brasil (2015):

- a) São beneficiários os agricultores cuja renda bruta familiar anual não seja superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente;
- b) As finalidades são os financiamentos as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção, observadas as propostas ou planos simples específicos. Entendendo-se por atividades não agropecuárias como, por exemplo, o turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades que

²⁷ O Pronaf possui importante contribuição nacionalmente para o reconhecimento da “agricultura familiar”, tendo em vista que usualmente eram classificados como pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda. A visibilidade veio a partir do reconhecimento as lutas dos movimentos sociais e sindicais por acesso a créditos, melhores preços, formas de comercialização, previdência social rural, no início da década de 90. Como resultado tem-se a consolidação como política pública que trouxe melhorias a qualidade de vida e acesso a bens e serviços há vários agricultores familiares através do decreto presidencial nº 1.946 de 28 de setembro de 1996, e posteriormente com a Lei da agricultura Familiar (lei n. 11.326, de 2006).

sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural.

Como comprovação dos financiamentos e da condição de agricultores familiares, os comunitários apresentam a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), emitida por agentes credenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), atestando que atendem aos critérios exigidos para a concessão de financiamento no âmbito do Pronaf.



Figura 10 e 11 - Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
FONTE: Pesquisa de campo, 2015

No entanto, as dificuldades com as quais os agricultores familiares tradicionais se defrontam, não é possível supri-las com o valor financiado, tais como: inexistência de infraestrutura de apoio a produção (armazenamento e transporte para o escoamento); produtos perecíveis; baixa produtividade.

Dessa forma, evidencia-se que a lógica de produção do agricultor familiar tradicional, nas comunidades pesquisadas é diferenciada do sistema capitalista convencional de produção e possuem especificidades quanto a região. Isso demonstra que em muitos casos, dependendo do emprego do valor do financiamento pelo agricultor familiar, em caso de eventos naturais como grandes cheias ou outro problema há perda da produção, o que ocasiona ao agricultor acúmulo de dívida, tendo que renegociá-la e pagá-la em parcelas anuais sem ter a produção, conforme relatado por comunitários durante a pesquisa. Assim nesse sistema há o risco da inadimplência e para a maioria das culturas da região faltam políticas públicas de seguro agrícola.

O que merece destaque é que nessa linha de crédito dos beneficiários do Grupo

“B” no Pronaf, os produtores assinam no contrato e na DAP condições de aquisição de insumos químicos e maquinários para as roçadas. No entanto, a base da produção nas comunidades é agroecológica ou orgânica. Esse fato torna-se contraditório e preocupante para as questões ambientais, principalmente pelo uso indiscriminado de agrotóxicos que as linhas de créditos pré-estabelecem. Sendo que nessas comunidades apontaram pelo não uso de defensivos agrícolas.

Essa busca por acesso ao crédito representa o interesse do agricultor, em ampliar sua produção dentro de suas especificidades. Contudo entre as principais dificuldades está a ausência de assistência técnica e um sistema de comercialização que absorva os produtos cultivados.

Para Sachs (1993) e Belen (2006), a sustentabilidade na dimensão econômica se torna possível, à medida que a alocação e gerenciamento eficiente dos recursos e de um fluxo constante dos investimentos públicos e privados. Esta visão pretende considerar a sustentabilidade como um meio para se atingir uma situação de desenvolvimento pautado nas potencialidades locais, pensando-se assim em um sistema de desenvolvimento local e regional.

Tal fato, indica a necessidade de projetos para promoção do fortalecimento da agricultura familiar tradicional, em especial no Amazonas, buscando na perspectiva de sustentabilidade econômica fomentar iniciativas que sejam condizentes com a perspectiva de produção dessa população. Neste sentido, os resultados da pesquisa evidenciam que nas comunidades estudadas existe uma racionalidade produtiva por parte do produtor no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional, em que não visam exclusivamente a obtenção e acúmulo de grandes lucros, tornando-se mais importante a obtenção de recursos que possam suprir o bem-estar familiar, o que agrega condições de sustentabilidade econômica.

Essa racionalidade nos processos produtivos das comunidades, é determinada pela relação estabelecida entre o produtor e a natureza, condicionadas pela dinâmica dos ciclos naturais, que por sua vez, influenciam nas formas dos sistemas agrícolas e do desenvolvimento com conseqüente melhoria na qualidade de vida.

Conforme Sachs (1986, 2002) e Leff (2007) as condições para aproveitamento da produtividade primária com bases de sustentabilidade aos processos de produção deve integrar os processos ecológicos que geram os valores de uso natural, com os processos tecnológicos que os transformam em valores de uso socialmente necessário através da produção e apropriação dos conhecimentos, saberes culturais das comunidades para

autogestão de seus recursos produtivos. Desta forma, a pesquisa aponta que essas formas de economias familiares, comunitárias desenvolvidas por meio da agricultura familiar nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso, devolveram regras, organização e regulação coletiva da produção com base em transformação cultural procedentes principalmente dos saberes tradicionais e da estreita relação com a natureza. Portanto, a gestão participativa das comunidades no meio ambiente é condição para conservação dos recursos para um desenvolvimento sustentável (SACHS, 1986, 2002; LEFF, 2009 DIEGUES, 2004).

3.3.3. Sustentabilidade Ambiental

A base da sustentabilidade ambiental está na relação estabelecida entre a sociedade e natureza no seu modo de produção e reprodução com capacidade de sustentação e prudência ecológica, com base no tipo de conhecimento que cada segmento social tem a respeito do ambiente que ocupa. De acordo com Sachs (2002), a sustentabilidade ambiental assinala que a relação entre o homem e a natureza deve estar pautada na preservação do potencial do capital natural na sua produção de recursos renováveis, uso limitado dos recursos não-renováveis e respeito a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.

Nesse sentido, uma relação homem-natureza com verdadeira gestão ecologicamente equilibrada das bases de recursos renováveis (solos, água, floresta e clima) torna-se uma condição *sine qua non* de um desenvolvimento com sustentabilidade, tal como são muitos sistemas de produção com bases tradicionais que são ecologicamente proporcionam um rendimento sustentável do ecossistema natural (SACHS, 1986).

Nessa perspectiva o conceito de sustentabilidade ambiental acomoda uma análise das práticas utilizadas nos processos produtivos das populações tradicionais na Amazônia. Se o critério de racionalidade econômica capitalista promove o desenvolvimento com integração ao mercado, os critérios de sustentabilidade ambiental atribui aos pequenos produtores tradicionais da Amazônia uma valoração ecológica positiva. Desta forma, a pesquisa aponta aspectos da sustentabilidade ambiental quanto a essa relação diferenciada, no que se refere ao respeito com a natureza nas práticas cotidianas domésticas dos produtores familiares, nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso. Em Santa Maria 88% (n=7) dos produtores destinam a sobra de alimentos para a alimentação de animais de pequenos porte, criados nos quintais, seguido de 12% (n=1) que jogam no rio. Em Santo Afonso pode ser observado que 75% (n=6) dos produtores destinam para alimentação dos animais (gráfico 12).

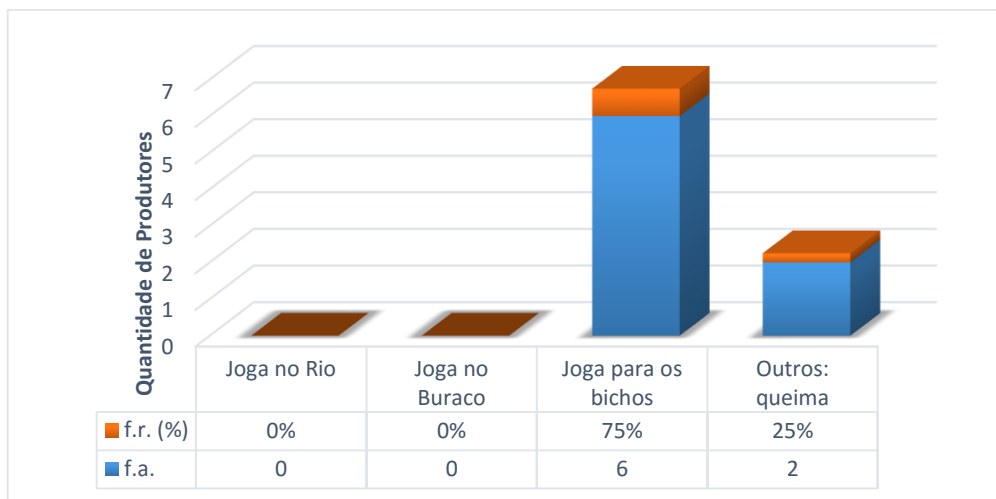


Gráfico 12 - Destino das sobras de alimento na Comunidade Santo Afonso no município de Caapiranga-AM. FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Estas é uma formas de aproveitamento sustentável, pois baseiam-se na possibilidade de otimizar as possibilidades produtivas, tendo em vista que os animais criados nos quintais, estão inseridos no sistema produtivo da agricultura familiar que é desenvolvido pelas produtores tradicionais e servem como poupança para momentos difíceis, alimento em casos de necessidades dentre outras formas de aproveitamento para geração de renda.

Ao realizar o aproveitamento sustentável das sobra de alimentos o agricultor possibilita a sustentabilidade da própria cadeia produtiva, ao garantir ao seu agrossistema a possibilidade de manter sua autorreparação dentro de um modelo de produção e consumo compatível com a capacidade da natureza (NASCIMENTO, 2012)

No entanto, essa possibilidade não abrange toda a produção de resíduos sólidos descartados pela comunidade. No que se referi ao descarte de outros resíduos tais como garrafas do tipo PET, pilhas, latas e entre outros, em Santo Afonso 75% (n=6) dos produtores queimam as garrafas do tipo PET, após o uso reaproveitam para armazenar outros líquidos: água, suco, tucupi, açaí e outros. No caso dos objetos de alumínio, como as panelas e latas, é importante ressaltar que 75 % (n=6) vende esse material para barcos que passam na comunidade ou na cidade, o outro destino dos 25% (n=2) reaproveitam para plantas ornamentais. Em menor frequência ocorre o reaproveitamento, também, para fornos de farinhas quando não possuem mais utilidade, somente 38% (n=3) reutilizam-no para canteiro de hortaliças nos quintais. A maioria dos produtores 63% (n=5) afirmam deixá-los em qualquer lugar próximo à casa de farinha.

Na comunidade Santa Maria, quanto ao descartes do resíduos sólidos, os dados expressão o seguinte perfil (Tabela 17).

Tabela 17 - Destino dos resíduos sólidos na comunidade de Santa Maria, em Caapiranga-AM

Resíduos	Processo	F.a	F.r. (%)
Sacos plásticos	Queima	8	100
Pilhas	Queima	3	38
PETS	Reaproveita	8	50
Garrafas de vidros	Joga no buraco	4	50
Latas	Vende	3	38
Panelas de Alumínio	Vende	4	50
Forno de farinha	Joga em qualquer lugar	4	50

FONTE: Pesquisa de campo, 2015;

Nesse aspecto, vale ressaltar que a prática da queima do lixo doméstico é muito frequente em Santa Maria e Santo Afonso. Após a utilização e reaproveitamento é habitual a queima e em seguida aqueles que não se deterioraram completamente, serem jogados em um buraco, como por exemplo: pilhas, garrafas de vidro e outros. Isso ocorre principalmente por que não há coleta de lixo pelo serviço público nas comunidades, problemática característica do acesso deficitário a bens e serviços sociais na Amazônia.

Esse aspecto é preocupante, uma vez que, embora esses produtores desenvolvam um sistema de produção diferenciado na sua relação homem-natureza, não se pode perder de vista que a sociedade atual no qual estão inseridos, possui uma crescente característica de estímulo ao consumo pelo modelo de desenvolvimento, do tipo extrai-produz-descarta, essência fundamental dos problemas ambientais. Assim, o crescente consumo de produtos industrializados, cujas embalagens vêm aumentando a quantidade de resíduos sólidos não-orgânicos tem causado problemas quanto ao destino adequado para os mesmos, fazendo com que muitas vezes estes sejam jogados em locais a céu aberto, ocasionando diversos tipos de problemas aos moradores não somente nas cidades, mas também no meio rural.

Leff (2009) e Cavalcanti (2012) apontam que a atual forma de desenvolvimento econômico que estimula o consumo massivo, ocasionou a diminuição da qualidade ambiental de forma inerente ao desenvolvimento capitalista, comprometendo a capacidade ecológica do planeta, conseqüentemente a sustentabilidade ambiental. Esse modelo de economia moderna tem nas suas bases a crescente extração de recursos e sequencialmente depositado como lixo deixando uma pegada ecológica cada vez maior no meio ambiente.

No entanto, é importante ressaltar que embora os materiais não sejam biodegradáveis e o meio de descarte não seja o recomendável, os dados da pesquisa não apontaram o depósito desses resíduos pelos produtores nos rios e em áreas de floresta, o que indica a conservação das áreas naturais, com perspectiva diferente da observada nos grandes centros urbanos.

Outros aspectos da sustentabilidade ambiental, na relação homem e natureza dos produtores familiares das comunidades ribeirinhas Santa Maria e Santo Afonso, estão inseridos no processo de desenvolvimento da agricultura nos roçados, nas práticas e técnicas de manejo utilizadas pelo agricultor familiar tradicional. Tal como pode ser observado na técnica de adubação dos roçados, onde predominantemente ainda não são utilizadas técnicas com adubos sintéticos (Tabelas 18 e 19).

Tabela 18: Tipo de adubo utilizados na agricultura na comunidade de Santo Afonso, em Caapiranga-AM

Tipo	F.a.	F.r. (%)
Orgânico	4	50
Sintético	0	0
Não usa	4	50
Total	8	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Tabela 19: Tipo de adubo utilizados na agricultura na comunidade de Santa Maria, em Caapiranga-AM

Tipo	F.a.	F.r. (%)
Orgânico	1	12
Sintético	0	0
Não usa	7	88
Total	8	100

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Este aspecto assinala uma perspectiva diferenciada no modo de produção agrícola das comunidades, uma vez que, no modelo de desenvolvimento baseado no modo de produção capitalista, a crescente preocupação em busca de alta produtividade que alterou a capacidade natural de regeneração dos solos, com a introdução de procedimentos técnicos de melhoramento com uso massivo dos adubos sintéticos. Nas comunidades Santo Afonso e Santa Maria esse processo é realizado nos roçados de forma tradicional, com base nos conhecimentos e saberes herdados, sobretudo dos povos indígenas, para o desenvolvimento das técnicas de adubação. Assim, foi observado que no sistema tradicional de cultivo da mandioca e outras espécies, a adubação é realizada de forma orgânica por meio do aproveitamento de recursos existentes na própria comunidade, tais como: pau (decomposição da madeira), esterco de boi e aves, folhas queimadas, casca de ovo, casca de mandioca e folhas de ingá. Assim, como na realização da broca, queima e coivara, as cinzas juntamente com a decomposição de algumas espécies que ficam no local, garantem a qualidade do plantio, visto que servem de adubo orgânico (informação

verbal)²⁸.

Outra técnica de manejo bastante utilizada no desenvolvimento da agricultura nas comunidades é o pousio. Segundo o produtor da comunidade Santa Maria, “cada família aqui na comunidade geralmente tem 3 áreas de roçados pra poder depois voltar a replantar naquele lugar que já virou capoeira” (J.,39 anos, 2015). Segundo o produtor, isso tem se tornado mais frequente nos últimos anos na comunidade, tendo em vista que os roçados estavam ficando cada vez mais longe.

De modo geral, conforme caracterizado anteriormente, o cultivo de várias espécies e o ciclo da mandioca no roçado é feito em aproximadamente 12 meses. Após esse período existe a prática do pousio, ou como os próprios agricultores familiares na Amazônia denominam de “descanso da terra”. O pousio refere-se às terras que os produtor tradicional deixa descansar para a recuperação da fertilidade e para reutilização posteriormente. Nas comunidades todos os produtores afirmaram a utilização da prática cultural do descanso da terra após geralmente plantarem na mesma área de 1 a 2 vezes seguidas. O tempo de descanso da terra varia em torno de 2 a 4 anos, (Gráfico 13):

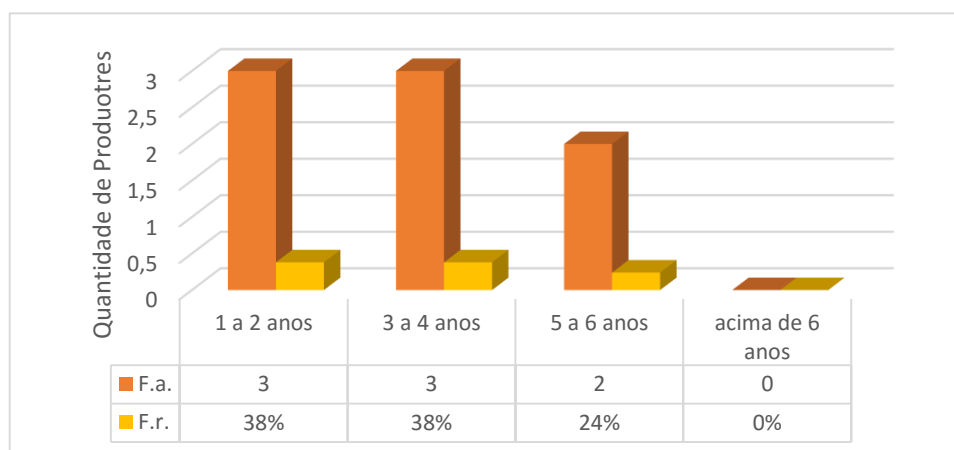


Gráfico 13 - Tempo de descanso da terra após o uso na agricultura na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM.

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Nos casos das comunidades estudadas verifica-se a relação de respeito das produtores familiares com a natureza, por meio do “manejo” de suas áreas de produção. Neste âmbito, perpassam aspectos da cultura tradicional que se expressa na forma de exploração dos recursos naturais e sistema agrícolas que se desenvolvem em um complexo de fatores, incluindo a apropriação de conhecimentos. Assim, o pousio das terras é uma técnica de manejo cujo produtor tradicional deixam a terra descansar para a

²⁸ Informação obtida junto aos produtores na dinâmica de grupo para caracterização dos quintais e melhoria da produção de roça.

recuperação da fertilidade daquela área naturalmente, com o objetivo de reutilização o que expressam um comportamento ecológico que visa garantir a sustentabilidade de seus recursos naturais.

Esta é uma prática cultural que é desenvolvida para recuperação e conservação dos recursos naturais, seja vegetal ou animal, para continuidade do uso agrícola da área. São formas de respeito aos ciclos naturais, e embora tenha um aparente vazio durante esse período, não deixando de pertencer a essas populações (DIEGUES, 2004).

É importante ressaltar que esses modelos de manejo desenvolvidos por estas populações acontecem de forma diferenciada que possibilita o acúmulo de experiências a partir da relação com o meio ambiente ao longo de gerações, em uma perspectiva sociocultural.

Nesta perspectiva o agricultor familiar das comunidades pesquisadas possui uma racionalidade diferenciada dos critérios capitalista de rentabilidade econômica, uma vez que não visando a alta produtividade, e portanto não utilizam adubos sintéticos, possibilitam a natural regeneração do ecossistema e a continuidade dos recursos naturais. A leitura de Sachs (1986) permite verificar que se trata de um aproveitamento sustentável do potencial ecológico, ou seja uma forma tradicional de potencializar os ciclos naturais para a prática produtiva com conservação dos ecossistemas.

Para que isso ocorra é necessário um sujeito consciente de sua dependência em relação à natureza e do seu futuro (SACHS, 1986). Para tanto, em Santo Afonso 75% (n=6) dos produtores afirmam ter diminuição da caça e pesca nas proximidades da comunidade e 25% (n=2) acham que não reduziu. Na comunidade Santa Maria o dado se repete 75% (n=6) dos produtores acredita que diminuíram caça e pesca no entorno da comunidade e 25% (n=2) acham que não. Dentre a opiniões do motivo dessa redução, evidenciam sobretudo o aumento da população nas comunidades e a pesca predatória por barcos que não são dessas comunidades.

Quadro 08 - Percepção dos informantes sobre a diminuição caça e pesca nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria.

Santo Afonso	Santa Maria
“ Invasão de barco de pesca e o aumento da população nas comunidades”	“Por serem perseguidos por barcos pesqueiros ”
“Quando chegamos era farto, com o aumento dos moradores eles se afastaram”	“Diminuiu por causa dos barcos que entram com arrastão . O peixe que mais diminui é o tambaqui e pirarucu”
“Está diminuindo porque a população está crescendo, pesca de barco geleiro no rio ”	“Logo que cheguei era mais fácil, era farto. Cresceu a população e a venda de ”

aumentou, no verão pegam muito”	muito peixe”
“Vem os motores de pesca e leva em grande quantidade e os moradores fica sem. A caça pelo mesmo motivo”	“Devido a população das comunidades que aumentaram. Antes pegava muito tambaqui, hoje não tem. Outras pessoas que não são da comunidade, os barcos que pegam em quantidade entram e levam muito peixe”
“As pessoas foram chegando e retirando muitos peixes, atualmente os motores de pesca tiram muito. ”	“Porque tem muita gente na comunidade que caça e está diminuindo. Os peixes devido muita malhadeira”

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Essa forma tradicional diferenciada de se relacionar com os recursos naturais, com base especialmente na subsistência, lhes permite identificar as causas da diminuição do pescado nas proximidades das comunidades, como pode ser observado nas falas dos produtores. A atribuição da responsabilidade sobretudo a ação contínua de barcos que realizam a pesca predatória em regiões próximas, se dá principalmente pela captura indiscriminada para fins comerciais, com uso de técnicas e objetos como arrastão que, segundo os informantes, não realiza triagem dos peixes e no caso dos filhotes acabam morrendo antes de voltar para água, ocasionando a diminuição das espécies.

Dessa forma, a pesquisa indica que o agricultor familiar tradicional possui uma racionalidade no uso dos recursos disponíveis no meio natural diferenciada dos critérios capitalista de rentabilidade econômica, mas visando a continuidade dos recursos naturais. Esse aspecto realça a sustentabilidade ecológica e ambiental das comunidades, visto que segundo Sachs (2002) respeitar a capacidade da natureza se reestabelecer e a consciência na utilização dos recursos, aumenta a eficiência dos recursos utilizados e proporciona a sustentabilidade ambiental.

Nas bases desse processo de desenvolvimento da agricultura familiar na região, está a relação homem-natureza das populações tradicionais, com a capacidade de transformações e apropriações dos recursos naturais de acordo com seu interesse e conhecimentos para aproveitamento, tão somente para a sua reprodução e bem-estar. Essa relação compreende as formas de uso território, controle dos recursos e suas disponibilidades de tempo, mas sobretudo, pela forma da organização das atividades de trabalho, baseada de forma tradicional, com baixo impacto na exploração dos recursos naturais e da biodiversidade, explicita no modo de vida. (CHAVES, 2001; CASTRO,1997)

As práticas tradicionais nas atividades laborais, que são utilizadas no manejo dos sistemas produtivos, vem sendo reconhecida como uma forma de sustentabilidade

ecológica do planeta, tendo em vista a crescente degradação ambiental resultado das formas de apropriação e usufruto da natureza sem considerar sua capacidade. Ao maximizar excedentes e benefícios econômicos em curto prazo põe em questão a sustentabilidade ambiental, desvalorizando os recursos naturais e culturais, ao mesmo tempo em que diminuem as perspectivas de construção de um futuro sustentável (LEFF, 2007,2009).

Em contraste com esta situação, há populações tradicionais, especialmente ribeirinhas que apresentam sistemas mais sustentáveis de exploração do ambiente. Os produtores tradicionais que vivem em comunidades ribeirinhas da Amazônia apresentam graus distintos de sustentabilidade e têm apresentado ao longo do tempo uma relativa capacidade de manter estável os recursos naturais das áreas que ocupam. Portanto, a sustentabilidade no modo de vida, produção e reprodução com base na agricultura familiar desenvolvida pelos pequenos produtores tradicionais.

Ao trabalhar movida por uma lógica específica, a agricultura familiar nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso assumem características tradicionais visualizadas sobretudo na totalidade da sua relação homem-natureza, ou melhor, agricultor e ecossistema. Desta forma, suas ações são mediadas pelas tradições culturais e fortemente influenciadas pela adaptação ao meio, resultando em técnicas tradicionais no desenvolvimento das atividades. Estas características ganham maior importância quando comparadas às explorações patronais e convencionais da agricultura que, devido às suas práticas agrícolas e a lógica empresarial adotada nas atividades, tendem a ocasionar significativos prejuízos ambientais (contaminação de mananciais hídricos pelo elevado uso de agrotóxicos, esgotamento do solo, lixiviação) e sociais (baixo emprego de mão-de-obra ocasionando o êxodo rural, dentre outras consequências).

Nesses sistemas de produção com base na organização familiar, a natureza não representa somente a base de sua estrutura de produção, mas uma dimensão abrangente, relacionada à totalidade da vida do agricultor, conforme vista nas dimensões da sustentabilidade, fundamentando a reprodução social da família com base na agricultura familiar.

3.4. Produção e reprodução dos sistemas produtivos da Agricultura Familiar nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria

Nas comunidades tradicionais ribeirinhas Santo Afonso e Santa Maria os

sistemas produtivos da agricultura familiar, comumente geram uma expectativa de produção que possa assegurar o alimento do consumo familiar e a venda do excedente. Além da agricultura o extrativismo é uma atividade que contribui para a alimentação e a geração de renda na propriedade familiar. Os resultados mostram que nessas comunidades a maior parte dessa produção é destinada para o consumo e venda. Dentre as espécies cultivadas destaca-se na comunidade Santa Maria com 88% (n=7) a cultura da mandioca e em Santo Afonso 62% (n=5). Portanto, nas roças essa espécie é a mais utilizada e se constitui em uma das principais fontes de alimento das famílias (tabela 20 e 21).

Tabela 20 - Espécies utilizadas na alimentação, procedência e destino na comunidade Santo Afonso

Espécies	Procedência	Destino da Produção (%)		
		C	V	C/V
Mandioca	Agricultura/Roça		12	88
Banana	Agricultura/Roça	25	12	63
Macaxeira	Agricultura/Roça	25		12
Cará	Agricultura/Roça	26	12	
Açaí	Extrativismo			12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Tabela 21 - Espécies utilizadas na alimentação, procedência e destino na comunidade Santa Maria

Espécies	Procedência	Destino da Produção (%)		
		C	V	C/V
Mandioca	Agricultura/Roça	38		62
Banana	Agricultura/Roça	25		75
Macaxeira	Agricultura/Roça	12	12	12
Cará	Agricultura/Roça	25		25
Açaí	Extrativismo			12

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Segundo Wagley (1988) o meio de subsistência e produção da maioria das populações em áreas rurais na Amazônia são em grande parte oriundo da agricultura juntamente com a caça, pesca e extração de produtos naturais da floresta. No conjunto do desenvolvimento dessas atividades, o agricultor familiar tradicional da Amazônia, com base em saberes e práticas tradicionais estabelecem uma relação adaptada ao meio ambiente, o que lhes permite a “polivalência”, estratégias diferenciadas de sobrevivência e de relacionar com a natureza, um modo particular de vida. Nas referidas comunidades estudadas, a pequena produção agroextrativista reúne nos elementos técnicos e culturais composição dos aspectos tradicionais dessas populações.

De acordo com Chaves (2001) o sistema tradicional de agricultura praticado na região é desenvolvido a partir de uma integração ecológica sustentável, que associa as práticas agrícolas e o uso dos recursos florestais. Esse padrão produtivo é característico das populações indígenas e da pequena produção, conhecida como roça (gráfico 14 e 15).

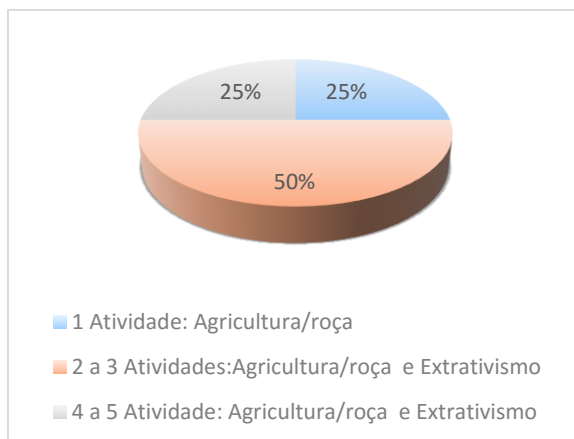


Gráfico 14 - Origem da produção na comunidade de Santa Maria no município de Caapiranga-AM. FONTE: Pesquisa de campo, 2015.

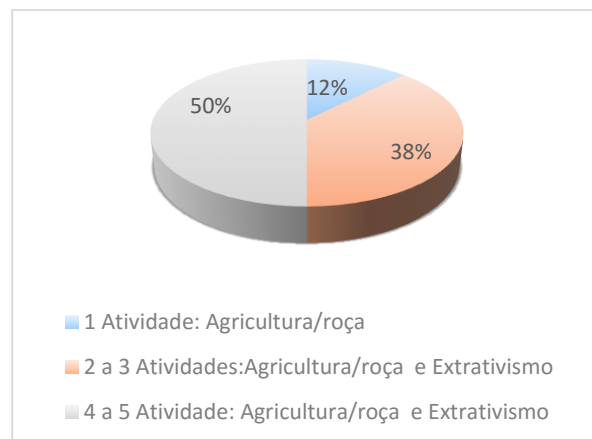


Gráfico 15 - Origem da produção na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM. FONTE: Pesquisa de campo, 2015.

Na propriedade familiar a roça constitui um espaço dentro do agrossistemas onde ocorre o cultivo predominantemente de espécies alimentares, que são cultivadas no sistema de monocultura ou em cultivos consociados (policultivos). Dessa forma, esse espaço físico torna-se fundamental por assegurar a possibilidade de produção de alimentos, que por sua vez é primordial para subsistência da família, tanto como alimento como gerador de renda familiar, a partir da produção de farinha, que consiste na principal produção relacionado a dieta alimentar e reprodução desses sujeitos sociais.

Neste sentido, esse sistema de produção e reprodução inicia dedes a produção da mandioca que é realizado de acordo com o costume de cada comunidade, assim em Santa Maria e Santo Afonso, de modo esquemático, realizado seguindo cinco (5) etapas, conforme a figura 12:

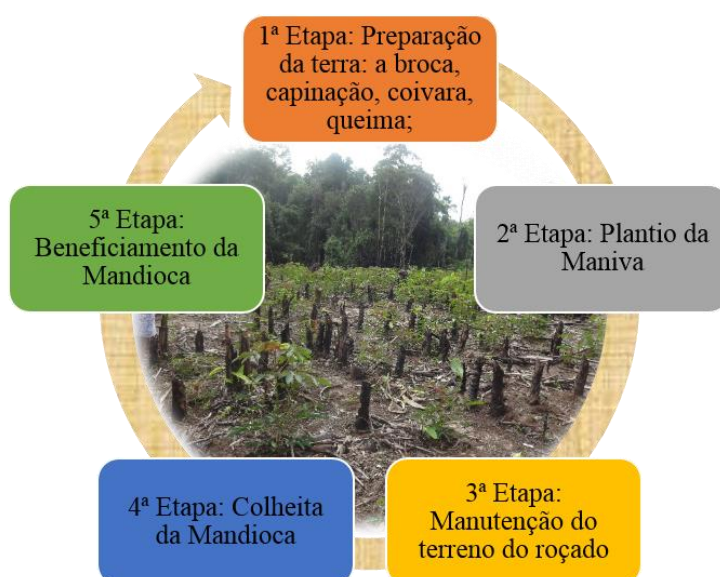


Figura 12 - Esquema da organização da produção da Mandioca Fonte: CNPq, Pesquisa/2014.

Tal processo reafirmam as descrições realizadas por vários pesquisadores como Morán (1990) Wagley (1988) e Lima (1956) de cada passo desse processo:

- A broca é uma operação preliminar de roçagem e limpeza, para eliminar as plantas rasteiras da mata, os cipós, os arbustos e as árvores;
- Aproximadamente um mês após a derrubada da mata o roçado é queimado. O fogo deixa a área do roçado quase limpa e pronta para ser plantada. Ficam sobre o terreno apenas os troncos mais grossos e alguma ramagem esparsa. Quando melhor for queimada a área, menor será o trabalho posterior;
- Segue-se então a "coivara", ou seja, a operação que consiste em empilhar a ramagem e os galhos queimados e em arrancar as raízes mais profundas que não foram queimadas. Essas pilhas recebem o nome de "coivara": Nelas se reúnem toda a madeira que pode ser transportada e ateasse-lhe fogo. A finalidade do "coivaramento" é limpar melhor a área para o plantio

É importante ressaltar que a agricultura, tradicionalmente na Amazônia, evolui no seu processo práticas de derrubada e queimada. Esse fato é considerado por meios estudos como de Guanziroli et alii (2009) como predatórios e insustentável. Contudo, Fraxe (2011) e Leff (2009) afirmam, que na região essas técnicas são praticadas em escala reduzida, para preparo do plantio o que não chega a alterar o equilíbrio ecológico, sendo prejudiciais somente quando praticadas numa economia de grande escala, como ocorre na maioria dos empreendimentos ligados a moderna agroindústria.

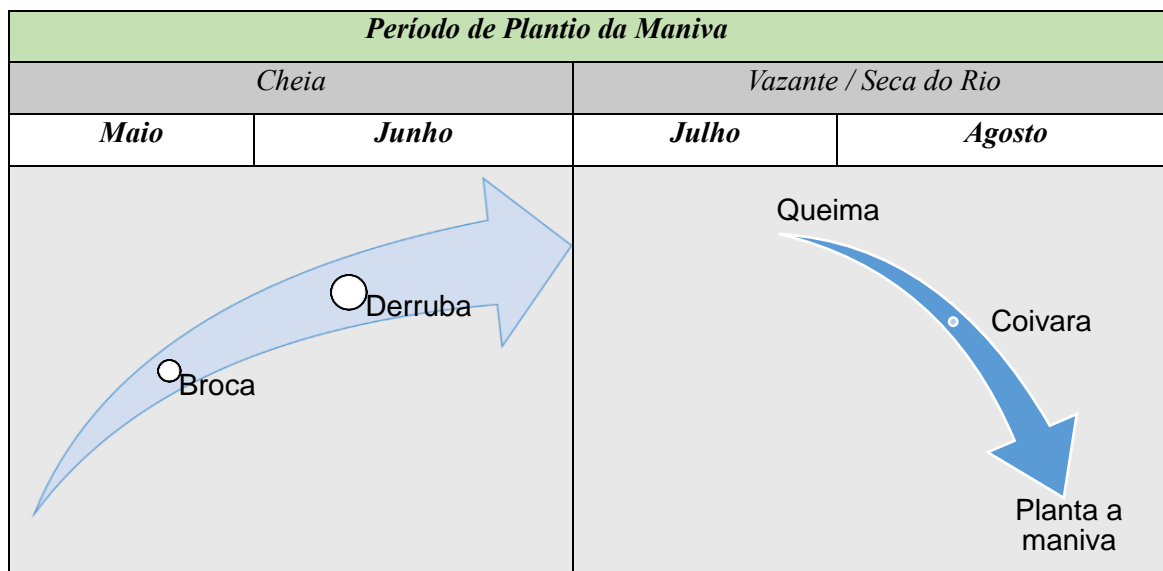
Após o término da primeira etapa, a terra está pronta para ser plantada e os produtores familiares tradicionais aguardam aproximadamente 24 horas para realizar o plantio da maniva cortadas em brotos ou pedaços de galhos com 7 centímetros (WAGLEY, 1988).

Esse processo é descrito pela entrevistada M., durante o plantio “eu abro uma cova na terra com as mãos, coloco a maniva dentro e jogo terra por cima, senão a mandioca seca” (D.M., 63 anos, entrevista/2014). A técnica para o plantio é desenvolvida culturalmente desta forma pelos povos da Amazônia e possibilita uma boa colheita conforme o esperado pelos agricultores (RODRIGUES et al, 2014). A mandioca tem papel predominante no sistema agrícola tradicional da região, tendo em vista sua adaptação ao solo com características de falta de nutrientes e acidez. É uma das poucas espécie que evoluiu naturalmente na região, capazes de produzir em abundância e com bastante calorias para a nutrição do homem (MORÁN, 1990; WAGLEY, 1988).

Segundo Morán (1990) esse é um processo herdado dos conhecimentos

tradicionais das populações indígenas habitantes da Amazônia. Esse processo de cultivo é realizado através de um calendário pautado no saber tradicional, que segue a lógica da natureza, do clima, da terra, do rio e da época do ano, conforme o quadro a seguir:

Quadro 09 - Período de Plantio da Maniva



Fonte: CNPq, Pesquisa/2014

Durante todo o ciclo de cultivo da mandioca o agricultor familiar tradicional visita com frequência o roçado para realizar manutenção no terreno, ou seja, a capina e outras atividades que preservem a qualidade do desenvolvimento da plantação. Esse trabalho é realizado de 5 a 6 dias na semana por 63% (n=5) dos informantes da pesquisa (2015) (gráfico 16).

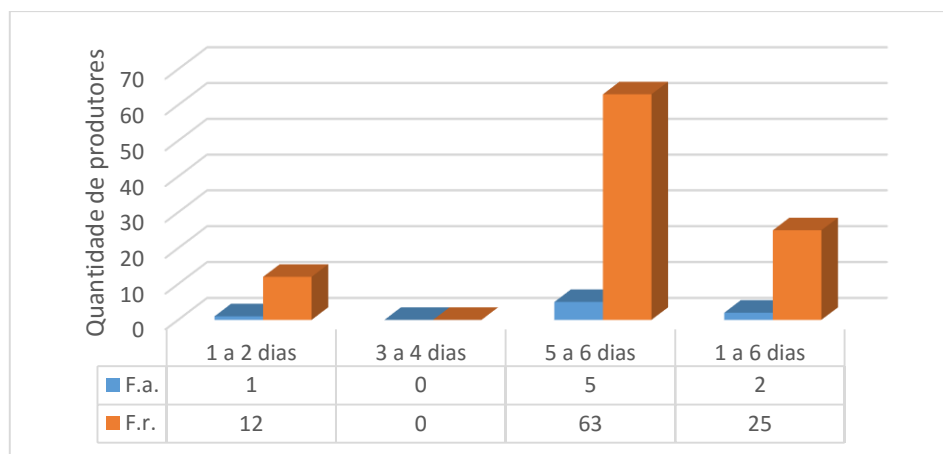


Gráfico 16 - Frequência do trabalho na agricultura na comunidade de Santo Afonso no município de Caapiranga-AM. FONTE: Pesquisa de campo, 2015

O trabalho com as práticas agrícolas no roçado apesar de serem realizados com maior frequência entre 5 e 6 dias da semana, para o agricultor familiar tradicional raramente é feito do início ao final do dia. Segundo Wagley (1988; p. 87) “geralmente sai

de casa de manhã cedo, [...]. Trabalha até meio-dia, ou pouco mais, voltando à casa para pesada refeição. Depois desse almoço, descansa e passa o resto da tarde ocupado em outros afazeres”.

Para o desenvolvimento de todo esse ciclo, os equipamentos utilizados pelos informantes no roçado foram relacionados várias ferramentas/equipamentos e instrumentos, sendo os mais usados a enxada, o terçado, a motosserra e a prensa de mandioca que se encontram no centro das atividades produtivas destes agricultores familiares tradicionais.

Tabela 22 - Tipo de equipamentos utilizados em Santa Maria

Equipamentos	F.a.	F.r. (%)
Prensa de mandioca ²⁹	6	75
Enxada	8	100
Pá	5	62
Carrinho de mão	2	25
Pulverizador	4	112
Motosserra	8	100
Terçado	8	100
Outros: machado	6	75
Total	47	649%

FONTE: Pesquisa de campo, 2015

Com relação a esses equipamentos importa destacar que tanto em Santa Maria, como em Santo Afonso 88% (n=7) dos equipamentos utilizados são próprios do agricultor familiar, neste caso, de um único grupo doméstico, e 12% (n=1) é familiar que quer dizer, o mesmo equipamento é dividido com outra família dentro da relação de parentesco. Isso demonstra ausência de uma agricultura mecanizada e com características da agricultura convencional, com pacotes tecnológicos concedidos pela Revolução Verde. Nessa condição, verifica-se que a agricultura desenvolvida nessas comunidades é de base ecológica e que favorece a sustentabilidade ambiental. Para Diegues (2004) uma das características considerada da cultura das populações tradicionais no *modus vivendi* é a utilização de tecnologias relativamente simples, com pouco impacto sobre o meio ambiente, sobressaindo o trabalho artesanal, cujo produtor e sua família domina o processo de trabalho até o produto final.

Os equipamentos estão diretamente relacionados com sua utilidade nos roçados, tendo em vista que são geralmente pequenos, sendo os tamanhos de 1 à 2 hectares por família, destinados para a subsistência familiar, troca e venda de alguns itens para

²⁹ De acordo com Rodrigues (2014) a prensa de mandioca é um equipamento manual para retira do líquido da mandioca

aquisição de utensílios domésticos e outros alimentos no centro urbano. Para tanto, o as técnicas para colheita acontecem de forma manual de todas as espécies cultivadas.

Esses cuidados na prática agrícola são feitos pela família o que reforça a importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais (Diegues, 2004). Desta forma, dentre as práticas culturais utilizadas no desenvolvimento da agricultura a divisão do trabalho está assim apoiada no grupo doméstico:

Quadro 10: Divisão do trabalho familiar no cultivo da mandioca

Atividade da Agricultura	Homem	Mulher	Criança
Broca	X		
Derrubada	X		
Queima	X		
Encoivramento	X	X	X
Plantio	X	X	X
Desbrota	X	X	X
Capina	X	X	X
Adubação	X		
Colheita	X	X	X
Beneficiamento	X	X	X

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Wagley (1988) destaca que no desenvolvimento das atividades agrícolas, a família costuma trabalhar em conjunto. Algumas práticas como roçagem do terreno, a queimada e a coivara são geralmente trabalhos dos homens, sendo que as mulheres ajudam na plantação, capinação, colheita e beneficiamento. Os resultados da pesquisa (2015) apontam que, a produção é fruto do trabalho familiar, e nas comunidades, de acordo com o tamanho e composição do grupo doméstico. Nesse ciclo de desenvolvimento da agricultura a participação de cada membro segue segundo o sexo e idade.

Segundo Fraxe (2011), na unidade produtiva familiar em comunidades ribeirinhas todos os membros estão envolvidos e contribuem nas atividades voltadas para suprir as necessidades, sejam idosos ou crianças, conforme sua capacidade de trabalho e força. Cada pessoa desempenha um trabalho útil, e embora haja separação de tarefas, de acordo com o caráter de força, o importante no processo é a cooperação entre os vários membros, resultando no trabalho familiar (figura 13 e 14).



Figura 13 e 14 - Agricultora e filhos na lavagem e retirando da submersão da Mandioca
FONTE: Pesquisa de campo 2014/2015;

Na concepção de Batista (2009), a organização do trabalho no espaço rural, no contexto das populações amazônicas apresentam, com base na divisão social do trabalho amparada nas diferenças de sexo e idade, o trabalho de caráter “leve” e “pesado”, que estão relacionados a quem realiza as atividades e ao esforço físico despendido para realizá-lo, seja na relação homem-mulher bem como crianças-jovens. Em síntese, nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso, os homens (adultos e jovens) participam de todo o ciclo de cultivo do roçado, já as mulheres e crianças tem uma participação parcial na primeira etapa do ciclo, no entanto assumem o protagonismo em todos os demais. Assim, as crianças sempre acompanham as mulheres nas atividades do roçado e conhecem todo o processo de beneficiamento da mandioca desde a idade de 3 ou 4 anos, observando e participando direta ou indiretamente.

Após a colheita da mandioca, as mulheres iniciam o processo de beneficiamento: produção da farinha, goma e o tucupi. Elas arrumam a mandioca no paneiro de forma organizada para que possam levar maior parte da mandioca colhida de uma vez só, colocam-na na cabeça e seguem para a casa de farinha, que geralmente, fica distante da roça e em alguns casos nas proximidades da casa, no quintal. Rodrigues et al (2014) destaca que esse processo se dá em quatro etapas: descascar a mandioca, colocar na água de molho, prensar, peneirar e torram com o auxílio de instrumentos que elas mesmas constroem de forma artesanal e tradicional de acordo com as figuras abaixo.



Figura 15 - Processo produção de farinha
Fonte: Pesquisa/CNPq/2014

Conforme Wagley (1988) em especial a farinha é obrigatória em todas as refeições do ribeirão, mas seu preparo é uma tarefa demorada. A produção da mandioca em farinha, goma, tucupi e beijú são conhecimentos tradicionais herdados das populações indígenas da Amazônia que vem sendo transmitidos desde as primeiras gerações até os dias atuais.

Desse modo, é possível afirmar que os aprendizados das técnicas e práticas de no manejo e preparo da farinha, nas comunidades pesquisadas acontecem através da transmissão do conhecimento dentro do próprio grupo doméstico. Na comunidade de Santa Maria a transmissão e aprendizado dos produtores é oriundo 88% (n=7) dos pais e 12% (n=1) com marido/esposa. Na comunidade de Santo Afonso 88% (n=7) também aprenderam as práticas de manejo com os pais e 12% (n=1) aprenderam com outras pessoas. Essa transmissão dos conhecimentos sobre técnicas de manejo nas atividades produtivas, acontece por meio da cultura, ou seja, nas formas de relações sociais são repassadas de geração a geração (RODRIGUES, 2009).

Conforme Wagley (1988) a cultura não é transmitida de maneira mecânica, como um carregamento de mercadorias que se transfere de um grupo para outro. A transmissão do conhecimento acumulados nas comunidades tradicionais ribeirinhas da Amazônia, acontecem principalmente por meio da oralidade. Para Rodrigues (2009), as populações ribeirinhas desenvolveram uma capacidade de transmitir conhecimentos, crenças, leis e costumes aos descendentes e membros da família e da comunidade, através das conversações diárias realizadas nas práticas da vida cotidiana, tendo por base as interações entre os diferentes membros dos grupos domésticos, sem estabelecer limites entre as faixas etárias, o que permite que crianças, jovens, adultos e idosos vivenciem

ricos intercâmbios. Nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso é possível destacar, por meio de observação, que o espaço de sociabilidade cultural é sobretudo a casa de farinha.

No desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso constatou-se que de modo geral esse é um sistema no qual os procedimentos de manejo e processos da organização do trabalho são baseados nos saberes herdados e transmitidos por diferentes gerações ao longo do tempo, se constituindo portanto em conhecimento tradicional capaz de formar habilidades que possibilitam além da produção a reprodução dos sistemas agrícolas tradicionais.

Neste sentido, os estudos sobre a região (BENCHIMOL, 2009; MORÁN, 1990; WAGLEY, 1988) consideram que as práticas agrícolas dos roçados de mandioca, o preparo nas casas de farinha entre outros fazem parte dos conhecimento herdados da cultura indígena, que foi forte o suficiente para influenciar nos novos padrões culturais das populações. Conforme Diegues (2004) na relação cultura e populações tradicionais está ligada e determinada pelo modo de produção, que no caso das culturas tradicionais mantém o modo de produção característico de pequena produção para a subsistência.

Dentre as atividades produtivas a criação de pequenos animais tornou-se importante na agricultura familiar visto que possibilita a obtenção de alimento e renda na propriedade familiar. Nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso esta atividade ainda é incipiente e está sendo fomentada em trabalhos de extensão universitária, realizado pela Universidade Federal do Amazonas. Apesar de ter o número reduzido de criadores está gerando demanda por parte dos produtores que veem na criação de pequenos animais a oportunidade de garantir alimento e renda para suas famílias.

Nesta atividade está sendo desenvolvida a criação de galinhas no sistema caipira que permite o uso de recursos locais para diminuir os custos da produção nessa atividade. Na Amazônia, frequentemente a agricultura familiar desenvolve o cultivo de espécies alimentícias e a criação de pequenos animais para potencializar a diversificação de alimentos e fonte de renda na propriedade familiar.

A avicultura familiar apresenta como vantagens: a) utilização de terras fracas e desvalorizadas, na implantação da atividade; b) baixo investimento em instalações e equipamentos; c) melhoria da qualidade da dieta do produtor e sua família através do incremento proteico; d) fixação do produtor na propriedade; e) complementar a renda ao orçamento familiar. A criação caipira de galinhas em comunidades ribeirinhas dentro dos

sistemas de agricultura familiar não possui a intenção de competir com a avicultura industrial, mas representa um grande potencial como componente para estruturar o desenvolvimento local (CRUZ, 2013).

As atividades da agricultura familiar nas comunidades tradicionais Santa Maria e Santo Afonso, evidenciam a intensão de ter os meios para a subsistência familiar e a garantia da segurança alimenta, visando principalmente o bem-estar familiar e sua reprodução social.

Segundo a perspectivas de vários autores (WAGLEY, 1988; CHAVES, 2001; RODRIGUES 2009) a subsistência de grande parte das populações da Amazônia em áreas rurais estão diretamente ligadas ao desenvolvimento da agricultura juntamente com a caça, pesca e extração de produtos naturais da floresta. O conjunto do desenvolvimento dessas atividades pelo agricultor familiar tradicional da Amazônia é desenvolvido com base em saberes e práticas tradicionais, resultado da conservação dos conhecimentos das populações indígenas, bem como incorporação e aquisição de padrões de comportamento e conduta o longo do processo sócio-histórico, que lhes permitiram a “polivalência” como estratégia diferenciada de sobrevivência e de relacionar com natureza, um modo particular de vida.

Neste sentido, Rodrigues (2009) aponta que a relação que estas populações estabelecem com a natureza, sobretudo no seu modo de produção com base na agricultura familiar, em geral, é pautada no respeito a sua própria dinâmica e ao ambiente em sua totalidade, uma vez que dependem, em grande medida, destes recursos para garantir sua subsistência nas várias dimensões, seja esta social ou econômica

No contexto das dimensões social, cultural, econômica e ambiental nas comunidades Santa Maria e Santo Afonso, a exemplo de outras comunidades rurais apresentam as suas peculiaridades com processos que permitem a sustentabilidade do modo de vida dessas populações. De forma particular, verifica-se que a prática do manejo agrícola nos sistemas produtivos é feito com procedimentos tradicionais visto que são herdados e transmitidos por diferentes gerações ao longo do tempo, sendo muitos desses saberes apropriados, mediante, experiências e adaptações adquiridas frente aos desafios e oportunidades, na busca de melhorias que promovam o bem-estar da família.

A conservação dos conhecimentos das populações indígenas, bem como incorporação e aquisição de padrões de comportamento e conduta ao longo do processo sócio-histórico, segundo Diegues (2004) aponta sustentabilidade no modo de vida das populações tradicionais, visto que o modelo de produção caracteriza essas formas sociais

de produção, embora produzam pequena quantia para a venda, ainda assim são sociedades que garantem sua subsistência por meio de práticas tradicionais na pequena agricultura, pesca, extrativismo, preservando o seu sistema de produção e reprodução ecológica e social.

No manejo da roça, no processo de fabricação da farinha, na atividade da pesca e extrativismo, observa-se que os conhecimentos são repassados mediante a reprodução oral e a repetição dos processos produtivos e culturais dentro do núcleo familiar, como pode ser verificado que na organização do trabalho as crianças acompanham as atividades cotidianas do trabalho. Desse modo, constata-se que o conhecimento tradicional nessas comunidades contribuem para promoção da sustentabilidade dos sistemas produtivos e reprodução dos sistemas agrícolas feito predominantemente pela busca dos recursos locais e menos pelos de recursos externos. Em outro aspecto, a sustentabilidade nas dimensões social, econômica, ambiental e cultural acontece com base na interação dos fatores que possibilitam o fortalecimento da organização sociocultural e nas formas da reprodução social desses grupos comunitários, que apesar das dificuldade do acesso a bens e serviços mantem os benefícios conquistados aprimoram e buscam outros benefícios à medida que necessitam suprir de forma isolada ou coletiva as necessidades importantes para a reprodução sociocultural das suas populações.

Neste cenário, Rodrigues (2009) afirma que a transmissão, troca e compartilhamento dos conhecimentos tradicionais têm se constituído como uma das formas socioculturais dos ribeirinhos de manutenção de práticas e valores vividos secularmente, além de proteção dos saberes, mas principalmente de sustentabilidade ao seu modo de vida, o qual extrapola a dimensão da atividade produtiva para subsistência, visibilizando o significado que ela assume no âmbito das relações sociedade - natureza. Estas populações integram conhecimentos, saberes e habilidades construídos historicamente e socialmente que fazem parte do patrimônio cultural imaterial os quais têm sido relevantes para região em sua totalidade (DIEGUES2004; CHAVES, 2001).

Segundo Leff (2009), em termos gerais estes saberes são um conjunto de conhecimentos práticos, experimentais e reflexivos, que constituem um patrimônio cultural dos povos e se transmite entre gerações. Se trata de um sistema de saberes tradicionais presentes nas técnicas de agricultura, caça, pesca, produção de farinha e de outros, relacionando ao respeito a natureza visando a produção de alimentos e sua própria reprodução social, com perspectiva de sustentabilidade no seu desenvolvimento.

Neste sentido, a base da sustentabilidade dos produtores rurais tradicionais estão

no entrelaçamento dos valores culturais com saberes sobre os ciclos da natureza, conhecimentos sobre o lugar que habitam, as formas e processo de produção resultado de um acúmulo de experiências transmitidas entre gerações no processo sócio-histórico das populações da Amazônia, que estão presentes presentes tanto nas formas de trabalho como no conhecimento do meio em que vivem. Todas essas técnicas convergem com formas de organizações social, ideologias e crenças que permitem condições de subsistência. São práticas de autogestão e aproveitamento múltiplo e sustentável do recursos naturais (LEFF, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do tema Agricultura Familiar no contexto de avanços da agroindústria se faz necessário à medida em que a concepção modernizadora na agricultura atribuiu a necessidade da substituição do modelo de produção familiar tradicional de agricultura orgânica baseado na diversificação, por incorporação de pacotes tecnológicos destinados a maximizar o rendimento dos cultivos, sobretudo a partir da década de 60, que marcou o comprometimento dos potenciais naturais, por meio da sobre-exploração dos recursos naturais e a degradação ambiental, advindas juntamente com o modelo tecnológico norte-americano da Revolução Verde.

Em prol do desenvolvimento da modernização da agricultura, o Brasil delineou ciclos econômicos, no tratamento da questão agrária no país, que vigoram historicamente e influenciaram sobre a população que habita a Amazônia, contribuindo para constituição de um complexo cultural e formação sociocultural da região. Importante destacar que as populações da região são detentoras de conhecimentos, sobretudo de base indígena quanto ao modo de reprodução das formas de trabalho e organizações fundamentais para sobrevivência, o que propiciou uma complexa relação homem-natureza, que por meio do processo de miscigenação e posteriormente convergência com as contribuições de outros imigrantes, resultaram nas particularidades da cultura local das populações tradicionais na região, em especial o ribeirinho da Amazônia.

No contexto do desenvolvimento da agricultura familiar foram identificados os programas de crédito rural ao amparo do Grupo B do Programa de Fortalecimento para Agricultura Familiar (PRONAF). De modo particular, no âmbito do acesso a esse crédito, o valor financiado não contempla a dinâmica do processo produtivo do agricultor familiar tradicional, considerando do momento dos preparos iniciais ao escoamento da produção. Isso indica a necessidade de uma política rural que atenda as demandas locais e regionais, a fim de garantir às necessidades deste produtor familiar na região, neste caso não somente o financiamento. Uma política de agricultura familiar para Amazônia que esteja pautada nos princípios da sustentabilidade para construir estratégias de incentivo a produção e a comercialização que possam subsidiar uma forma de desenvolvimento local, pautada na equidade, na valorização dos agricultores e dos seus saberes, na diversidade da sua produção, de maneira a atender as gerações atuais sem comprometer o pleno desenvolvimento das futuras gerações.

Importa destacar aqui a dificuldade de acesso aos documentos e informações

oficiais, sobretudo no que refere-se a relatórios qualitativos e mesmo quantitativos atualizados das ações oferecidas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado, principalmente na Secretaria de Estado de Produção Rural (SEPROR) responsável pela Política de Produção Rural do Amazonas.

A pesquisa mapeou as formas de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades, onde pode constatar através dos resultados obtidos que a exemplo de vários outros estudos realizados na região (SACHS, 1986; 2003; CHAVES, 2001; FRAXE, 2004; MORÁN, 1990; WAGLEY, 1989; DIEGUES, 2004; RODRIGUES, 2009), é desenvolvida de forma tradicional pelas comunidades ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria. O modo pelo qual é desenvolvida indica que, na contemporaneidade, ainda existem e são utilizadas práticas de cultivo, conhecimentos e formas de manejo desenvolvidos por várias gerações, ressaltando que neste processo de desenvolvimento foram realizadas alterações sem, contudo, se identificar mudanças na essência das formas de ser, viver e produzir destas populações.

De modo particular, buscou-se analisar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento da agricultura familiar tradicional nas comunidades. É importante destacar que o desafio foi, sobretudo, em visualizar e visibilizar a sustentabilidade em suas dimensões social, econômica, ambiental e cultural. Para tanto, foram traçados parâmetros segundo o contexto local para a análise.

No que se refere a **dimensão social** foi analisada a partir da influência da agricultura familiar na melhoria da qualidade de vida. Desta forma foi possível apreender que as condições de vida e a viabilização das políticas públicas junto às comunidades ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria ainda são caracterizadas por precariedade no acesso a direitos básicos como educação, saúde, saneamento básico e previdência. Essas dificuldades são superadas por meio da organização sociopolítica e cultural dos produtores, alternativas locais e tecnologias adaptadas à realidade produzidas pelos produtores rurais. No entanto, pesquisa aponta a necessidade de melhor operacionalização das políticas públicas para o atendimento das necessidades desses sujeitos, ou mesmo, ações governamentais que visem minimizar tais desigualdades sociais e promova os direitos básicos, garantindo cidadania.

Os resultados da pesquisa sinalizam que o acesso a providência e assistência social, notoriamente, exerce importante função para os grupos domésticos familiares, pois é a partir de tais benefícios que os produtores tem a possibilidade de acesso a melhorarias na alimentação, vestuário, e, sobretudo na atividade produtiva.

É importante destacar que embora exista condições de dificuldade e precariedade no acesso a alguns direitos básicos, não faz com que o agricultor tradicional tenha uma relação de dominação com usufruto excessivo dos recursos naturais na busca incessante de lucros para melhoria da sua condição de vida, mas que o agricultor familiar tradicional ribeirinho tem modo de vida diferente das populações urbanas-industriais. Isso é possível a medida que estabelecem uma relação homem-natureza constituída pela cultura de respeito aos limites da natureza, entendendo que a sua subsistência está diretamente ligada a manutenção do espaço natural.

Neste sentido, a dimensão cultural está relacionada à dimensão social, visto que na dimensão social a cultura se faz presente de forma relevante pelas relações socioculturais na forma de desenvolvimento da agricultura familiar e dessa forma permitiu visualizar que nas duas comunidades existem organizações sociopolíticas (grupo de trabalho, associações) que visam principalmente a melhoria e continuidade de suas produções.

Sobre a **dimensão econômica** traçada por meio das contribuições da agricultura familiar tradicional na renda familiar, permitiu identificar que está baseada principalmente nos resultados da agricultura, sobretudo nas atividades agrícolas e no extrativismo, mas apresenta complementação com aposentadorias, BPC e Bolsa Família.

As práticas produtivas como agricultura, extrativismo animal, vegetal e madeireiro, criação de animais e outros que são a base da agricultura familiar das comunidades de Santo Afonso e Santa Maria são desenvolvidas de forma tradicional cujo o objetivo é subsistência do grupo doméstico no primeiro momento e comercialização do excedente. Desse modo é possível afirmar que a produção é sustentável economicamente e ambientalmente, tendo em vista que, mesmo no caso do extrativismo madeireiro e da agricultura visam dupla destinação, a maior parcela produzida é para o consumo e o excedente é destinada à comercialização para compra de produtos alimentícios não produzidos e aquisição de bens para a família.

No que concerne a **dimensão ambiental** estimada pelos parâmetros das práticas da agricultura familiar no meio ambiente, apontou a racionalidade por parte dos ribeirinhos no desenvolvimento das atividades agrícolas tradicionais, as quais não visam a obtenção e acúmulo de grandes lucros, neste caso se identifica uma forma de relação homem-natureza na perspectiva do respeito, interdependência, dependência no seu modo de produção, diferenciada da expandida com os pacotes de produção agrícola desenvolvidos nos países tidos como desenvolvidos, bem como nos países em

desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

A diversidade de cultivos voltada para o consumo das famílias, o pousio, o uso de adubo orgânico e não utilização de adubo e pesticidas químicos também indicaram princípios de sustentabilidade ambiental nas práticas de desenvolvimento da agricultura, um comportamento ecológico que visa garantir a sustentabilidade de seus recursos naturais, igualmente as práticas de pesca e caça voltadas exclusivamente para subsistência.

As práticas culturais que compõe o manejo desenvolvido pelas comunidades é resultado do acúmulo de saberes a partir da relação com o meio ambiente ao longo de gerações, as quais são passadas principalmente de forma oral no grupo doméstico, visando além da produção material a reprodução sociocultural, o que tem permitido a sustentabilidade destas populações.

Com base nessa perspectiva, as comunidades tradicionais ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria, no desenvolvimento da prática da agricultura familiar, na medida em que os processos fundamentais de produção e reprodução ambiental, social, e cultural funcionam desenvolvem uma agricultura familiar tradicional sustentável. Tendo em vista que desenvolvem o que Leff (2007, 2009) denomina de “racionalidade ambiental”, observada na vivência com seu ecossistemas, onde sua cultura na relação com natureza, de acordo com suas especificidades lhes oferecem sustentabilidade ao modo de produção familiar. Os dados da pesquisa evidenciam que o desenvolvimento da agricultura familiar tradicional é primeiramente para subsistência e são permeadas de valores e características, tais como: cooperação, solidariedade, laços familiares e de parentesco, preocupação com o bem-estar que são fundamentais para sustentabilidade social do grupo doméstico, pois entrelaçados pela cultura representam a sustentabilidade sociocultural das comunidades;

Importa destacar que em contraposição as práticas produtivas capitalistas com características da concepção modernizadora na agricultura, tais como a agricultura patronal ou convencional, na Amazônia, a agricultura familiar ressalta que mesmo com o todo esse processo ainda permanece o modo de vida tradicional em que a base da sustentabilidade da agricultura familiar nas comunidades estudadas está na relação homem-natureza diferenciada (Figura 16):

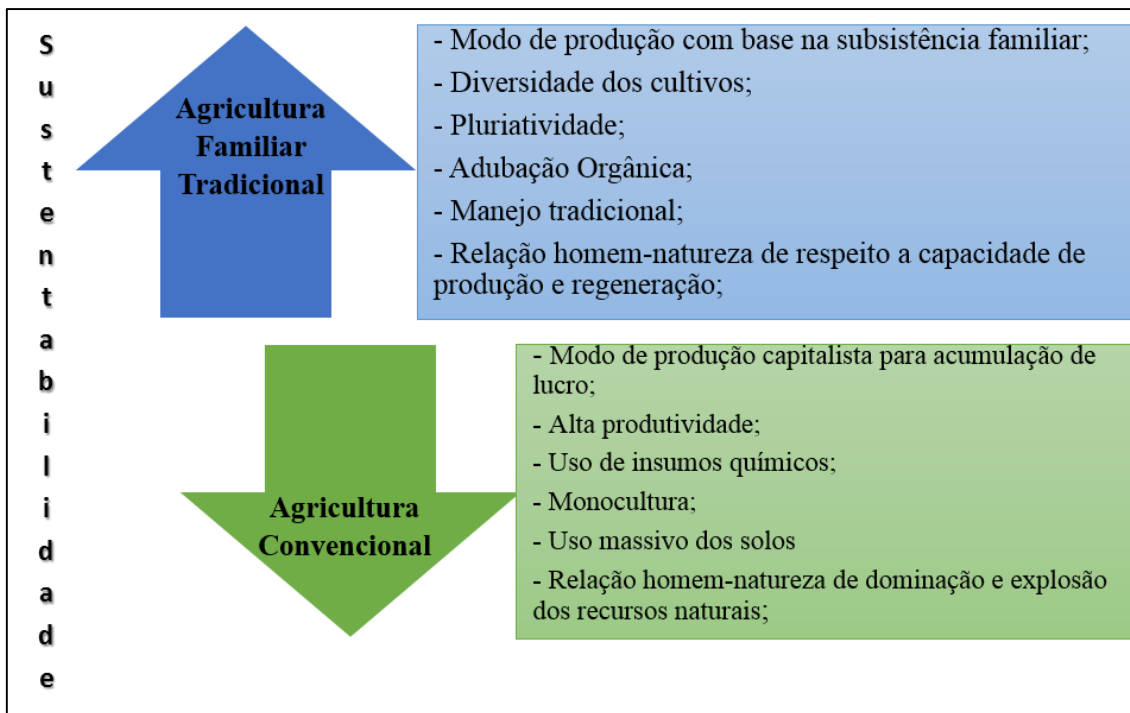


Figura 16 - Esquema dos elementos constitutivos da sustentabilidade na agricultura familiar Tradicional;
 Fonte: Esquema elaborado a partir de Veiga (1996), Romero (1998), Dal Soglio (2009) e do resultado da pesquisa;

Os elementos destacados constituem a racionalidade dos modos de produção na agricultura familiar tradicional e na agricultura convencional. É importante salientar que na agricultura familiar tradicional desenvolvidas pelas comunidades Santa Maria e Santo Afonso encontram-se pautadas nas práticas de manejo desenvolvidas pelas populações tradicionais, embasadas no saber diferenciado do saber técnico-científico, o que tem garantido não apenas a subsistência, mas também sustentabilidade na reprodução sociocultural e dos recursos manejados.

Neste sentido, importa ressaltar que a dimensão cultural compõe como elemento fundamental a sustentabilidade vivenciada nas comunidades, um vez que, foi possível perceber na análise dos dados que este é o principal componente que entrelaça todas as dimensões, garantindo além da sustentabilidade dos meios de produção da agricultura familiar, a sustentabilidade do modo de vida das populações tradicionais no Amazonas (Figura 17).

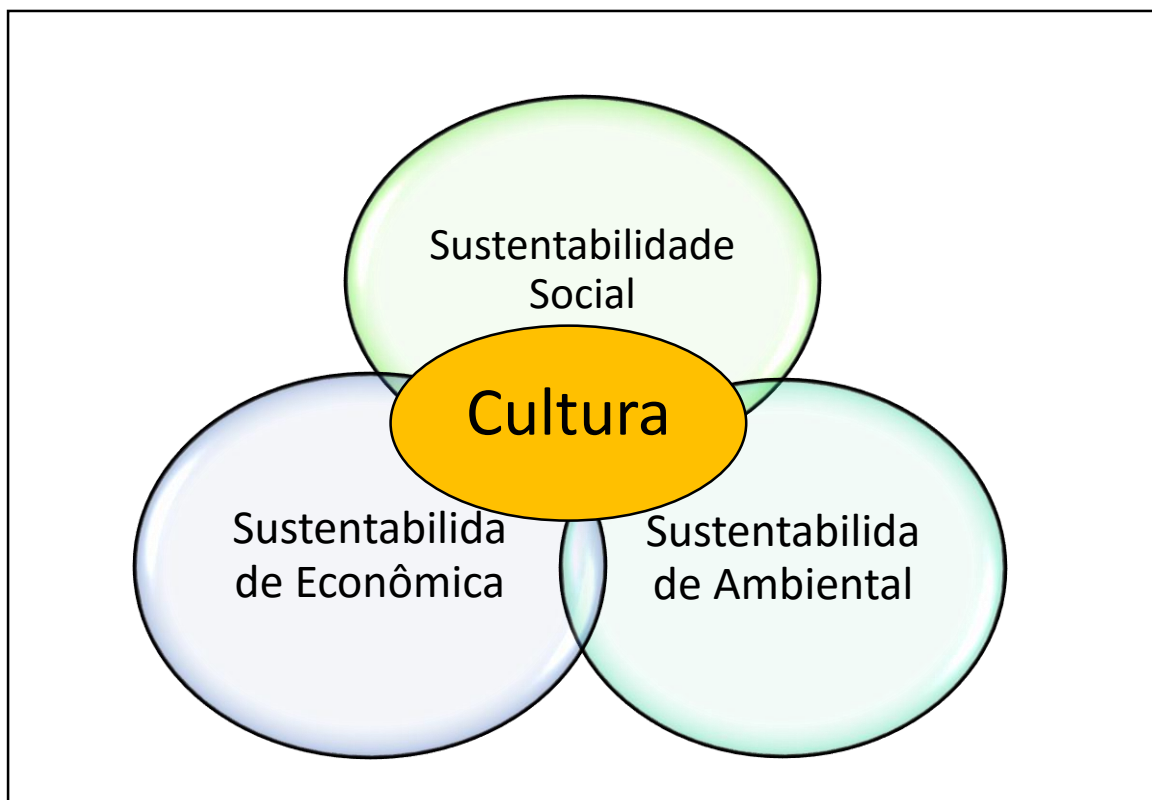


Figura 17: Esquema da sustentabilidade na agricultura familiar tradicional nas comunidades;
Fonte: Esquema elaborado a partir dos resultados da pesquisa;

Assim, o estudo possibilita afirmar que há uma sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional nas comunidades ribeirinhas de Santo Afonso e Santa Maria no Município de Caapiranga –AM. Mas requer também algumas considerações:

- O reconhecimento da sustentabilidade no modo de produção da agricultura familiar pelas populações que habitam tradicionalmente a região amazônica, a exemplo das comunidades pesquisadas;
- A necessidade de uma política rural que atenda as especificidades regionais e locais direcionada às necessidades deste produtor familiar tradicional da região, e não somente o financiamento de crédito por meio do Programa de Fortalecimento para Agricultura Familiar (PRONAF).
- Diálogo entre órgãos governamentais e os sujeitos envolvidos, para definição de procedimentos capazes de promover o encadeamento operacional dos programas direcionados aos agricultores familiares de modo que atenda os produtores rurais tradicionais da Amazônia;
- Criação de alternativas e ações públicas para um desenvolvimento regional sustentável com valorização da cultura e fortalecimento da agricultura familiar

tradicional para melhor potencializar a sustentabilidade nas comunidades rurais na Amazônia;

- Viabilização de assistência técnica que ainda é inexistente nas comunidades pesquisadas para melhoria da qualidade da produção familiar;

Deste modo, em que pese seus limites, o trabalho assume relevância social e acadêmico-científica por constitui-se de dados para os debates em diferentes fóruns em âmbito regional e nacional contribuindo no processo de (re)pensar políticas públicas que atendam as populações amazônicas, sobretudo no âmbito da agricultura familiar. É importante destacar que o estudo possibilitou uma nova apreensão da realidade pesquisada, assim como deixa possibilidades para novas pesquisas e produção de conhecimento.

REFERENCIAS

AGENDA 21 BRASILEIRA: ações prioritárias / Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/documentos>>

BARROSO, Silvana Compton. Organização Sociopolítica nas Comunidades Ribeirinhas de Maués. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS/UFAM, Manaus-Am, 2010

BATISTA, Maria Grings. Terra de família-família de trabalho: estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense. 2009. 131 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

BECKER, Beatha K. Os Eixos De Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. In: Revista TERRITÓRIO, ano IV, nº 6, jan/jun. 1999

BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidades: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

BRASIL: II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA. Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural. Edição Especial para o Fórum Social Mundial 2005. Brasil: 2005.

BRASIL. Decreto Presidencial n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>

BRUMER, Anita et al. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). A agricultura familiar. São Paulo: Unicamp, 1993.

BUAINAIN, et al. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. Sociologias. Porto Alegre. v. 10, p. 312-347, 2003.

BUARQUE, Sérgio C. et al. Integração fragmentada e crescimento da fronteira norte. In: AFFONSO, Rui de Britto Álvares; SILVA, Pedro Luiz Barros da (Org.). Desigualdades regionais e desenvolvimento. São Paulo: Fundap/Unesp, 1995. p. 93-123. (Série Federalismo Brasil)

CAVALCANTI, Clovis. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômico. In: ESTUDOS AVANÇADOS. Vol 26, n. 74, São Paulo, 2012.

_____, (•org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

CASTRO, Edna. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém : Cejusp/UFPA-NEA, 1997.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Relatório Nosso Futuro Comum. Tradução de Our Common Future. 2. ed.. – Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CHAVES, M. do P. Socorro Rodrigues. De “Cativo” a “Liberto”: O processo de constituição sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

_____. Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIRED, Campinas, 2001.

_____. et al. Populações tradicionais: manejo dos recursos naturais na Amazônia. In: Revista PRAIAVERMELHA / Rio de Janeiro / v. 19 nº 2 / p. 111-122 / Jul-Dez 2009.

_____. ; RODRIGUES. D. C. B. Desenvolvimento Sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. In Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Vol. 8, N. 13, p. 99 – 106, Set. 2006.

CHIZZOTTI, Antônio. Pesquisa em Ciências Humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

CRUZ, Frank George Guimarães; CHAGAS, Ewerton Oliveira das and BOTELHO, Thyago Raphael Pinheiro. Avicultura familiar como alternativa de desenvolvimento sustentável em comunidades ribeirinhas do Amazonas. Interações (Campo Grande) [online]. 2013, vol.14, n.2, pp. 197-202. ISSN 1518-7012.

DAL SOGLIO, Fábio. Agricultura e Sustentabilidade. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. O mito da natureza intocada. 3.^a edição. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

_____. (org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2000. (Biodiversidade, 4).

_____. (org) Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Núcleo de Apoio a pesquisa sobre Populações Tradicionais e Áreas Úmidas Brasileira, USP, 2001

DIEHL, Astor Antônio. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ERICKSON, Kal-Erik. Ciência para o desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, Clovis (org.) Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas São Paulo: Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini e VERDUM, Roberto (org). Questão agrária e Legislação Ambiental. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Cultura Cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade. São Paulo: Annablume, 2004.

_____. Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2011.

GODARD, Olivier. O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual. In CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém : Cejusp/UFPA-NEA, 1997.

GONÇALVES, Sergio. A globalização do agronegócio e a destruição do campesinato no século XXI. IN: Ateliê Geográfico, v. 5, n. 2, p. 1-23. GOIAS, 2011.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (org). A questão Agrária no Brasil: o debate na década de 1990 - 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

IANNI, Otávio. Ditadura e agricultura: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=am>>. Acesso em: 31 mar. 2014.

INCRA. 2000 Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil Redescoberto. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília : INCRA.

IANNI, Octávio. A questão social. In: A idéia do Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992.

IMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10ª Edição. São Paulo, Cortez, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 26ª reimpressão. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Tradução de Carlos Walter Porto. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

_____. Epistemologia ambiental. Tradução de Sandra Valenzuela. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

LIMA, R. R. A. Agricultura nas várzeas do estuário do Amazonas. Boletim Técnico, Belém, IAN, n. 33, 1956.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury de; SILVA, Márcio Luiz Monteiro da ; PINTO, Rosenira Siqueira. Desigualdade e heterogeneidade no desenvolvimento da Amazônia no século XXI. Nova econ. [online]. 2009, vol.19, n.1, pp. 153-184. ISSN 0103-6351. <<http://www.scielo.br/pdf/neco/v19n1/07.pdf>>

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. Rev. direito GV [online]. 2012, vol.8, n.2, pp. 527-552. ISSN 1808-2432. <<http://www.scielo.br/pdf/rdgv/v8n2/v8n2a06.pdf>>

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. Reforma Agrária à brasileira: política social e pobreza. São Paulo: Cortez, 2012.

JACOBI, P. R. Meio Ambiente e Sustentabilidade. In: CEPAM. O município no século XXI: cenários e perspectivas. São Paulo: CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal), 1999. p. 175-183.

MAIA, Claudio Machado. Percepções que permeiam o conceito de agricultura familiar e a cronologia da lua pela sustentabilidade: panorama nacional e internacional. In: DAL SOGLIO, Fábio. Agricultura e Sustentabilidade. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretações de dados. 5ª edição. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis -RJ, Edt. Vozes,1990.

_____. A militarização da Questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. EXPROPRIAÇÃO E VIOLÊNCIA: a questão da política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.

MENDES, Armando D. & SACHS, Inacy. A inserção da Amazônia no Mundo. In: CASTRO, Edna; PINTON, Florence (Orgs). Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente. Belém: Cejusp/UFGPA-NEA, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina. A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. STEDILE, João Pedro (Org). 2 ed – São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto et al. Políticas Públicas e desenvolvimento rural no Brasil. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.

MILANEZ, Francisco. Desenvolvimento Sustentável. In: CATTANI, Antonio David (org.). A outra economia. Porto Alegre. Veraz Editores. 2003. p. 76-84.

MINAYO, Maria Cecília de Souza(ORG.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 23.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. AGENDA 21 GLOBAL. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/itemlist/category/107-agenda-21>> acessado em: 08/10/2014

NAKATANI, Paulo; FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. Histórico e os limites da reforma agrária na contemporaneidade brasileira. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Editora Cortez. N° 110, pag. 213 a 241. 2012

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao

social, do social ao econômico. ESTUDOS AVANÇADOS [online]. 2012, vol.26, n.74, pp. 51-64. ISSN 0103-4014.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da ‘questão social’. IN: Revista Temporalis. n°03, Brasília, 2001.

NODA, Sandra do Nascimento (org). Agricultura Familiar na Amazônia das Águas. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

_____ et all. Utilização e Apropriação das Terras por Agricultura Familiar Amazonense de Várzea. In: DIEGUES, Antonio Carlos e MOREIRA, André de Castro C. (Orgs). Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

NODA, Hiroshi. Agricultura familiar na Amazônia, Segurança Alimentar e Agroecologia. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Coordenação de Pesquisa em Ciências Agroecológicas. 2006. Disponível em: <www2.emater.pa.gov.be/EmaterPortal/downloads/.../afriFamAmz.pdf>. Acessado em: 22/05/2015.

NOGUEIRA, Marinez G; CHAVES, M.P. Socorro. Desenvolvimento Sustentável e ecodesenvolvimento: Uma reflexão sobre as diferenças ideológicas conceituais. In: SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos do Programa de pós-graduação em sociedade e cultura na Amazônia da Universidade federal do Amazonas. Ano 1, Manaus: EDUA/CAPEL, 2006.

PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.

OLIVEIRA, Ana Ferreira dos Santos et al. A Sustentabilidade da Agricultura Orgânica Familiar dos Produtores Associados à APOI (Associação Dos Produtores Orgânicos Da Ibiapaba-Ce)

PRONAF. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Ministério Da Agricultura e do Abastecimento. Brasília, 1996.

RODRIGUES, Débora C. B. A Relação Homem-Natureza nas Formas de Uso e Propriedade da Terra na Amazônia: estudo baseado nas comunidades do Assentamento do Iporá. Dissertação (Mestrado). Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Natureza e Cultura na Amazônia – Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM: 2001

_____. Estudo para identificação de mecanismos de proteção aos conhecimentos das populações tradicionais: estudo de caso das comunidades Ebenezer e Mucajá em Maués/AM. Tese (Doutorado). Programa Multi-Institucional de Pós-Graduação em Biotecnologia – PPGBIOTEC. Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM: 2009.

_____. ORGANIZAÇÃO E TRABALHO DAS MULHERES RIBEIRINHAS AMAZÔNICAS: um estudo nas comunidades de Santa Maria e Santo Afonso no Grande Lago de Manacapuru/AM., Manaus, 2014. Relatório. UFAM: Manaus, 2014.

ROJAS SORIANO, Raúl. Manual de pesquisa Social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

- PRADO JR., Caio. A Questão Agrária. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ROMERO, Juan Inácio. Questão agrária: Latifúndios ou agricultura familiar. 1 ed. São Paulo: Moderna, 1998
- ROSA, Antônio Vitor. Agricultura e meio ambiente. Série meio ambiente. São Paulo: Atual, 1998.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986
- _____. INCLUSÃO SOCIAL PELO TRABALHO: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- _____. Desenvolvimento sustentável, bio-industrialização descentralizada e novas configurações rural-urbanas: os casos da Índia e do Brasil. In Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – novos desafios para a pesquisa ambiental / Paulo Freire Vieira e Jacques Weber (orgs); 3. ed. – São Paulo, Cortez, 2002.
- _____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Organizado por Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Gramond, 2002a.
- SANTOS, José Luiz dos. O que é cultura. 16 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SALVADOR, Angelo Domingos. Cultura e Educação Brasileira. 4 ed. Editora Vozes, 1976.
- SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e Desenvolvimento rural. In: *Ruris*, v. 4, n. 1, p. 129-158, março 2010.
- _____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciência Social*. RBCS vol. 18, nº. 51, fevereiro de 2003.
- SCHMITZ, Heribert et al. Agricultura Familiar: elementos teóricos e empíricos. IN: SCHMITZ, Heribert (org) Agricultura Familiar: extensão rural e pesquisa participativa. São Paulo: Annablume, 2010
- SERRA, Maurício Aguiar & FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. In: *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.
- SILVA, José Graciliano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- _____. O novo rural brasileiro. 2ed. Campinas: UNICAMP, 1999
- SILVA, Maria das Graças e. Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao serviço social. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA. Itaciara Prestes. Formas de Organização Sociopolítica e a Questão Socioambiental em Comunidades Ribeirinhas na Amazonia: um estudo de caso na comunidade de Nossa Senhora do Livramento. Monografia. Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, Manaus – AM:2012

_____ et all. Relações socioculturais de gênero em comunidades tradicionais na Amazônia: os desafios vivenciados na comunidade Santo Afonso/AM. Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios Atuais dos Feminismos: 2013 CD-ROM

STEDILE, João Pedro. A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990. 1ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TORRES. Haroldo da Gama. Migração e o Migrante de origem Urbana na Amazônia. IN: Revista Museo Paraense Emilio Goeldi: Coleção Eduardo Galvão, 1991, pp. 291-303

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1996.

VEIGA, José Eli da. O principal desafio do século XXI. In: Revista Ciência e Cultura - ano 57, n.2, abril-junho 2005, pp. 4-5

_____. Agricultura Familiar e Sustentabilidade. In: Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.13, n.3, p.383-404, 1996

VERDUM, Roberto (org). Questão agrária e Legislação Ambiental. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010

VIANA, Gilney. Impactos ambientais da política de globalização da Amazônia. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo (organizadores). O desafio da Sustentabilidade: Um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

WAGLEY, Charles. Uma Comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos. 3. ed. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

APÊNDICES

Apêndice A

Quadro 2- CATEGORIAS TEÓRICO-ANAÍTICAS: GUIA DE ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA

CATEGORIAS MACRO-TEÓRICAS	CATEGORIA INTERMEDIÁRIA	FOCALIZAÇÃO DO RECORTE DA CATEGORIA NO LEVANTAMENTO DE CAMPO E/ OU DOCUMENTAL – COM BASE NO LOCUS DA PESQUISA	ROTEIRO: DEFINIÇÃO DA FORMA DE ABORDAGEM TEÓRICA (RECORTE TEMPORAL E A ESCOLHA DE PERPECTIVA TEÓRICO-CONCEITUAL)	MÉTODO E TÉCNICAS PESQUISA
1. Sustentabilidade	Questão Ambiental	1. Questão socioambiental (relação homem-Natureza no capitalismo); 2. Discussão internacional sobre desenvolvimento sustentável; 4.As dimensões da sustentabilidade (econômica, social, ecológica, cultural);	1. Abordar conceitualmente o significado de sustentabilidade indicando os determinantes socio-históricos do surgimento dessa discussão constituído na crise ambiental; 3. Situar historicamente o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável; 4. Analisar a questão da sustentabilidade a partir da perspectiva crítica do ecodesenvolvimento, discorrendo sobre as dimensões da sustentabilidade;	1. Pesquisa bibliográfica

2. Questão Agrária	Agricultura Familiar	<p>1. A questão agrária e a questão ambiental no desenvolvimento da agricultura familiar e na emergência do desenvolvimento sustentável;</p> <p>3. Discussão nacional sobre agricultura família e a Política Pública de Agricultura Familiar no Amazonas;</p>	<p>1. Discutir a questão agrária situando historicamente a discussão no contexto brasileiro indicando os determinantes socio-históricos na discussão na sociedade capitalista;</p> <p>2. Indicar os determinantes socio-históricos do desenvolvimento da agricultura na sociedade capitalista e suas implicações na crise ambiental (relação questão agrária e questão ambiental);</p> <p>3. Abordar conceitualmente a agricultura familiar, situando na discussão da questão agrária no Brasil e na Amazônia</p> <p>4. Mapeamento dos programas e projetos em execução para Agricultura Familiar nas comunidades;</p> <p>5. Traçar o perfil do agricultor familiar tradicional sujeitos da pesquisa;</p> <p>6. Identificar as formas de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria;</p> <p>7. Discorres o processo de</p>	<p>1. Pesquisa Bibliográfica;</p> <p>2. Pesquisa bibliográfica;</p> <p>3. Pesquisa bibliográfica;</p> <p>1. Pesquisa documental;</p> <p>5. Pesquisa de campo e bibliográfica;</p> <p>6. Pesquisa de campo;</p>
--------------------	----------------------	---	---	--

			desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades tradicionais;	7. Pesquisa de campo e bibliográfica
3. Amazônia	População Tradicionais	As Populações Tradicionais na Amazônicas;	<p>1. Abordar conceitualmente o a categoria populações tradicionais e os diferentes segmentos sociais;</p> <p>2. Discorre os ciclos econômicos que marcaram o processo de ocupação territorial da Amazônia e sua relação com as populações tradicionais;</p> <p>2. Discutir os segmentos sociais que formam a base do agricultor familiar tradicional na contemporaneidade;</p> <p>3. Apresentar as práticas culturais desenvolvidas pelos agricultores familiares tradicionais no desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades;</p>	<p>1. Pesquisa Bibliográfica;</p> <p>3. Pesquisa Bibliográfica;</p> <p>2. Pesquisa de campo;</p>

Apêndice B

Quadro : Categorias macro teóricas com foco em indicadores e variáveis da pesquisa de campo: guia para elaboração dos instrumentos de pesquisa

Síntese do objeto de pesquisa:	
O projeto visa uma análise da sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar em comunidades tradicionais na Amazônia, nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria no município de Caapiranga/AM, no período de Janeiro a Dezembro de 2014	
Objetivo específico 1: Identificar os programas de agricultura familiar presentes nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria	
Indicadores	Variáveis
Programas, projetos que compõe a Política para Agricultura Familiar no Amazonas;	Instituição/órgão do financiamento
	Modalidade de financiamento/empréstimo
Objetivo específico 2: Mapear as formas de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades;	
Dimensões /Indicadores	Variáveis
Gestão da unidade produtiva;	Investimentos; Responsáveis pelo roçado; Pessoas envolvidas; Propriedade da terra
Técnicas de agricultura.	Equipamentos utilizados; Tipos de culturas; Tempo de trabalho;
Atividades produtivas	Pesca Extratativismo Agricultura

CATEGORIA:	
Objetivo específico 3: Caracterizar a sustentabilidade no processo de desenvolvimento da agricultura familiar nas comunidades;	
Dimensões/ Indicadores	Variáveis
DIMENSÃO ECONÔMICA Impactos da agricultura familiar na renda familiar	Perfil socioeconômico Forma de venda dos produtos; Valor mensal arrecado; Financiamentos, empréstimos bancários;
DIMENSÃO SOCIAL Impactos da agricultura familiar na condição e qualidade de vida	Influência da agricultura familiar para melhoria da saúde, educação, previdência e assistência social e bens materiais; Formas de organização sociopolítica na comunidade; Formas de organização coletivas para o desenvolvimento da agricultura familiar
DIMENSÃO AMBIENTAL: Impactos das ações da agricultura familiar no meio ambiente;	Processo de desenvolvimento da agricultura familiar; Técnicas e práticas utilizadas no desenvolvimento da agricultura familiar
DIMENSÃO CULTURAL: Impacto da agricultura familiar nas relações socioculturais;	Atividades coletivas; Práticas culturais; Conhecimento Tradicional

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

FORMULÁRIO DE PESQUISA

Nº ()

Município: _____ Comunidade: _____
Nome do Pesquisador: _____
Data: ____/____/____.

I. IDENTIFICAÇÃO PESSOAL DO (A) INFORMANTE

1.1. Nome (Opcional): _____

1.2. Sexo: 1. () F () M

1.3. Estado Civil:

1. () Solteira

4. () Separada

2. () Casada Religioso

5. () Divorciada

3. () União Estável

6. () Outro: _____

1.4. Qual sua idade:

1. () 15-19

6. () 40-44

2. () 20-24

7. () 45-49

3. () 25-29

8. () 50-54

4. () 30-34

9. () 55-59

5. () 35- 39

10. () Acima de 60 anos

II. NATURALIDADE DO (A) INFORMANTE

2.1 Nasceu nesta comunidade? Sim () Não ()

2.2 Se sim, sempre morou nesta comunidade? Sim () Não ()

2.3 Se não, onde nasceu?

Comunidade _____ Localidade _____

Município _____ Estado _____

III. ESCOLARIDADE DO INFORMANTE

3.1. Qual o seu Grau de Escolaridade?

1. () Nunca estudou

6. () Médio Incompleto

2. () Não alfabetizado

7. () Médio Completo

3. () Alfabetizado

8. () Superior Incompleto

4. () Fundamental Incompleto

9. () Superior Completo

5. () Fundamental Completo

3.2. O Sr. (a). sabe ler? 1.() Sim 2.() Não

3.3. O Sr. (a). sabe escrever? 1.() Sim 2.() Não

3.4. O Sr. (a). ainda estuda? 1.() Sim 2.() Não. Por que? _____

3.5. Pretende continuar os estudos? 1.() Sim 2.() Não. Por que? _____

3.6. A escola fica na comunidade? Sim () Não ()

3.7. Quais os principais problemas encontrados na educação?

1. () Infraestrutura 2.() Merenda 3.() Ausência de professores 4. () Outros: _____

IV. ESTRUTURA FAMILIAR DO INFORMANTE

4.1. Nº de membros que moram com o(a) Sr. (a): _____

Quadro I: Relação dos membros da família do entrevistado (a)

Grau de Parentesco	Idade	Sexo		Escolaridade							
		M	F	Nunca Estudou	Alfabetizado	Fundamental Incompleto	Fundamental Completo	Incompleto Médio	Completo Médio	Incompleto Superior	Superior Completo

V. CONDIÇÕES DE MORADIA

5.1. O Terreno em que mora é próprio? 1. () Sim 2.() Não

5.1.1. Em caso negativo, a quem pertence? _____

5.1.2. Tem documento da propriedade do terreno? 1. () Sim 2.() Não

5.2. A sua casa é própria? 1. () Sim 2.() Não

5.2.1. Em caso negativo, a quem pertence? _____

5.2.2. Tem documento da propriedade ou da casa? 1. () Sim 2.() Não

5.2.1. Em caso positivo, qual documento que possui? _____

5.3. De que material a casa é feita?

1.() Madeira

4.() Mista

2.() Alvenaria

5.() Palha

3.() Barro

6.() Outros:

Quadro II: Infraestrutura da residência do entrevistado

5.4. SUA CASA TEM:	5.4.1 Fossa sanitária?	Sim ()	Não ()
	5.4.2. Energia elétrica?	Sim ()	Não ()
	5.4.3. Onde o senhor pega água para uso em casa?	1. () Rio	2. () Poço artesiano
		3. () Cacimba	4. () Chuva
	Ouro _____		

5.5. DESTINO NOS RESÍDUOS SÓLIDOS (lixo doméstico):

Resíduos	Joga no Rio	Joga no Buraco	Joga para os Bichos	Outros
Resto de comida				
Folhas secas				

Resíduos	Joga no Rio	Joga no buraco	Queima	Joga em qualquer lugar	Reapro veita	Vende	Outros
Sacos plásticos							
Pilhas							
PETS							
Garrafas de vidros							
Latas							
Panelas de Alumínio							
Forno de farinha							

VI. IDENTIFICAÇÃO SÓCIO CULTURAL DO INFORMANTE

6.1. O Sr. (a) se considera:

1. () Índio (a) 3. () Branco (a) 5. () Pardo (a)
 2. () Negro (a) 4. () Mestiço (a) 6. () Outro _____

VII. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO INFORMANTE

7.1. Enumere por ordem de prioridade qual sua principal atividade de trabalho.	7.1.1. Há quanto tempo desenvolve esta atividade?	7.1.2. Rendimento (R\$)	7.1.3. Uso C= consumo V= venda C/V = Consumo e venda	7.1.4. Época do ano
Agricultura				
Extrativismo Vegetal				
Extrativismo Animal				
Artesanato				
Outra:				

VIII. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO DA AGRICULTURA FAMILIAR

8.1. O Sr. (a) planta ? 1. () sim 2. () não

8.1.1. Se sim, o que?

Quadro III: Produtos e beneficiamento.

Produtos Agrícolas	Tipo de ecossistema ¹	Sub-sistema ²	Período da Produção (meses)	Destino	Quanto rende por mês?	Forma aquisição da semente	Tipo de adubo
	1. Várzea() 2.Terra Firme ()	1. Roça () 2. Quintal () 3. Floresta Primária () 4. Capoeira () 5. Outro ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca () 4. Outro ())	1. orgânico () 2. Sintético ()
	1. Várzea() 2.Terra Firme ()	1. Roça () 2. Quintal () 3. Floresta Primária () 4. Capoeira () 5. Outro ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca () 4. Outro ())	1. orgânico () 2. Sintético ()
	1. Várzea() 2.Terra Firme ()	1. Roça () 2. Quintal () 3. Floresta Primária () 4. Capoeira () 5. Outro ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca () 4. Outro ())	1. orgânico () 2. Sintético ()
	1. Várzea() 2.Terra Firme ()	1. Roça () 2. Quintal () 3. Floresta Primária () 4. Capoeira () 5. Outro ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca () 4. Outro ())	1. orgânico () 2. Sintético ()
	1. Várzea() 2.Terra Firme ()	1. Roça () 2. Quintal () 3. Floresta Primária () 4. Capoeira () 5. Outro ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca ()		1. Consumo () 2. Venda () 3. Troca () 4. Outro ())	1. orgânico () 2. Sintético ()

8.2. Na agricultura o Sr. (a) produz individualmente ou com o auxílio da família?

1. () individual 2. () com a família

8.2.1. Se com a família, quem lhe ajuda?

1. () Filhos 4. () grupo doméstico e amigos
2. () esposo 5. () Outro
3. () grupo doméstico

8.3. Quantas vezes por semana o Sr. (a) trabalha no roçado?

1. () 1 a 2 3. () 5 a 6
2. () 3 a 4 4. () 1 a 6 dias

8.4. Como funciona a divisão do trabalho na agricultura?

Atividade	Homem	Mulher	Crianças
Broca			
Derrubada			
Queima			
Encoivramento			
Plantio			
Desbrota			
Capina			
Adubação			
Aplicação de agrotóxicos			
Colheita			
Beneficiamento			

8.5. O Senhor(a) costuma pagar alguém para lhe ajudar? 1. () Sim 2. () Não

8.5.1 Se sim, relacione o número de pessoas e o total de salários pagos.

Sexo	Regime		Quant.	Valor	Atividade
	Permanente	Temporário			
Homem					
Mulher					

8.6. Existe algum trabalho que o senhor (a) faz com outras pessoas (considerar, todas as atividades, agricultura, pesca, extrativismo, criação de animais). 1. Sim () 2. Não ()

8.6.1. Se sim.

1. Mutirão () Em que atividades? _____
2. Troca de dia () Em que atividades? _____
3. Outros () Em que atividades? _____

8.7. A Sr. (a) possui equipamentos de trabalho?

1. () Sim 2. () Não

8.7. 1. Se sim, Quais?

Quadro IV: Modalidades de equipamentos

Tipos de Equipamentos/Apetrechos	X	A quem pertence?				
		Próprio	Alugado	Emprestado	Familiar	Comunitário
1. Prensa de mandioca						
2. Enxada						
3. Pá						
4. Carrinho de mão						
5. Puverizador						
6. Motoserra						
7. Teçado						
10. Outros						

8.8. O Sr (a) ou sua esposa/marido pesca?

1. Sim () 2. Não()

8.8.1. Se sim, qual a principal espécie?

Espécie	Ambientes de pesca ¹	Época de pesca	Quant. e unidade	Finalidade C/V	Para quem vende?

¹ (1) Lago, (2) Rio, (3) Ressaca, (4) Paraná, (5) Poço, (6) Igapó, (7) Outros (especificar)

8.8.2. Quais os apetrechos utilizados?

Apetrechos	A quem pertence?				
	Próprio	Alugado	Emprestado	Familiar	Comunitário
Malhadeira					
Linha de mão (linha e anzol)					
Arrastadeira ou rede					
Tramalha					
Tarrafa					
Arpão					
Arco e flecha					
Estiradeira (espinhel)					
Zagaia					
Caniço					
Currico					
Arrastão ou redinha					

8.9. O Sr.(a) ou sua esposa/marido caçam ?

1. ()Sim 2. () Não

8.9.1. Se sim, quais os animais que caça?

Espécie	Período de caça	Ambiente de captura	Quant.	Finalidade (C/V)	Local de Venda

8.10. O Sr. (a) ou seu esposa/marido acham que está diminuindo a caça e o peixe na comunidade? 1. Sim () 2. Não ()

8.10.1. Se sim. Na sua opinião porque está acontecendo a diminuição?

8.11. O Sr. (a) ou sua esposa/marido tiram madeira e/ou outros produtos de espécies vegetais da floresta? 1. Sim () 2. Não ()

8.11.2. Se sim, quais os produtos de espécies vegetais e madeira que retira?

Espécie ¹	Quant. extraídas	Finalidade (C/V)	Terra firme ou várzea	Espécie manejada?

¹ (1) Árvore (2) Palmeira (3) Cipós e Lianas (4) Herbáceas (5) Açaí (6) Outros

IX. INCENTIVO À PRODUÇÃO

9.1. A Sra. recebe algum financiamento e/ou apoio financeiro? 1.() Sim 2.() Não

9.1.1. Se sim, preencher o Quadro

X	Instituição/órgão do financiamento	Modalidade: financiamento/empréstimo	Finalidade	Valor
	1. Prefeitura Municipal			
	2. SEPROR/IDAM			
	3. AFEAM			
	4. PRONAF			
	5. Apoio da própria comunidade			

*Solicitar documento comprobatório do financiamento/projeto

6. Banco:			
7.Outras associações			

X. DADOS DA PROPRIEDADE DO ROÇADO

10.1. O Sr. (a) sabe o tamanho a área total plantada: _____

10.2. Sr. (a) é proprietário da área do roçado? 1. Sim () 2. Não ()

10.2.1. Se sim, tem documento? 1. Sim () 2. Não () 10.2.2. Órgão que expediu: _____

10.2.3. Se não, a quem pertence? _____

10.2.4. O Sr. (a) paga algum tipo de aluguel pela terra? Sim () Não ()

10.2.4.1. Se sim, especifique o pagamento: _____

XI. PROCESSO DE PRODUÇÃO

11.1. O Sr. (a) deixa a terra descansar? 1. () Sim 2. () Não

11.1.1. Se sim, quanto tempo? _____

11.2. Por quanto tempo o Sr. (a) planta na mesma área? _____

11.3. Quais as práticas utilizadas no desenvolvimento da agricultura?

11.3.1 Preparo da área	X
Broca	
Queima	
Aração/gradiação	
Semeadura	
Outra:	

8.13.3. Tratos Culturais	Químico	Orgânico
Capina		
Adubação		
Pulverização		
Outras:		

11.3.2. Colheita	X
Com máquinas	
Manual	
Outras:	

8.13.4. Com quem aprendeu?	
Com pais	
Com o esposo	
Com um parente	
Sozinho	
Outro	

11.12. O Sr. (a) recebe Assistência Técnica? 1. () Sim 2. () Não

11.12.1. Se sim,

Qual instituição	Com que regularidade?	Como acontece?

11.13. O Sr. (a) cria animais? 1. () Sim 2. () Não

11.13.1. Se sim, quais as espécies que o senhor(a) cria?

Tipo	Quantidade	Finalidade C= consumo V= venda C/V = Consumo e venda	Sistema (intensivo, Extensivo e Semiextensivo)
Aves			
Bovino			
Suíno			
Caprino			
Equino			
Outros			

Intensivo: Fechado Extensivo: Aberto Semiextensivo: parte do dia solto e outra parte preso

XII. ORGANIZAÇÃO SÓCIO-CULTURAL E POLÍTICA

12.1. A Sr. (a) participa das atividades coletivas que acontecem na comunidade?

1. () sim 2. () não

12.1.1. Se sim, quais são?

1. () Roça 4. () Grupo de produção: _____
2. () Festa religiosa 5. () Mutirão
3. () Pescaria 6. () Outros: _____

12.1.2. Qual a finalidade? _____

12.1.3. Com que frequência?

1. () é assídua 3. () somente quando convidam
2. () nunca participa 4. () outro. _____

12.2. Quais as comemorações da comunidade?

1. () Festa da padroeira 4. () Torneios
2. () Festa evangélica 5. () Outros: _____
3. () Festival: _____

12.3. Qual sua relação com as pessoas da comunidade?

1. () nenhuma 4. () amizade
2. () somente de troca de produto/mercadoria 5. () outra _____
3. () ajuda nas produções

12.4. A Sr. (a) pertence a alguma organização comunitária?: 1. () Sim 2. () Não

12.4.1. Se sim, qual?

1. () Clube de Mães 5. () Sindicato
2. () Cooperativa: _____ 6. () Associação de moradores
3. () Grupo de produção: _____ 7. () outros: _____
4. () Partido Político _____

12.5. A Sr. (a) pertence a alguma organização (grupo, cooperativa, associação) comunitária para agricultura? 1. () Sim 2. () Não

12.5.1. Se sim, qual? _____

12.5.2. O Sr. (a) acha que participando dessa organização melhorou:

Sua produção? Porque?	A comunidade? Porque?

12.5.3. Qual o cargo que o (a) Sr. (a) ocupa na organização?

- 1.() Presidente 4.() Tesoureiro
 2.() Vice-presidente 5.() Membro
 3.() Secretário 6.() outro _____

12.5.4. A organização solicita alguma contribuição financeira dos membros?

- 1.() Sim 2.() Não

12.5.4.1. Se sim, qual o valor? _____**12.5.5. Esta contribuição ocorre de que forma? 1.() Mensal 2.() Anual****12.5.6. Sabe em que é utilizado o recurso? 1.() sim 2.() não****12.5.6.1. Se sim, especifique.**

12.6. O Sr. (a) já recebeu ou teve acesso a algum benefício por meio dessa organização?

- 1.() sim 2.() não

12.6.1. Se sim, especifique. _____

XIII. ACESSO A BENS E SERVIÇOS SOCIAIS**13.1. Quais são os documentos pessoais que o Sr (a) possui?**

- 1.() Batistério 7.() Certidão de Casamento
 2.() Certidão de Nascimento 8.() Título Eleitoral
 3.() Carteira de Identidade 9.() Certificado de Reservista
 4.() Carteira de Trabalho 10.() Nenhum
 5.() C.P.F 11.() Outro: _____
 6.() Pis-Pasep

13.2. Algum desses documentos foram emitidos por meio de alguma Associação para produção rural? 1.() Sim 2.() Não**13.2.1. Se sim, qual? _____****XIV. PREVIDÊNCIA SOCIAL:****14.1. O Sr. (a) contribui para a Previdência Social?**

- 1.() Sim 2.() Não. Se não, por que? _____

14.1.1. Se sim, é com valor arrecado com as atividades de agricultura familiar?

- 1.() Sim 2.() Não. Se não, especifique: _____

14.2. O Sr (a) tem/ou teve acesso à Previdência Social na comunidade?

1. () Sim 2. () Não

14.2.1. Se sim, como? _____

14.2.2 Qual a modalidade de Aposentadoria? _____

14.2.3. Qual o valor? _____

14.3. Como o Sr. (a) tomou conhecimento?

1. () Televisão 2. () Rádio 3. () Cartaz 4. () terceiros 5. () outros: _____

XV. ASSISTÊNCIA SOCIAL

15. A Sr. (a) recebe algum benefício de Assistência Social? 1. () Sim 2. () Não

15.1. Se sim, qual?

1. () BPC-LOAS 3. () Leite do Meu Filho
2. () Bolsa Família 4. () Outro: _____

15.1.2 Qual o valor recebido do benefício? _____

15.2. Alguém na sua família participa de algum benefício de Assistência Social?

1. () Sim 2. () Não

15.2.1. Se sim, qual benefício recebido? _____

15.2.2. Qual o grau de parentesco do beneficiário? _____

15.2.3. Qual o valor do benefício? _____

15.3. Como o Sr. (a) tomou conhecimento do benefício?

1. () Televisão 2. () Rádio 3. () Cartaz 4. () terceiros 5. () Outros _____

Apêndice D
TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, _____, na condição de presidente da Comunidade Santa Maria em Caapiranga-AM declaro para os devidos fins, que estou informado (a), esclarecido (a) e de pleno acordo, por livre e espontânea vontade, que seja desenvolvido o projeto de pesquisa intitulado “*SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL: um estudo nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria no município de Caapiranga/Am*” vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia . Este projeto será desenvolvido pela estudante de Pós-Graduação Itaciara Prestes da Silva Pontes, que vai desenvolver estudos sobre a sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional no Amazonas, nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria no município de Caapiranga/AM, com a orientação da Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues. A pesquisa pretende contribuir para fornecer dados qualitativos para os debates no âmbito regional e nacional sobre o tema, bem como subsidio na construção de políticas públicas para região.

Estou ciente de que no estudo serão realizadas aplicações de entrevistas, registro das atividades com fotografias e gravações com o gravador, e, que as informações produzidas na pesquisa irão compor um Banco de Dados sobre o tema. Estou informado que o retorno da pesquisa será realizado, considerando as possibilidades de viabilidade, através de material didático apropriado.

Estou informado (a) de que a comunidade terá total liberdade de participar ou não, sem que haja nenhum problema ou qualquer prejuízo na vida pessoal, familiar e profissional minha e dos comunitários e que ninguém gastará dinheiro, assim como, não receberá quaisquer benefícios de dinheiro em troca. E, ainda, que não terei nenhum vínculo de trabalho, pois o projeto tem a finalidade apenas de estudo com pesquisa social.

Estou ciente que a qualquer momento tenho total liberdade de pedir explicações aos pesquisadores sobre este projeto no seguinte endereço: Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 300 – Coroadó - Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia ou pelos telefones (92) 3305-4578; (92)9222-8995; (92) 9152-0897, ou e-mail: deb.band@gmail.com ou ita.prestes@hotmail.com.

Comunidade Santo Afonso – Caapiranga/AM, _____ de _____ de 2015.

Presidente da Comunidade Santa Maria – Caapiranga/AM

RG nº _____

Endereço Pessoal: _____

Testemunhas:

1) _____

2) _____

Apêndice E

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMUNIDADE SANTA MARIA

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “SUSTENTABILIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR TRADICIONAL: um estudo nas comunidades de Santo Afonso e Santa Maria no município de Caapiranga/AM”, a qual pretende analisar a sustentabilidade no desenvolvimento da agricultura familiar tradicional em comunidades ribeirinhas no Amazonas, sob a responsabilidade do pesquisador Itaciara Prestes da Silva Pontes (mestranda) e da orientadora Dra. Débora Cristina Bandeira Rodrigues, endereço Av. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 300 – Coroadó - Instituto de Ciências Humanas e Letras-ICHL/ Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia ou pelos telefones (92) 3305-4578; (92)9222-8995; (92) 9152-0897 e e-mail: ita.prestes@hotmail.com/deb.band@gmail.com.br. Sua participação é voluntária e se dará por meio de informações nas entrevistas semiestruturadas onde serão feitas perguntas abertas de caráter essencial para a pesquisa, nos formulários com perguntas fechadas que viabilizam a identificação das condições de vida dos moradores da comunidade, com utilização de gravador nas entrevistas e registros fotográficos que ilustraram a pesquisa desenvolvida e registros fonográficos que ajudaram na laboração dos relatórios. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são compreende, no caso específico deste estudo, a informações fornecidas que encontram-se fora dos tramites legais quanto as práticas socioculturais. Por isso, serão tomadas as providências legais cabíveis caso isso ocorra, sem nenhum ônus para os sujeitos da pesquisa, e sem que isso lhe ocasione qualquer dano ou constrangimento, atendendo à Resolução 466/12. Os benefícios dos resultados do estudo possibilitarão cooperar na solução de problemáticas locais, bem como subsidio na elaboração de propostas de políticas públicas para este segmento, dando visibilidade as especificidades dos sujeitos, uma vez que a limitação na viabilização e acesso as políticas públicas no meio rural na Amazônia. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço ou telefone, ou poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFAM, na Rua Teresina, 495, Adrianópolis, Manaus-AM, telefone (92) 3305-1181, ramal 2004 ou celular 991712496, e o e-mail: cep.ufam@gmail.com.

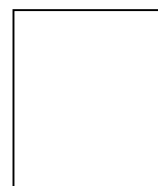
Consentimento Pós-Infomação

Eu, _____, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Assinatura do participante

Data: ___ / ___ / ___

Assinatura do Pesquisador Responsável



Impressão dactiloscópica